

FUNDAMENTOS
ANTROPO
LÓGICOS
& SOCIO
LÓGICOS

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Série Bibliográfica

FUNDAMENTOS
ANTROPO
LÓGICOS
& SOCIO
LÓGICOS

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Série Bibliográfica

Jouberto Uchôa de Mendonça
**Presidente do Conselho de Administração do
Grupo Tiradentes**

Jouberto Uchôa de Mendonça Junior
Superintendente Geral

André Tavares
Superintendente Administrativo Financeiro

Ihanmarck Damasceno dos Santos
Superintendente Acadêmico

Jouberto Uchôa de Mendonça
Reitor – Unit

Dario Arcanjo de Santana
Diretor Geral- Fits

Temisson José dos Santos
Diretor Geral – Facipe

Jane Luci Ornelas Freire
Gerente de Educação a Distância

Lucas Cerqueira do Vale
Coordenador de Tecnologias Educacionais

Maynara Maia Muller
**Assessora Pedagógica de Projetos
Corporativos Online**

**Equipe de Produção de
Conteúdos Midiáticos:**

Assessor
Rodrigo Sangiovanni Lima

Corretores ortográficos
Ancéjo Santana Resende
Fabiana dos Santos

Diagramadores
Andira Maltas dos Santos
Claudivan da Silva Santana
Edilberto Marcelino da Gama Neto
Edivan Santos Guimarães

Ilustradores
Geová da Silva Borges Junior
Matheus Oliveira dos Santos
Shirley Jacy Santos Gomes

Webdesigners
Fábio de Rezende Cardoso
José Ailton de Oliveira Rocha Júnior
Marina Santana Menezes
Pedro Antonio Dantas P. Nou

**Equipe de Elaboração de
Conteúdos Midiáticos:**

Supervisor
Alexandre Meneses Chagas

Assessoras Pedagógicas
Kalyne Andrade Ribeiro
Lívia Lima Lessa

Projeto Gráfico
Andira Maltas dos Santos
Edivan Santos Guimarães

B273f Barreto, Raylane Andreza Dias Navarro.
Fundamentos antropológicos & sociológicos. / Raylane
Andreza Dias Navarro Barreto. – Aracaju: UNIT, 2012.
184 p. : il.

ISBN: 978-85-7833-129-0

Inclui bibliografia

1. Antropologia. 2. Sociologia. 3. Estrutural social.
I. Título.

CDU: 316

Redação:

Núcleo de Educação a Distância - Nead
Av. Murilo Dantas, 300 - Farolândia
Prédio da Reitoria - Sala 40
CEP: 49.032-490 - Aracaju/SE
Tel.: (79) 3218-2186
E-mail: infonead@unit.br
online@set.edu.br

Impressão:

Gráfica Santa Marta
Rua Hortêncio Ribeiro de Luna, 3333
Distrito Industrial - João Pessoa - PB
Telefone: (83) 2106-2200
Site: www.graficasantamarta.com.br

Banco de Imagens:

Shutterstock

Palavra do Autor

A Antropologia e a Sociologia são duas ciências sociais e humanas que foram aqui reunidas com o intuito de compor a disciplina Fundamentos Antropológicos e Sociológicos. O principal objetivo é alicerçar seu capital cultural no que concerne ao conhecimento acerca da cultura, das interações sociais, das relações sociais e dos fatos sociais. Isto porque a Antropologia dedica-se ao estudo do homem enquanto possuidor de uma cultura, de uma crença, de uma simbologia e a Sociologia, campo que parece ainda maior, se dedica ao homem em suas interações sociais.

A disciplina está estruturada em duas partes e cada parte tem oito conteúdos, de modo a que você conheça a história de uma e outra ciência, bem assim, como é concebido o seu principal objeto, qual seja: o homem, o homem e sua relação com a sociedade. Na primeira parte também será possível entender a cultura, a família e o Estado como fundamentos da organização da sociedade, além de temas como estrutura societal, disparidades sociais, instituições sociais e a dinâmica econômica e trabalho, cujo entendimento se torna de suma relevância para a compreensão da sociedade.

Na segunda parte, você poderá começar a construção do olhar antropológico ao atentar para debates envolvendo a composição populacional, os movimentos sociais, a globalização e diversidade cultural, além de adentrar na seara da pluriétnia e multiculturalismo no Brasil. Por fim, adentraremos em algumas das especificidades da Antropologia e da Sociologia, ou seja, iremos perceber a relação entre elas e a Educação, o Direito, a Saúde e as Tecnologias da Informação e Comunicação.

Com essa composição, espero que você adentre no universo das ciências sociais e amplie seus subsídios teóricos e desenvolva um espírito científico e atento aos problemas que envolvem a função social da carreira que escolheram.

Bons estudos!

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Sumário

Parte 1 A Antropologia e a Sociologia como Ciências

1 A institucionalização da Antropologia e da Sociologia	13
1.1 Princípios que norteiam o ensino da Antropologia e da Sociologia: a ruptura com o senso comum	14
1.2 A trajetória da Antropologia e da Sociologia e seus principais teóricos	22
1.3 O homem como ser cultural e social e sua relação com a sociedade	32
1.4 Cultura, família e Estado como fundamentos da organização da sociedade	39
Resumo do Tema	47
Exercício de Aprendizagem	48
2 O conhecimento antropológico e sociológico como base para a compreensão da sociedade	57
2.1 Estrutura societal	58
2.2 Disparidades sociais	68
2.3 O homem e suas instituições sociais	76
2.4 Dinâmica Econômica e trabalho	82
Resumo do Tema	93
Exercício de Aprendizagem	94

Parte 2 A construção do olhar antropológico-sociológico em alguns de seus principais debates

3 A Antropologia e a Sociologia no conhecimento das realidades sociais _____ 101

3.1 A composição populacional como problema social102

3.2 Movimentos sociais como fruto do comportamento coletivo111

3.3 Globalização e diversidade cultural117

3.4 A pluriétnia e o multiculturalismo no Brasil.....126

Resumo do Tema134

Exercício de Aprendizagem135

4 A Antropologia e a Sociologia em algumas de suas especificidades _____ 141

4.1 Educação142

4.2 Direito147

4.3 Saúde.....154

4.4 Tecnologias da informação e da comunicação160

Resumo do Tema167

Exercício de Aprendizagem168

Referências Bibliográficas _____ 174

Concepção da Disciplina

Ementa

O surgimento da Antropologia e da Sociologia como ciências. Seus idealizadores e principais teóricos. Análise antropológica e sociológica do processo identitário do homem cultural e social. O homem e a organização da sociedade. A perspectiva da Antropologia e da Sociologia na contemporaneidade mundial e brasileira. Saberes e fazeres antropológicos e sociológicos nas distintas áreas de atuação.

Justificativa

A disciplina Fundamentos Antropológicos e Sociológicos consta no rol das disciplinas consideradas universais por possibilitar a quem a ela se dedique a construção de utensílagens mentais que favorecem a compreensão do homem enquanto ser cultural e social, bem como da sua relação com a sociedade e tudo que dessa relação decorre. Alicerçar a compreensão, a reflexão, e por vezes a intervenção de profissionais preocupados com a sociedade é por certo a principal justificativa desta disciplina.

Objetivos

- ✓ identificar o nascimento da Antropologia e da Sociologia como ciências e seus principais teóricos;
- ✓ compreender os mecanismos existentes na sociedade que controlam as ações dos indivíduos;
- ✓ ampliar subsídios teóricos que possibilitem interpretações de fenômenos antropológicos e sociológicos calcadas em conceitos científicos;

- ✓ desenvolver um espírito científico e atento aos problemas que envolvem a função social da carreira que escolheram.

Avaliação

A avaliação da disciplina será realizada a partir da:

- ✓ **Medida de Eficiência (ME):** que deverá ser feita ao longo das Unidades no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) no total de duas ME por Unidade. O prazo para realizar a ME é de até 48h antes da data da avaliação (por Unidade). Para cada ME você terá duas tentativas de resposta.
- ✓ **Avaliação Presencial:** é realizada presencialmente através de prova escrita, sendo uma por Unidade, com o valor de 0,0 a 8,0 pontos. A avaliação é individual e sem consulta, com questões objetivas e subjetivas contextualizadas.

Organização da Disciplina

Bibliografia Básica

ARON, Raymond. **Etapas do pensamento sociológico**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

LARAIA, Roque B. **Cultura**: um conceito antropológico. 22. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Metodologia de estudo

A disciplina propõe orientá-lo em seus procedimentos de estudo e na produção de trabalhos científicos, possibilitando que você desenvolva em seus trabalhos pesquisas, o rigor metodológico e o espírito crítico necessários ao estudo.

Tendo em vista que a experiência de estudar a distância é algo novo, é importante que você observe algumas orientações:

- Cuide do seu tempo de estudo! Defina um horário regular para acessar todo o conteúdo da sua disciplina disponível neste material impresso e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Organize-se de tal forma para que você possa dedicar tempo suficiente para leitura e reflexão.
- Esforce-se para alcançar os objetivos propostos na disciplina.
- Utilize-se dos recursos técnicos e humanos que estão ao seu dispor para buscar esclarecimentos e para aprofundar as suas reflexões. Estamos nos referindo ao contato permanente com o professor e com os colegas a partir dos fóruns, chats e encontros presenciais. Além dos recursos disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

Para que sua trajetória no curso ocorra de forma tranquila, você deve realizar as atividades propostas e estar sempre em contato com o professor, além de acessar o AVA.

Para estudar em um curso a distância deve-se ter a clareza que a modalidade da Educação a Distância pauta-se na autonomia, responsabilidade, cooperação e colaboração por parte dos envolvidos, o que requer uma nova postura do aluno e uma nova forma de concepção de educação.

Por isso, você contará com o apoio das equipes pedagógica e técnica envolvidas na operacionalização do curso, além dos recursos tecnológicos que contribuirão na mediação entre você e o professor.

Exercícios de aprendizagem

Ao finalizar um Tema, o aluno terá a oportunidade de testar seu conhecimento respondendo o Exercício de Aprendizagem que é composto de quatro questões subjetivas, sendo uma para cada conteúdo e oito questões objetivas, sendo duas para cada conteúdo. O Gabarito das respostas estará no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Entendendo os ícones do livro

Ao longo do Conteúdo da Disciplina você irá encontrar no livro ícones que irão orientá-lo nos estudos. Conheça cada ícone:



Para Refletir: apresenta reflexões sobre o conteúdo abordado durante o texto a fim de desenvolver postura crítico – reflexiva sobre a realidade.



Atenção: destaca um conteúdo importante do texto para compreensão da temática.



Saiba Mais: são informações ou relatos de experiências considerados interessantes para o entendimento do conteúdo que está sendo abordado.



Indicação de Leitura: ficará no final de cada conteúdo e seu objetivo é promover a fundamentação: sugestão de texto, livro ou site que reforçam ou ampliam o conteúdo.



Anotação: tem por finalidade o registro das reflexões dos alunos.



Está no AVA : indica acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem para conhecer outros recursos que irão contribuir com o conteúdo estudado.



Exercício de Aprendizagem: indica uma atividade que está associada aos conteúdos estudados, que irá conter questões objetivas e subjetivas.



Resumo do Tema: síntese dos conteúdos do Tema abordado.

Onde tirar as dúvidas?

No Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) acesse o fale conosco no mural principal para registrar suas Dúvidas de Conteúdo com o professor da disciplina e Dúvidas Técnicas quando for relacionado ao AVA.

Parte 01

A ANTROPOLOGIA
E A SOCIOLOGIA
C O M O
C I Ê N C I A S



A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ANTROPOLOGIA E DA SOCIOLOGIA

A partir deste momento, você dará início aos estudos sobre a trajetória da Antropologia e da Sociologia, identificando o nascimento dessas ciências e seus principais teóricos. Isto lhe auxiliará a compreender mais e melhor seus conceitos e análises acerca da organização da sociedade, bem como de seus fenômenos sociais.

Aqui também compreenderá melhor o homem como ser cultural e social e sua relação com a sociedade que pode ser mediada por comportamentos etnocêntricos ou de relativismo cultural. Perceberá também como a cultura, a família e os Estado compõem a sociedade.

Objetivos da Aprendizagem

Ao final dos conteúdos do tema 1 você deve compreender:

- ✓ a importância da Antropologia e da Sociologia como base para as suas futuras reflexões, isto porque a história de uma e outra ciência são reveladoras dos modos de compreender o mundo com vistas a uma melhor atuação na sociedade;
- ✓ que o homem não é apenas biológico, mas também cultural e social e;
- ✓ que a cultura assim como a família e o Estado são as bases da organização da sociedade.

1.1 Princípios que norteiam o ensino da Antropologia e da Sociologia: a ruptura com o senso comum

O que é Antropologia? – E Sociologia? – Para que servem? – O que elas acrescentam na minha vida profissional?

Perguntas como estas povoam o imaginário do aluno que acaba de entrar na Universidade, fazendo dessas áreas do conhecimento algo estranho ou mesmo inconcebível para determinados campos de atuação, e é justamente com o objetivo de esclarecer o que são essas áreas do conhecimento e a aplicabilidade de suas teorias na vida cotidiana e profissional que se justifica a escrita desse livro.

A importância das ciências sociais e, em especial, da Antropologia e da Sociologia é diminuída ou mesmo desprezada, pois suas áreas de compreensão abarcam temas comuns ao homem contemporâneo, pertença ele a qualquer classe, seja ela econômica, social ou intelectual. Todos, com raras exceções, têm opiniões acerca da família, do Estado, da relação empregador e empregado, do desemprego, dentre outros temas não menos importantes. Com isso, a Antropologia e a Sociologia perdem lugar para o senso comum, tipo de conhecimento não mais admissível ao universitário.

A ruptura com o senso comum passa a ser a ordem do dia e o engajamento científico torna-se imperativo. Isso porque sua visão de mundo não é ou não deve ser a mesma. Agora o estudante do ensino médio dá lugar ao universitário e este, por sua vez, não pode opinar simplesmente por opinar. Suas opiniões devem estar embasadas, seu discurso deve ter algo de substancial, sua fala deve estar a mais lapidada possível e suas práticas, essas sim, devem ser as mais corretas. Você pode se perguntar: - Mas o que a Antropologia e a Sociologia têm a ver com isso? E a resposta é imediata: tudo.

A Antropologia e a Sociologia como ciências que estudam o homem na sociedade ou como parte da organização societal, trazem em seus respectivos bojos, o objetivo não só de estudá-los, mas também de ajudá-los a viver e conviver melhor. Alguns podem até discordar, mas não devem, pois tanto a Antropologia quanto a Sociologia se instituíram ciências com o propósito de intervir para melhorar a vida em sociedade. Afinal, do que adiantariam pesquisas sobre a prostituição, sobre o menor abandonado, sobre o tráfico de veículos,

etc., se não fosse para implementar melhorias no fenômeno social estudado? Desse modo, tanto uma quanto outra ciência tem sua parte prática. Não são meramente teóricas, como alegam alguns.

Muitos dos antropólogos e sociólogos contemporâneos, contrariando a postura clássica de neutralidade preconizada por teóricos como Émile Durkheim e Max Weber, preferem dar a essas ciências um caráter prático, empírico, fazendo delas ciências úteis à sociedade. Ao buscar solucionar problemas como a violência, o preconceito, a criminalidade e auxiliar em outras áreas do conhecimento como a medicina, a informática, a arquitetura, a comunicação, a política, a psicologia e a educação, dentre tantas outras áreas do conhecimento a Antropologia e a Sociologia reveem e atualizam os seus conceitos e valorizam ainda mais as ciências humanas e sociais. - Mas como assim?

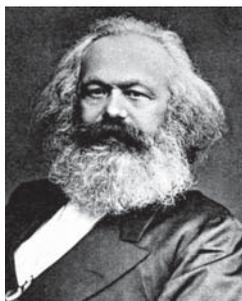
Começemos por esclarecer alguns pontos que se revelam muito importante para a compreensão da nossa realidade e conseqüentemente dos conhecimentos antropológicos e sociológicos. O primeiro ponto refere-se ao que torna o homem diferente dos outros animais, ou seja, a reflexão, o pensamento. Em outras palavras o homem crítico, aquele que não se contenta com a naturalização dos fatos, aquele que exerce o estranhamento para com os acontecimentos. Muitas vezes somos levados a “aceitar as coisas como elas são”, como elas se apresentam, sem questionar e sem concebê-la como certa ou errada. Um exemplo disso é a economia.

No nosso dia a dia parece que o preço do feijão, do arroz, do pão ou mesmo da passagem de ônibus e da calça jeans sobem sem o conhecimento do cidadão e por livre vontade dos nossos gestores maiores. E como “aparentemente” não depende de nós, acabamos por reclamar, esbravejar, mas, de imediato nos contentamos com aquilo e até mesmo achamos comum que aquilo aconteça. Não é verdade? – O que nos leva a esse comportamento é a plena consciência de que não podemos fazer nada a esse respeito. Assim sendo, preferimos as explicações baseadas no senso comum do que ter o trabalho de teorizar sobre os fatos.

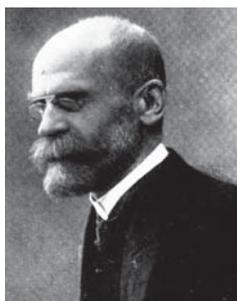
Um detalhe, porém, deve ser considerado para que não mais pense assim. Agora é um universitário. Está fazendo um curso superior, já definiu sua carreira e conseqüentemente terá que ter a noção exata da função social da carreira que escolheu e isso vale para todos os universitários, tenha ele abraçado as ciências exatas, humanas, sociais, biológicas ou mesmo um curso tecnológico. Isto porque todas as áreas são importantes na composição da sociedade.

Rever seu posicionamento, suas opiniões, como já foi anunciado, é sua obrigação. E para isso os conceitos e as teorias antropológicas e sociológicas lhe serão muito úteis para compreender, interpretar, analisar e por vezes até resolver problemas sociais que estão no nosso cotidiano e que, assim como a economia, passa por nós de forma naturalizada. Tal postura é o que torna o homem em um cidadão crítico é o que o habilita ao pleno exercício da cidadania, considerada aqui como a participação dos homens nas decisões de temas que envolvem a sociedade e que necessariamente prima pela melhoria de vida dos outros homens.

Um outro ponto importante para a compreensão da realidade a partir da Antropologia e da Sociologia está relacionado, por incrível que parece, ao nosso vocabulário, a nossa linguagem. Isto porque as ciências sociais, ao longo de suas histórias, receberam a contribuição de vários teóricos e pesquisadores que, ao estudarem determinados fenômenos, conceberam conceitos e noções que tornam mais rica a nossa linguagem e a nossa compreensão da realidade. É assim, por exemplo, que temos o conceito de mais-valia para Karl Marx (1818-1883), de anomia para Émile Durkheim (1858-1917) e de carisma para Max Weber (1864-1920).



Karl Marx



Émile Durkheim



Max Weber



Para Marx, mais valia é o lucro obtido pelo empregador, advindo da diferença entre o valor gasto para produzir a mercadoria e o valor que a mercadoria é vendida. Já anomia para Durkheim é uma sociedade doente, que desconhece as regras de convívio social. Carisma, por sua vez, é para Weber, o termo empregado para designar as qualidades de uma pessoa que chega ao poder.

Num primeiro momento poderíamos atribuir essas palavras em várias das nossas conversas, sem necessariamente se preocupar como tais intelectuais a consideram, entretanto, vale muito quando temos a exata noção do que estamos falando, principalmente porque mostra a nossa maturidade intelectual e o nosso poder analítico. Saber o que significam as palavras e as utilizá-las no lugar correto é tão importante para a compreensão da realidade quanto à soma dos números numa conta de somar.

Um bom exemplo da importância de se saber conceituar está relacionado ao conceito de capital. Em um primeiro momento quando falamos em capital estamos falando de alguma cidade, pelo menos é assim quando entendemos através do senso comum. Se formos olhar no dicionário, perceberemos que o termo é definido como um adjetivo relativo à cabeça, mas tal termo é utilizado pelo sociólogo francês **Pierre Bourdieu (1930-2002)**¹ como vocábulo para tratar do nosso aporte cultural ou pelo antropólogo contemporâneo, o argentino Ignacio Garcia, como capital social para designar uma rede de relacionamento baseada na confiança e cooperação dos indivíduos e que visa melhorar o acesso a informação e ao conhecimento.

Assim sendo, percebemos minimamente o quanto uma palavra pode denotar outros significados que não aqueles que estamos acostumados. Sem contar os erros que são reproduzidos pelo desconhecimento das palavras, mas que por acharem a palavra “bonitinha” acabam inserindo-a em uma ou outra frase. Não é incomum ouvirmos: - Vou socializar isso com vocês. Como se socializar fosse apenas e tão somente sinônimo de compartilhar. O termo denota, para os cientistas sociais, as fases pelas quais o homem passa até se tornar um cidadão, como irão perceber mais adiante em um dos nossos capítulos.

Todo esse discurso é para convencê-lo da importância do uso correto das palavras e, por sua vez, da seriedade que os teóricos têm ao definir uma ou outra palavra como conceito para analisar um fenômeno social. Isto porque são inúmeros os conceitos na área das ciências sociais que dão sustentação as teorias que explicam os fenômenos e todos eles, convém ressaltar, respaldados e relacionados a um tempo e a um espaço. Veja bem: - Não podemos deixar de levar em consideração que para atribuir determinado conceito a uma determinada realidade o pesquisador considerou o seu contexto, em outras palavras, uma série de fatores que compõem o conceito.

1 O conceito de capital cultural é utilizado pelo sociólogo Pierre Bourdieu para expressar o grau cultural do indivíduo. Segundo ele o capital cultural é adquirido no processo de socialização primária, com a família, bem como durante a socialização secundária, ou seja, quando o indivíduo adentra em instituições a exemplo da escola e da universidade.

Um exemplo disso é o conceito de civilização que pensado no século XVI dava conta de explicar a diferença entre os povos indígenas e os europeus. Para alguns pensadores da época, civilizado era o europeu, aquele que sabia manusear determinados objetos, que vestiam-se com galhardia, que entendiam a noção de pecado e tantas outras coisas. O índio por sua vez era considerado selvagem, bárbaro, pois não foram educados seguindo os preceitos dos países colonizadores. Em outras palavras, quem não era europeu não era civilizado.

No começo do século XX, Norbert Elias (1897-1990), um sociólogo Alemão, ao estudar o processo civilizatório, deixou claro como determinados hábitos foram sendo construídos e como a noção de civilização, estreitamente ligada a de civilidade, pode ter outra acepção. Para ele civilidade:

[...] expressa a autoconsciência do Ocidente. Poderíamos inclusive afirmar: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas 'mais primitivas'. Com esse termo, a sociedade ocidental procura descrever em que constitui seu caráter especial e tudo aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras (costumes), o desenvolvimento de seu conhecimento científico ou visão de mundo, e muito mais. (ELIAS, 1994, p. 5).

Tal exemplo é para mostrar como um determinado conceito pode ganhar novas interpretações e como o contexto pode influenciar nisso. Poderia ter outros exemplos, mas prefiro que pesquise você mesmo alguns conceitos e apresente-os como tendo interpretações distintas ao longo da história ou mesmo para teóricos diferentes.



Imagine você quantas palavras utilizamos no nosso dia a dia e que não expressam o que realmente queremos dizer. A palavra questão é uma delas. Em quase todos os discursos que ouvimos tem a palavra questão. São exemplos: Essa questão é muito interessante; ou é uma questão muito complicada; ou ainda é uma questão que fica difícil de resolver. E isso tudo sem dizer qual de fato é a questão. Já pensou nisso?

Um terceiro ponto que merece nossa atenção é a sistematização de ideias, debates e temas oferecido pelas ciências sociais e que dão espaço para o que se chama de desnaturalização das explicações dos fenômenos sociais. É no campo dessas ciências que novas pesquisas são feitas e novas interpretações vão compondo uma nova visão de mundo, da economia, da cultura e de tantos outros elementos que compõem a sociedade. Isso tudo, por certo, contribui com a construção e reconstrução dos modos de pensar e, por conseguinte compreender os elementos das argumentações lógicas e empíricas que justificam a existência e o *modus operandi*² de uma classe social, grupo, comunidade ou sociedade.

Um exemplo dessas desnaturalizações proporcionadas pelas pesquisas na área, pode ser dada no campo dos papéis sociais do homem e da mulher. De antemão a imagem que se tinha da mulher, em alguns momentos históricos, é de um ser frágil, incapaz de exercer determinadas profissões, submisso, subserviente ao homem, dentre outras características. - Não é verdade? O homem, por sua vez, era considerado um ser forte, viril, subordinador, a quem se cobrava a manutenção da família e tantas outras atribuições. As pesquisas revelam que esse perfil, se um dia existiu, foi em algumas sociedades e não em todas. Há registros de que em determinadas tribos tupis mais antigas após o parto da mulher quem ficava de resguardo era o homem.



O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1999) criticou a “dominação masculina” que obriga homens a serem fortes, potentes e viris (daí a ênfase com que os homens que pesquisei falam da altura, da força física, do tamanho do tórax e do pênis), enquanto as mulheres devem ser delicadas, submissas, apagadas (o que corresponde ao modelo de mulher magra que predomina atualmente).(FONTE: GOLDENBERG, 2006, p.121).

E você, o que pensa a respeito?

Se formos remeter tal exemplo aos dias de hoje perceberemos imediatamente, com algumas exceções, que os papéis não podem mais ser considerados diferentes. Hoje temos mulher pedreira, chefe de Estado, policial, do

2 Do latim, a expressão significa modo de operar.

mesmo modo que temos homens cozinheiros ou ficando em casa com os filhos enquanto a mulher vai trabalhar. Tais cenários são, por certo, objetos de estudos das ciências sociais e contribuem para o alargamento das teorias, das construções sociais e do conhecimento da realidade.

Assim como o exemplo acima, poderia citar outros elementos naturalizados, mas também prefiro que você mesmo o faça para que vá identificando determinados fenômenos e colocando em prática a reflexão, pois este é um dos nossos maiores objetivos. Lembre-se, entretanto, de levar em consideração a historicidade dos fenômenos e que determinadas continuidades ou mudanças decorrem de decisões políticas e essas, muitas vezes, são tendenciosas, em outras palavras atendem a interesses específicos de quem detém o poder. Nesse sentido é que as ciências sociais ganham força e auxiliam nos ajustamentos e controles sociais. Nas palavras de Mannheim (1950, p. 5):

[...] enquanto o costume e a tradição operam, a ciência da sociedade é desnecessária. A ciência da sociedade emerge quando e onde o funcionamento automático da sociedade deixa de proporcionar ajustamento. A análise consciente e a coordenação consciente dos processos sociais então se tornam necessárias.

Assim, só me resta convocá-lo para fazer parte daqueles que pensam, analisam, refletem a sociedade com vistas ao entendimento de sua existência, de seu fluxo, dos seus des(ajustamentos) e por que não de sua efemeridade. Isto porque é nossa obrigação contribuir para sua melhoria e conseqüentemente para a vida em sociedade. Começemos então por conhecer como nasceram as duas ciências bases desse livro.



Assim como os outros conteúdos que seguem você pode compreender o que foi focado aqui em todas as interfaces existentes no AVA. Assim, conte com os objetos de aprendizagem, com o fórum, com o poscadst, com os professores para dirimir suas dúvidas, bem como com o chat sobre o assunto. Basta acessar o AVA.



Para melhor aprofundamento das temáticas aqui colocadas sugiro a leitura dos seguintes autores e obras:

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

Em toda a obra a autora envereda pela Sociologia e também pela Antropologia colocando-as como chaves para a compreensão do homem em seus aspectos culturais, sociais e políticos. Tal obra lhe alargará o discurso, bem como o olhar, contribuindo com instrumentais teóricos para que analise com maior discernimento a realidade social.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. 21. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2009.

Em todo o livro você poderá se aprofundar sobre alguns temas da Antropologia em especial sobre Etnologia e Etnografia.

1.2 A trajetória da Antropologia e da Sociologia e seus principais teóricos

A Antropologia

A Antropologia tem como objeto de estudo o homem como ser biológico, cultural e social. Dividida em áreas, a Antropologia tanto se dedica a aspectos genéticos e biológicos do homem, quanto ao desenvolvimento das sociedades humanas, tornando-se ela a ciência que estuda as culturas do homem.

Vejamos como é denominado cada ramo da Antropologia e seu foco de atuação:

- ✓ Antropologia física ou biológica se dedica aos aspectos genéticos e biológicos do homem e procura desvendar as diferenças raciais e étnicas, a origem e a evolução da humanidade. Os antropólogos dessa corrente têm como algumas de suas fontes de estudo os fósseis e os comportamentos dos primatas.
- ✓ Antropologia cultural ou social trata do desenvolvimento das sociedades humanas e atêm-se à organização social, política e cultural do homem, bem como os seus comportamentos, à origem de sua realização, seus costumes e seus símbolos. Os antropólogos dessa área têm como alguns de seus objetos de estudo, a linguagem contida muitas vezes em poesias, canções, mitos, lendas, provérbios, desenhos, documentos e na própria oralidade.

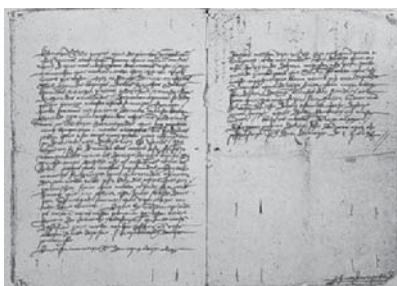
Tal ciência, entretanto, tem em outras ciências o auxílio necessário para compreender melhor os fenômenos estudados. Um exemplo é o da Arqueologia, que, como ciência auxiliar, dedica-se às condições de existência de sociedades desaparecidas, o que é de suma importância para compreender as sociedades mais primitivas. Outros exemplos são a Psicologia, a Biologia, e demais ciências que tenham por objeto de estudo o homem.

Para o antropólogo Claude Lévi-Strauss (1970), o conhecimento antropológico passa necessariamente por duas fases que lhe antecedem: a etnografia, que corresponde ao trabalho de campo ou aos primeiros estágios da pesquisa como a observação e a descrição, e a etnologia, ou “um primeiro passo em di-

reção à síntese”, ou em outras palavras, o estudo analítico e comparativo das culturas. A Antropologia, último estágio desse processo, seria a conclusão geral, ou o conhecimento construído, que por sua vez tem na etnografia e na etnologia os respaldos necessários.

A Antropologia, entretanto, não nasceu ciência e com essa organização. Ela teve o que Laplantine (1986) chamou de fase pré-histórica, cujo período se estende do século XV ao XVI e é caracterizada pelos relatos de viajantes e missionários que, através de suas cartas, diários e relatos, deram à Antropologia suas primeiras fontes.

Tais fontes, cujos principais representantes aqui no Brasil são Pero Vaz de Caminha (1450-1500) com sua **“Carta do Descobrimento do Brasil”** do século XVI; Hans Staden (1525-1579) com **“Duas Viagens ao Brasil”**; Jean de Léry (1563-1613) com **“Viagem à Terra do Brasil”**, todos do século XVI, foram primordiais para que a Antropologia sistematizasse o seu objetivo traduzido, à época, como o de entender a diversidade cultural dos homens em sociedade. A intenção dos precursores dos antropólogos era a de conhecer a cultura das sociedades primitivas e assim entender os primórdios da humanidade. Numa linha evolucionista, tais pesquisadores, conhecidos como antropólogos de gabinete, pois não foram a campo fazer as observações necessárias ao estudo científico, foram compondo suas teorias, chegando a conclusão de que a história da raça humana era uma só e que para atingir o progresso passava pelos estágios da selvageria e barbárie culminando na civilização.



No século XIX, essa ideia foi sedimentada através de figuras como Henry James Sumner Maine (1822-1888) com sua obra **“Ancient Law”** de 1861; Herbert Spencer com **“Princípios de Biologia”** de 1864; Edward Brunet Taylor (1832-1917) com **“A Cultura Primitiva”** de 1871; Lewis Henry Morgan (1818-1881) e **“A Sociedade Antiga”** de 1877 e James Frazer (1854-1941) com o seu **“O Ramo de Ouro”** em 1890. Tais autores foram sistematizando o conhecimento acumulado sobre as sociedades primitivas, desenvolvendo a tese de um evolucionismo das sociedades primitivas para as sociedades civilizadas. A maior crítica que esses estudiosos receberam foi a de que seus trabalhos eram eminentemente de gabinete. Eles não teriam ido a campo para tecer suas teorias acerca do parentesco, da religião, da organização social e demais áreas pelas quais enveredaram.

A chamada **Escola Evolucionista**, como ficou conhecida, sucumbiu porque explicava os fatos descontextualizadamente. Para os evolucionistas era prática comum analisar os fatos isoladamente ou mesmo por meio da comparação com outros fatos. Para eles os costumes eram vistos isoladamente e como fruto de um processo histórico de evolução da humanidade que necessariamente desembocaria na sociedade européia considerada por eles a mais evoluída. Tal concepção recai na ideia de determinismo, ou seja, como se o nosso destino já estivesse previamente definido e como se todas as sociedades passassem pelas mesmas etapas e conseqüentemente tivessem o mesmo fim.

Foi também no século XIX, que a Antropologia ganhou da Sociologia, mais precisamente da Escola francesa de Sociologia, um amparo científico e os fenômenos, eminentemente sociais, foram reconhecidos como objetos de investigação socioantropológica. Encontravam-se, assim, as duas ciências que trataremos nesse espaço.

Émile Durkheim e Marcel Mauss (1872-1950), nesse sentido, foram fundamentais para a elevação da Antropologia à categoria de ciência. Com “As regras do método sociológico”, de 1895, com “Algumas formas primitivas de classificação” escrito com Marcel Mauss, em 1901, e com “As formas elementares da vida religiosa”, de 1912, Durkheim inaugura o que se denominou de “Linhagem francesa” da Antropologia. Já Mauss escreveu “Esboço de uma teoria geral da magia,” de 1902-1903 em parceria com Henri Hubert (1872-1927); “Ensaio sobre a dádiva” de 1923-1924 e “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção de eu” de 1938. Ambos lançaram para a Antropologia um de seus principais debates que era o intercâmbio (troca) e a dádiva. Na visão de Mauss dar, receber e retribuir são três momentos distintos cuja diferença é fundamental para a constituição e manutenção das relações sociais.

Já imaginou uma sociedade sem a execução desses três verbos?

Ao longo do século XX, várias escolas vão surgindo e dando à Antropologia temas e conceitos que a institucionalizaram e a colocaram definitivamente no patamar científico. **A Escola funcionalista** dos anos 1920, representada por Bronislaw Malinowski (1884-1942), Radcliffe Brown (1881-1955), Evans-Pritchard (1902-1973), Raymond Firth (1901-2002), Max Glukman (1911-1975), Victor Turner (1920-1983), Edmund Leach (1910-1989), prioriza a cultura como totalidade e interessa-se pelas Instituições e suas funções para a manutenção da totalidade cultural. É nessa escola, diferentemente do evolucionismo, que o contexto é peça fundamental para entendermos os costumes.

Já o **culturalismo** norte-americano em 1930, cujos expoentes são Franz Boas (1858-1942), Margaret Mead (1901-1978) e Ruth Benedict (1887-1948), dá ênfase à construção e identificação de padrões culturais ou estilos de cultura, o chamado *ethos*. Para essa corrente da Antropologia a cultura impõe um modo específico de pensamento e comportamento aos homens nela inseridos. Em outras palavras é a cultura que determina a maneira de pensar, agir e interagir dos indivíduos.

O **estruturalismo** dos anos 1940, por sua vez, encabeçado pelo francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009) e pelo britânico Radcliffe Brown, elege como temas para a Antropologia os princípios de organização da mente humana e os pares de oposição e códigos binários, ou seja, os códigos que são usados para representar os símbolos (ou mensagens) da comunicação, sendo seus procedimentos utilizados para se conhecer os sistemas de parentesco e os sistemas de mito. A corrente da **Antropologia Interpretativa** dos anos 1960, por sua vez, que tem como principal representante Clifford Geertz (1926-2006), oferece uma nova interpretação antropológica, baseada na leitura da leitura que os “nativos” fazem de sua própria cultura.

E, por último, e tão importante quanto as outras correntes, temos a corrente da **Antropologia Crítica** dos anos 1980, liderada por James Clifford (1945-), George Marcus, Michel Fischer, Richard Price e Michel Taussig, os quais entendem a Antropologia como experimentação, a cultura como processo que incorpora outras manifestações culturais e a Etnografia como uma representação dessa variedade cultural.

Percebe como é ampla a Antropologia e como ela pode lhe ajudar a pensar a realidade?

A Sociologia

Ciência dos fatos sociais, ou ciência das ações sociais, ou ciência das relações sociais são definições extraídas dos clássicos **Émile Durkheim (1858-1917)**, **Max Weber (1864-1920)** e **Karl Marx (1818-1883)**, respectivamente, para a Sociologia, baseando-se, para isso, nas suas próprias indagações do que realmente seja a Sociologia. Ao partir do pressuposto de que o conhecimento sociológico é um projeto intelectual bastante denso e conflitante que teve sua origem na tentativa de

compreender situações sociais novas, criadas pela então nascente sociedade capitalista, caracterizada pelo predomínio do lucro advindo do investimento do capital, tenta-se conceituar o que realmente seja a tão mal entendida Sociologia.

A trajetória da Sociologia tem sido uma constante tentativa de diálogo com a sociedade capitalista, em suas diferentes etapas. Sua criação não é produto de um único filósofo ou cientista, mas representa o resultado do trabalho de uma série de pensadores que se empenham em compreender as novas situações de existência que estavam em andamento a partir do século XVIII considerado a data de implantação da semente da Sociologia no útero da sociedade ocidental. As transformações econômicas, políticas e culturais que ocorreram nesta época colocaram problemas inéditos para o homem resolver.

As duas revoluções que ocorreram na Europa ocidental foram fundamentais para o nascimento da Sociologia. A Revolução Industrial, na Inglaterra a partir do século XVIII, significou mais do que a introdução de máquinas e aperfeiçoamento de métodos produtivos. Ela converteu grande massa de trabalhadores em proletários (operários) ou desempregados, incidindo, consequentemente, no modo de vida de cada cidadão. Estava criado um problema que precisava de solução, e aqueles que se propuseram solucionar, a princípio, não foram homens de ciência, mas aqueles voltados para a ação. São exemplos Robert Owen (1771-1858), William Thompson (1775-1833) e Jeremy Bentham (1748-1832) para citar alguns que desejavam mudar a situação vigente.



Para você ter uma ideia do que, de fato, foi a Revolução Industrial, sugiro que assista ao filme “Germinal” baseado no romance de Émile Zola. Nele você perceberá o contexto que envolve a referida revolução.

Pode-se dizer que os precursores da Sociologia eram militantes políticos, indivíduos que participavam e se envolviam profundamente com os problemas da sociedade de que faziam parte. Eram pensadores, homens de ação que queriam entender os novos fenômenos que estavam surgindo, dentre eles, a oferta elevada de produtos e o alto índice de desempregados.

Com a Revolução Francesa, ou intelectual, ou burguesa (1789-1799) a transformação mental que vinha acontecendo desde o século XVI afluou ainda mais. Embora os burgueses, ao tomar o poder em 1789, procurassem construir um Estado que assegurasse sua autonomia em face da Igreja e que protegesse e incentivasse a empresa capitalista, marginalizando o trabalhador, igual ou pior que os aristocratas; o progresso da forma de pensar, fruto das novas maneiras de produzir e viver, contribuía para afastar interpretações baseadas em superstições e crenças infundadas, bem como, abria um espaço para a constituição de um estudo científico da sociedade.

O estranhamento dessa sociedade, por sua vez, não era privilégio de filósofos e homens que se dedicavam ao conhecimento, o homem simples também perguntava o porquê das coisas. Em suma, não fossem as revoluções, talvez não existisse a ciência social. Foi por causa do estado de desorganização que estas revoluções trouxeram à sociedade que homens como Auguste Comte (1798-857), Saint –Simon (1760-1825), Frederiz Le Play (1806-1882) sentiram a necessidade de racionalizar a nova ordem, encontrar um estado de equilíbrio na nova sociedade, conhecer as leis que regiam os fatos sociais e, para isso, Auguste Comte instituiu a Física Social, tempos depois denominada Sociologia. Bastava agora difundir-la e praticá-la. E assim o fizeram. Estudaram as instituições como a autoridade, a família e a hierarquia social que desempenharam papéis importantes na integração e na coesão da vida social, tentando encontrar um equilíbrio numa sociedade repartida pelos conflitos de classe.

O francês **Auguste Comte** é considerado o pai da Sociologia. Para ele a sociedade só poderia ser convenientemente reorganizada através de uma completa reforma intelectual do homem. Para isso propôs uma ciência estruturada em três pontos centrais:

- 1) Mostrar as razões pela qual certa maneira de pensar, o que ele denominou de filosofia positiva ou pensamento positivo, deve imperar entre os homens.
- 2) Fundamentar e classificar as ciências baseadas na filosofia positiva.
- 3) Reformar na prática as instituições, inclusive religiosa, através de uma determinação estrutural da Sociedade, dada pelo que ele chamou de Física Social e depois Sociologia.

Para Comte o conhecimento científico era a única forma de conhecimento verdadeiro. Foi com essa assertiva que ele divulgou o positivismo, concebido por ele como uma doutrina que buscava explicações para os fenômenos sociais. Baseada na observação e na abstinência do idealismo, somada a ascensão da experiência sensível, o que para ele era o caminho para se chegar à verdadeira ciência. Ao longo do tempo esse termo foi sendo apropriado por várias áreas do conhecimento fazendo com que servisse de premissa para muitas teorias.

É verdade que alguns estudiosos admitiram uma atitude de otimismo diante da sociedade capitalista identificando os valores e os interesses da classe dominante como representativos do conjunto da sociedade, deixando de lado preocupações como os conflitos e as lutas de classe, mas também é verdade que foi nos pressupostos teóricos da Sociologia que o proletariado buscou auxílio para encampar a luta prática na sociedade de classes. É nesse contexto que a Sociologia vincula-se ao socialismo e a nova teoria crítica da sociedade passa a estar ao lado dos interesses das classes trabalhadoras.

Deste modo, a Sociologia, como filha da modernidade, nasceu para explicar como havia surgido a sociedade industrial, como era o seu funcionamento, quais eram as suas consequências na vida de cada membro dessa sociedade. Para isso, recorreu a conhecimentos que advinham de antigas áreas do conhecimento como a Filosofia e a História.

Saint-Simon, Auguste Comte, Karl Marx e Frederic Engels, Émile Durkheim e Max Weber, foram primordiais na edificação da Sociologia. Saint-Simon, embora inspirado pelas ideias iluministas e revolucionárias, segundo as quais o homem é livre e igual aos outros, achava que a sociedade pós-revolucionária estava perturbada, onde reinava um clima de desordem, de anarquia, uma sociedade em que as relações sociais estavam instáveis. E foi dessa percepção que ele viu a necessidade prática de uma ciência que buscasse a restauração da ordem. Comte foi quem indicou o método utilizado pela nova ciência, que consistia nos mesmos da ciência da natureza, ou seja, na observação e na experimentação dos fenômenos, o já citado positivismo.

Quanto a Marx e Engels, foram eles que despertaram a vocação crítica da Sociologia, unindo explicações e alteração da sociedade, e ligando-a aos movimentos de transformação da ordem existente. Eles não concordavam com os positivistas que queriam restabelecer a ordem e viam na divisão do trabalho uma fonte de solidariedade. Para eles era hora da realização de transformações

radicais na sociedade e foi o socialismo marxista que apregoou tal teoria. Para Marx o que constituía a realidade concreta da sociedade capitalista era a luta de classes e a divisão do trabalho era uma fonte de exploração, antagonismo e alienação e baseando-se nessa premissa ele e Engels desenvolveram seus trabalhos, deixando claro que a ciência pode ligar teoria e prática e que a sociedade poderia se tornar um empreendimento crítico e militante, desmistificador da socialização burguesa e também um compromisso com a construção de uma ordem social na qual fossem eliminadas as relações de exploração entre classes sociais.



Que tal conhecer o mais famoso livro de Karl Marx? Chama-se “Manifesto do partido comunista” (www.culturabrasil.pro.br/manifestocomunista.htm). Neste livro Marx e seu companheiro Friedrich Engels incitam os proletários a unirem-se no que eles chamaram “Revolução Socialista”. Vale a pena conferir.

A Durkheim, que não acreditava que os problemas advinham da desigualdade econômica, mas de uma fragilidade moral da época, deve-se a implantação da Sociologia na academia, como também uma forma mais sistemática e mais autêntica da ciência social. Durkheim, assim como Weber, ocupou-se em estabelecer um objeto de estudo e um método para a Sociologia. Ele deu à Sociologia o caráter científico, pois, estabeleceu um objeto: os fatos sociais e um método que se baseava em dissecar os fatos sociais, tratá-los como coisas e explicar os fenômenos sociais estatisticamente, rejeitando, por conseguinte, a subjetividade do indivíduo. Tal método é considerado uma herança do positivismo de Comte.



Para Durkheim, “Fato social é toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais” (DURKHEIM, 2007, p. 40.)

Mas foi Weber quem deu à Sociologia um caráter profissional, na medida em que propôs uma ciência neutra, isolada dos movimentos revolucionários, uma ciência que oferecesse ao homem de ação um entendimento claro de sua conduta, das motivações e das consequências dos seus atos. A ideia de uma ciência social neutra seria um argumento favorável e atraente para aqueles que viviam e queriam viver da Sociologia como profissão. A concepção sociológica desenvolvida por Weber, a chamada Sociologia do Conhecimento, é influenciada pelo contexto intelectual da época. Ele incorporou em seu trabalho ideias de Immanuel Kant (1724-1804), Friedrich Nietzsche (1724-1804) e Werner Sombart (1863-1941). Com Kant compartilhou a ideia de que todo ser humano é dotado de capacidade e vontade para assumir uma posição consciente diante do mundo, aliou à visão pessimista da modernidade que era peculiar de Nietzsche, de Sombart herdou a preocupação de desvendar as origens do capitalismo. E isto sem contar com a influência do pensamento marxista que, na época, já havia penetrado o pensamento político e a academia.

Foi Weber quem desenvolveu uma sociologia que considerava o indivíduo e a sua ação como ponto chave da investigação. Com isso ele queria salientar que o ponto de partida para a Sociologia era a compreensão da ação dos indivíduos e não a análise das “instituições sociais” ou do grupo social, tão enfatizada pelo pensamento conservador. A busca pela objetividade e pela neutralidade valorativa marcou seu estilo e contribuiu para a elaboração da sociologia compreensiva. Para ele, conhecimento e opinião tinham que estar separados, pois só assim se conseguiria chegar a um conhecimento verificável, só a isenção de pré-noções, de pré-conceitos por parte do observador marcaria um compromisso com a ciência.

Weber buscou delimitar a autonomia e as especificidades das esferas econômica, política e cultural, em sua interdependência, buscando, com isso, compreender o sentido que cada ator atribui a sua própria ação. Sua metodologia consistia na precisa crítica dos textos, dos inquéritos e dos documentos e na determinação das relações de causalidade, construindo com isso o que ele denominou de Tipo Ideal e depois fazia as devidas comparações com a realidade, extraindo da comparação a compreensão e explicação de determinado fenômeno.

O que fica claro ao longo da trajetória da Sociologia é que apesar de todos estes homens de ciência divergirem teoricamente, todos colocaram uma mesma interrogação inquietante sobre o futuro do homem na sociedade moderna e isto é o que constitui o objeto da Sociologia.



Que tal escutar algo sobre tudo isso que foi aqui anunciado. Entre no AVA e ouça o podcast. Vale a pena conferir. Repito: qualquer dúvida entre em contato com o professor de plantão através do link “Dúvidas de Conteúdo”.



Para melhor aprofundamento das temáticas sugiro a leitura dos seguintes autores e obras:

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. 21 reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2009.

Nesta obra, o autor expõe de maneira muito didática o que é a Antropologia e quais os seus objetos de análise, trata ainda do etnocentrismo, como ele surgiu e ainda o contrapõe ao relativismo cultural. Vale a pena ler, pois ele lhe capacitará melhor acerca da Antropologia.

ARON, Raymond. **Etapas do pensamento sociológico**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Em todo o livro o autor deixa bem claro os caminhos percorridos pelos grandes teóricos da Sociologia ressaltando, inclusive, as características dos períodos históricos em que viveram e que influenciaram a sua maneira de entender o mundo.

1.3 O homem como ser cultural e social e sua relação com a sociedade

Do ponto de vista da Antropologia e da Sociologia, é a partir do conceito de cultura que podemos entender o homem como ser cultural e social. Inserido numa comunidade, e esta por sua vez dotada de cultura, o homem, independentemente de sua base biológica, acaba detendo um componente cultural e seu comportamento é essencialmente influenciado por ele.

Para entender esse homem, há que se entender também suas interações, seja com a natureza, com os outros homens, seja com o grupo a que pertence. Pois é o seu grupo quem dita às regras de convívio social. Ao nascer, o homem começa o seu processo de socialização, ou seja, a interiorização dos elementos socioculturais que lhe permitem adaptar-se à sociedade, vencendo os obstáculos das situações novas e amadurecendo a sua maneira de ser e de estar no mundo. O processo de socialização, nesse sentido, sedimenta no novo homem ou no homem novo os modelos de comportamentos anteriormente definidos e aceitos.

Se atentarmos para a natureza do homem nos depararemos com um dilema, já posto na história pelos filósofos Jean Jacques Rousseau (1712-1778) e Thomas Hobbes (1588-1679). Para Rousseau, o homem nasce puro e a sociedade o corrompe, enquanto que para Hobbes o homem nasce mau e a sociedade o molda, diminuindo essa maldade. Outro filósofo, o inglês John Locke (1632-1704), deixa claro que o homem nasce como uma página em branco e à medida que vai experienciando a vida esta página vai sendo preenchida. Tal hipótese é bem mais plausível, mas coloca o homem à mercê da sociedade em que nasceu.

Ele é bom ou mau, se o seu grupo for bom ou mau. E aí... o que pensa a respeito, o homem nasce bom ou mau? E qual o papel da sociedade?

A princípio quando as mesmas normas são acatadas por todos os membros do mesmo grupo, a capacidade crítica é extinta. E nós sabemos que não é bem assim. O homem é essencialmente crítico. Como ser pensante, várias indagações surgem à medida que ele vai experimentando a vida. É assim, inclusive, que ele aprende. É com essa lógica que a criança aprende a não comer alimento apimentado, que a criança aprende que não pode subir paredes, dentre outras coisas que se absorve por conta da curiosidade. É assim, inclusive, que o indivíduo vai construindo sua identidade.

Se por um lado temos os indivíduos que aceitam a realidade como ela é e aprende a conviver, por outro temos os indivíduos inconformados e que não aceitam as regras como elas são, não aceitam “a vida como ela é” e, por isso, tornam-se objeto de crítica, mas, ainda assim, revelam-se a base da mudança social. É esse tipo de minorias que, resistindo à pressão social para o conformismo e obediência, consegue estabelecer condições para o progresso, na medida em que influencia, para um lado ou para o outro, grupos existentes em cada sociedade. E assim, o homem torna-se um ser cultural e social.

É aprendendo e produzindo formas de viver e conviver que o ser humano incorpora, reelabora e reflete a língua, a culinária, a estética, a vestimenta, as artes, a forma de morar, a religião, dentre outras expressões culturais. Com o passar dos anos, porém, acabamos escolhendo se aquela forma de vida é de fato a que queremos ou se vamos viver de outra forma, podendo até encabeçar um movimento reconhecido como contracultura.



Um exemplo para se entender contracultura é o dos góticos e, de certa forma, os *Emos* – gênero musical que se estabeleceu sob forte influência norte-americana em meados de 2003 que influenciou a moda, a música e o comportamento dos adolescentes. Os adolescentes reconhecidos por cultivar a cultura da rebeldia, da irreverência e indisciplina, têm nos *Emos* pessoas com comportamento eminentemente emotivo e tolerante cujo visual consiste em geral em trajes pretos ou listrados, tênis, cabelos coloridos e franjas caídas sobre os olhos.

Por certo, movimentos como esses são encontrados em várias partes do mundo, e que, não por isso, deixam de ser julgados, deixam de ser vistos sob a ótica do observador, a partir dos valores do observador, como um fenômeno estranho, como algo que vai de encontro a sua cultura, a sua forma de pensar, de realizar, de se portar. A esse “estranhamento”, a esse julgamento, a Antropologia denomina **etnocentrismo**, que nada mais é do que o ato de eu analisar o outro ou sua sociedade a partir dos meus valores e, conseqüentemente, de minha sociedade.

Um caso trazido por Reinaldo Dias (2008) em seu livro “Introdução à Sociologia” é representativo para um exercício etnocêntrico. O caso é o seguinte:

Uma menina indiana de 9 anos casou-se com um cachorro. Isso porque seus dentes nasceram primeiro em sua gengiva superior, o que para sua tribo era sinal de mau agouro. O pai da menina, não tendo os recursos necessários para financiar o casamento convencional, entre homem e mulher, transformou um vira-lata no noivo. A tribo aceitou o casamento e o caso circula no mundo como um absurdo, pois aos nossos olhos aquela tribo comete um pecado.

Há também o modo como vemos as mulheres girafas da Tailândia ou as mulçumanas vestidas de burka, ou os alimentos exóticos servidos pelos chineses, a falta de higiene de determinados grupos indígenas, dentre outros exemplos tão significativos e esclarecedores do que se entende por etnocentrismo. Em contrapartida ao etnocentrismo tem-se o **relativismo cultural** que nada mais é do que o princípio que prega que uma crença ou qualquer atividade humana individual deva ser interpretada a partir do referencial da sua própria cultura.



O relativismo cultural é o responsável por grande parte da diversidade comportamental entre os homens provenientes de diferentes culturas. Ao relativizar defendemos que o bem e o mal, o certo e o errado, e outras categorias de valores são relativos a cada cultura. Em suma, não existe o bem e o mal, e sim o homem cultural e social.

Para dar continuidade a nossa reflexão, que tal assistir o filme “O enigma de Kasper Hauser”, baseado em fatos reais, do cineasta Werner Herzog.

Tais comportamentos fazem parte da relação que o homem estabelece com a sociedade e uma vez sendo fenômenos sociais são objetos das análises das ciências sociais. A Antropologia e a Sociologia, por exemplo, procuram definir as várias relações que surgem na sociedade, em meio às quais fica cada vez mais difícil e complicado determinar quem é quem e qual o seu papel dentro do todo social. Buscar respostas para entendermos o que somos a partir da imagem re-

fletida pelo “outro” é atentar para o fato de que estamos situados na fronteira de vários mundos sociais e culturais, ora fazendo ligações entre eles, ora impedindo que o diferente se torne comum aos nossos olhos.



Como você compreende o relativismo cultural? O relativismo cultural evita os pré-conceitos?

Pensar a relação indivíduo e sociedade em uma tribo indígena, em um país miserável, em um país subdesenvolvido ou mesmo em um país de primeiro mundo nos ajuda a alargar nossas possibilidades de sentir, agir e refletir sobre o que, afinal de contas, nos torna seres singulares e humanos. Entretanto, não se pode negar que cada um desses recortes tem dentro de si suas particularidades, seus diferenciais, além do poder das circunstâncias, como afirmou Ortega y Gasset (1993). Um caso para que se perceba o que apregooou Ortega y Gasset: Lembra-se de que na história do Brasil, não fossem as condições do mar e do tempo, Pedro Alvares Cabral (1467-1520) não chegaria às costas brasileiras? Consegue perceber o poder das circunstâncias?

Ao abordar o caso do compositor Wolfgang Amadeus Mozart (1719-1787), em “Sociologia de um gênio”, Norbert Elias (1994) leva a relação indivíduo-sociedade às últimas consequências. Ao estudar a vida do indivíduo Mozart, Elias atenta para os limites e as formas de relação possíveis entre um homem e a sociedade a qual pertence, entre a sua condição e as suas possibilidades, entre a sua vontade e os parâmetros sociais.

Como menino pobre, mas talentoso, Mozart sedimenta em si um temperamento difícil, o que para alguns entendidos é próprio de artistas. Filho de um músico de segundo escalão, Mozart e sua família passam por várias dificuldades, até que sua vocação e talento são revelados, tornando-se ele um músico bem requisitado. Não fossem seu temperamento e sua má relação com os seus pares, suas finanças seriam proporcionais ao seu talento musical. Cabe aqui uma pergunta: - Quantos casos iguais ao de Mozart você conhece? Apostaria que muitos. Que tal enveredar pela música clássica e pela vida de Mozart assistindo ao filme “Amadeus Mozart – o filme”, dirigido por Milos Forman e baseado na vida do compositor?

Atender às regras impostas pela sociedade da qual faz parte, às vezes não se revela tarefa fácil, principalmente se o que for exigido do indivíduo com potencial seja a manutenção do *status quo* (situação vigente). Permanecer no mesmo nível da pirâmide social em que nasceu, exige, de alguns, principalmente dos que estão no topo, um constante investimento, seja educacional, seja financeiro, tecnológico ou em novas ideias, e, do indivíduo que está na base, a total apatia.

Em sua obra “A sociedade dos indivíduos” (1994), o mesmo Norbert Elias deixa claro que a sociedade é formada por indivíduos e estes constituem a sociedade, estando ambas irremediavelmente entrelaçadas, não sendo possível considerar os termos separadamente. Afirma ele que não há sociedade sem indivíduos e, conseqüentemente, não há indivíduos sem sociedade.

Como a sociedade é composta de indivíduos, necessário se faz centrar-se no indivíduo. E acredito que seria muito significativo tentar problematizar o papel do indivíduo, restituindo-lhe seu caráter ativo, mutável, inconstante e de alteridade. Levando em conta o vínculo existente entre as maneiras de sentir, de se comportar, de aceitar, de negar, de ver, de ouvir, é um exercício bastante pertinente, principalmente se o que estiver em jogo for o entendimento da relação entre o indivíduo e a sociedade.

Diante da crescente industrialização e da conseqüente troca do homem pelas máquinas, diante das exigências cada vez mais rígidas de aperfeiçoamento e especialização, diante dos novos e disponíveis meios de comunicação, diante das novas doenças sociais, diante do baixo salário, diante da carestia, diante dos impostos por vezes abusivos, diante das epidemias, diante da liberdade sexual, diante do uso abusivo das drogas, enfim, diante de tantos problemas sociais, fica mais fácil conceber as formas de diferenciação social e suas implicações. Não é verdade?

A procura do entendimento entre tais diferenciações e implicações faz ruir a barreira entre a Antropologia e a Sociologia. Parafraseando Costa (2007, p. 166):

A Antropologia e a Sociologia procuram redefinir as múltiplas relações que emergem na sociedade, em meio às quais fica cada vez mais difícil definir quem sou eu e quem é o outro, o que é tradicional ou efetivamente moderno, aquilo que é globalizado e o que é regional.

De qualquer maneira perduram certas práticas de pesquisa mais próximas de uma ou de outra ciência. Enquanto métodos de pesquisa de massa se desenvolvem na investigação das diferenças regionais entre fenômenos mundiais – como desemprego e miséria –, as análises mi-

nuciosas da Antropologia procuram identificar nessa sociedade tecnológica e informacional os nichos de resistência e, como sempre, de manifestações de alteridade.

Mas como entender a análise sociológica e antropológica dos homens e da sociedade sem que se incorpore a história? - Do mesmo modo que não podemos esquecer as relações internacionais instauradas pelo capitalismo, nem o processo de colonização, não podemos deixar de lado, para as nossas análises, a história de cada povo, de cada nação, de cada região, de cada estado, de cada município.

Não podemos esquecer que qualquer aspecto da realidade social tem suas especificidades e estas são frutos da história e das disparidades internas de cada nação, que revelam, por sua vez, as diferentes formas seguidas pelas sociedades ao se implicarem no sistema capitalista. Sem que as conheçamos, fica quase impossível propor soluções eficientes, propor melhorias substanciais.

Para se entender e propor soluções para um problema social é preciso conhecer as relações intersubjetivas ou de reciprocidade. No seu já citado livro “Ensaio sobre o dom”, Marcel Mauss estuda os dons e os contradons ou a troca de presentes, e chega à conclusão de que nesses rituais de troca há uma natureza voluntária, porém obrigatória, embasada nos princípios de dar, receber e retribuir. Por isso é preciso conhecer os diferentes graus de dependência entre indivíduos e grupos. É preciso também entender quem domina e quem é subordinado. E só a história nos revela tais elementos.

Por certo, como afirma Elias (1994), o indivíduo é dotado de liberdade, vontade e motivação e por isso busca romper com os determinismos e causalidades e é assim que ele deve ser entendido em sua relação com a sociedade. Mas para isso é preciso que se conheçam suas configurações e *habitus*, ou seja, o universo simbólico dos sujeitos envolvidos na ação social. Em outras palavras, para se entender a relação indivíduo e sociedade é preciso atentar para as marcas que a sociedade imprime nos sujeitos, é preciso entender como determinada cultura é incorporada ou apropriada e reelabora pelo indivíduo por meio das disposições para sentir, pensar e agir.



Pense, reflita e contribua com sua análise no fórum sobre o assunto. Lá sua análise será não só compartilhada com seus colegas, mas poderá ter outras contribuições que lhe ajudará na sua compreensão sobre o assunto. Não tenha preguiça. Pense na sua formação.



Para ajudá-lo a sedimentar o que pensa, sugiro que leia em sua integralidade:

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf> Acesso em: 16 de dez. 2011

Neste livro compreenderá melhor o pensamento de Hobbes (1588-1679) sobre a natureza humana e sobre a necessidade que temos de governos e sociedades.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre as ciências e as artes**. Paris: Ridiendo castigat Mores, 2002. Disponível em: <<http://www.ebooks-brasil.org/adobeebook/cienciaarte.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2011

Este livro vai lhe proporcionar o entendimento de Rousseau acerca do gênero humano e de como as ciências e as artes podem escravizá-lo.

1.4 Cultura, família e Estado como fundamentos da organização da sociedade

Por cultura entendemos nossa forma de pensar, agir, se expressar, o nosso repertório gastronômico e artístico dentre outros elementos que se revelam no nosso cotidiano e que se tornam característicos de nosso tempo e do nosso espaço. Não fosse a cultura dos nossos antepassados não teríamos as feições que temos, não seríamos como somos, pois o que somos é resultado, sobretudo, das formas de viver dos que nos antecedem na escala da vida. Não nos perguntamos a toda hora porque somos de um jeito e não de outro. Não vivemos nos perguntando por que nos vestimos de um modo e os indianos de outro. Não estranhemos porque a língua oficial do Afeganistão seja o pashto. E, por certo, achamos muito estranho que os japoneses comam cachorro e não caranguejo ou paca ou cutia como muitos de nós. Sabe por que?

Porque somos diferentes, fomos colonizados diferentes, temos climas diferentes, temos recursos diferentes e conseqüentemente temos culturas diferentes. E isto não é demérito nenhum, muito pelo contrário, essa diversidade é o que da identidade a um povo, é o que o faz singular, o que o faz detentor de um rol de ideias e de práticas que conjugam os indivíduos que os compõem. Para o sociólogo Karl Mannheim (1950), o indivíduo tem a capacidade de compor sua identidade pela junção entre o que lhe é próprio, inato e aquilo que a interação social com outros indivíduos proporcionam. É assim, segundo ele, que construímos nossa identidade. É verdade que ela pode ser individual ou coletiva, mas seja qual for a identidade é aquilo que nos caracteriza e que nos faz ser reconhecido.

Já deve ter se perguntado: - se eu tivesse nascido em outro país ou mesmo em outra família, como seria?; - será se teria os mesmos valores, o mesmo senso crítico, os mesmos gostos, as mesmas ideias, a mesma escolha de profissão? ou será que tudo que você é, é determinado geneticamente?. Tais perguntas podem não ter respostas certas, mas podemos, baseando-se na experiência sensível, vislumbrar algumas respostas que recairiam no que Mannheim afirmou:

[...] pertencemos a um grupo, não apenas porque nascemos nele, nem porque professamos pertencer a ele, nem finalmente porque lhe oferecemos nossa lealdade e lhe prestamos nosso preito de fidelidade, mas primeiramente porque vemos o mundo e certas coisas do mundo da

mesma maneira pela qual eles os veem (isso é, em função das significações do grupo em apreço) cada conceito, cada significado concreto é resultante das experiências de um determinado grupo. Em qualquer definição todo conteúdo substancial, toda avaliação não mais suscetível de merecer um consenso sofre uma reinterpretação em termos funcionais. (MANNHEIM, 1950, p. 20).

Assim sendo, podemos concluir que embora não seja determinante, o grupo onde estamos inseridos influencia significativamente nossas ações e nossa visão de mundo. Afinal, o que seríamos nós sem as referências, sem os signos de nossa família, seja ela consanguínea ou por afinidade. Falando em família, você pode perguntar por que a família está atrelada a organização da sociedade? - Porque a família é o núcleo primeiro que compõe a sociedade. Desde suas origens a família fora composta com o objetivo de unir indivíduos que por algum motivo tinham relações de parentesco.

Frederich Engels, o amigo de Karl Marx, em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” busca nos estudos de Lewis Morgan (1818-1881), um constante diálogo sobre a temática e nos revela a seguinte conclusão de Morgan (*apud* ENGELS, s/d, p. 94):

Quando se aceitar o fato de que a família passou por quatro formas sucessivas e agora se encontra na quinta, surge logo a pergunta se essa forma pode ser permanente no futuro. A única resposta que pode ser dada é que a família terá que progredir na medida em que a sociedade progride que terá que mudar na medida em que a sociedade se modificar, exatamente como aconteceu o passado. A família é produto do sistema social e refletirá sua cultura. Como a família monogâmica se aperfeiçoou consideravelmente desde o começo da civilização e, de maneira realmente notável nos tempos modernos, é lícito pelo menos supor que já é capaz de continuar seu aperfeiçoamento até que a igualdade entre os dois sexos seja atingida. Se, num futuro distante, a família monogâmica não mais atender as exigências sociais, é impossível prever a natureza da família que irá sucedê-la.

Este texto, feito originalmente em 1877, já previa o que teríamos hoje em pleno século XXI. Por certo, mudanças significativas houve na estrutura familiar até que chegássemos a esse modelo de hoje, baseado em novas configurações onde as figuras do pai e da mãe não necessariamente precisam ser assumidas

por um homem e uma mulher respectivamente, nem tampouco precisam constar como ideal de família. Não fossem as grandes transformações econômicas, políticas e principalmente culturais incidindo nos aspectos da existência individual e coletiva, não conceberíamos uma família composta por dois pais, ou duas mães, ou com duas mães e dois pais dentre outras que podemos perfeitamente encontrar em nossa cidade. - Modernidade? Com certeza.

Não faz muito tempo que a família era composta por indivíduos ligados por laços consanguíneos e que o pai era o provedor da família e à mãe cabia os afazeres domésticos, o casamento era negociado e a união deveria ser eterna. Tal família ficou conhecida como família patriarcal e atualmente já não mais existe, pelo menos como modelo único. A família ganhou contornos novos, pois a mulher assumiu posições antes atribuídas única e exclusivamente ao homem, sendo muitas vezes a única responsável pelo sustento da família, retirando-lhe por vezes a função da educação dos filhos que por sua vez saí cada vez mais cedo de casa em busca de vãos próprios. Em contrapartida temos famílias comandadas apenas pela mulher ou apenas pelo homem.

Tal configuração é reveladora de uma nova concepção de casamento, desta vez não mais visto ou concebido como um negócio, mas como fruto de sentimentos e de “afinidades” e as relações entre pais e filhos como algo mais ameno haja vista os castigos antes aplicados aos filhos são hoje proibidos pelo Estatuto da criança e do adolescente. Há também o fato de a educação hoje ser mais liberal e como consequência dela há aceitação dos diferentes tipos de famílias a exemplo da família extensa, da homossexual e da nuclear, ou seja, aquela que tem a composição familiar do início dos tempos formada de pai, mãe e filhos, mas não seguindo os mesmos padrões do século XVII, por exemplo.

Tais tipos de famílias e os comportamentos oriundos delas foram e são os responsáveis pelas mudanças no código de direito civil que prevê em seus artigos a união estável, bem como o reconhecimento da união homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal. Vale registrar que o relator do processo que reconhece a união de casais do mesmo sexo foi o ministro Carlos Aires Brito, sergipano de Propriá e que assim como outros homens da lei reconheceu um direito que advem de uma nova concepção de família que nos tempos de hoje não mais podia ser negada.

Por certo, a família como instituição social assume funções que extrapolam a criação e manutenção dos filhos, do esposo ou esposa, pois a ela cabe a educação para além da instrução e assim elas se tornam responsáveis pelos ensinamentos de cunho moral, ético e cidadão, fornecendo, dessa forma, modelos de

formação para que convivam socialmente, estabelecendo relações. É assim que a família se constitui o primeiro grupo que media as relações indivíduo e sociedade, sendo a responsável, inclusive, pelas primeiras noções de cidadania. Tanto é assim que quando a criança por algum motivo não pode ter sua família genética, ela tem que ser amparada por outra ou por uma instituição que a transmita e ensine valores e condições para sua inserção na vida social. Afinal as crianças precisam de modelos para saber como se comportar, como ser homem ou mulher e é justamente nesse ponto que encontramos a estreita relação entre a família e a cultura.

A participação da mulher no mercado de trabalho, as grandes distâncias que são percorridas até chegar ao trabalho, a carga horária extensa em busca de um melhor salário no final do mês, são alguns dos inúmeros motivos que demandaram a criação de instituições acolhedoras e educacionais a exemplo das creches, hoteizinhos, maternais, pré-escolas e escolas que junto ou no lugar da família são os novos formadores de cidadãos. Não é raro uma criança surpreender os pais com conhecimentos que não foram passados por eles, da mesma forma que não nos surpreende o fato de a escola ser hoje a instituição social de maior importância quando o assunto é a mediação cultural. Hoje as escolas contemplam em seus currículos, além dos conteúdos tradicionais, temas como orientação sexual, economia doméstica, ecologia, ética, valores morais dentre outros temas que compõem o cotidiano do indivíduo, mas que antes era atribuição da família, o seu ensinamento.

E o Estado, onde entra nessa história?

A organização da sociedade conta além da família com o Estado, pois é ele, como afirmou Max Weber, o responsável pela organização e controle social, na medida em que é ele, o único detentor da coerção legítima. O primeiro autor que se dedicou ao estudo do Estado foi Nicolau Maquiavel (1469-1527). Ao escrever “O Príncipe”, em 1513 Maquiavel estudou as formas de poder e os tipos de governo: monarquia e república. Ao analisá-los Maquiavel tece os passos que devem ser seguidos por um governante para que tenha sucesso em seu governo.

A essa época o que hoje denominamos de Estado, ou seja, o conjunto de instituições que regulam a vida social, era comandado pelos reis e o seu poder era considerado divino porque segundo as doutrinas **cesaropapista bizantina**³, na França, e protestante, na Inglaterra, o direito de governar era emanado

3 Entendido aqui como um sistema de relações entre a Igreja e o Estado, no qual o líder do Estado estava no poder por vontade de Deus e legitimado pela Igreja Católica.

por Deus. Corroborando com a ideia de um possível Estado Natural, caracterizado pela inexistência de controle e onde os indivíduos agiam baseando-se apenas em sua consciência e em seu poder é que podemos entender a formação do Estado moderno, este por sua vez, calcado na necessidade que os indivíduos têm de um governante e de um regime político em detrimento de sua pretensa liberdade. Em outras palavras, os indivíduos preferem a ordem política.



O Estado, através da Polícia, é a única instituição que pode fazer uso da força, legitimamente.

Max Weber ao estudar a autoridade dos governantes, identificou três tipos, a saber: a tradicional, a carismática e a racional-legal. A primeira explica a autoridade de determinado governante por acreditar que como sempre foi assim, seu poder é legítimo. A autoridade carismática por sua vez é compreendida quando se leva em consideração que o líder é virtuoso, especial, um verdadeiro herói. Já com relação a autoridade racional-legal ela pode ser entendida quando o governante assume o poder de forma legal e suas ações e atos são tomados a partir de um conjunto de leis específicas.

Apesar de outros teóricos também terem se dedicado a temática do Estado e do governo, o que se pode entender é que o Estado hoje é concebido como expressão da vontade coletiva, como produto da razão humana. Na visão do filósofo alemão Immanuel Kant ao saírem do estado de natureza para o de associação, os indivíduos se submeteram a uma limitação externa o que fez surgir a autoridade civil e o Estado.

Se levarmos em consideração que o ser humano para além do biológico é cultural e social e que por isso precisa de seus semelhantes para criar, produzir, trocar, enfim viver, entenderemos a necessidade da família como primeiro conglomerado para guiar os indivíduos. As famílias, por sua vez, para sobreviverem, para se prolongar acabam por compor agrupamentos contínuos que chegaram a ideia de Estado nação cujas bases foram determinadas pela Ordem de Westfália, em 1648 e que tem como objetivo regimentar e regular a vida em sociedade. A prevalência estatal é de suma importância para as sociedades, pois despótica ou não, ela evita o caos estabelecido pela falta de regras.



A Paz de Vestfália ou Tratados de Munster e Osnabruck nomeia uma série de tratados que pôs fim a guerras como a Guerra dos Trinta Anos e também reconheceu oficialmente as Províncias Unidas e a Confederação Suíça e que deu início ao moderno Sistema de Relações Internacionais, acatando consensualmente as noções e os princípios de soberania estatal e o de Estado nação.

Como o Estado evita o caos? – Com uma série de prescrições jurídicas e sociais que regulam a vida em Sociedade. Como isso ocorre na prática? – Com o estabelecimento dos poderes que podem ser identificados em países republicanos, como o Brasil. São eles: o legislativo, o judiciário e o executivo. O poder legislativo está na esfera do municipal (vereadores), estadual (deputados estaduais) e federal (deputados federais e senadores) e é o responsável pela criação de leis que favoreçam a população, o poder executivo, por sua vez, também está nos âmbitos municipal (prefeito e secretariado), estadual (governador e secretariado) e federal (presidente e ministros) e é o responsável pelo cumprimento das leis, representadas principalmente pela constituição federal.

Compondo a tríade dos três poderes temos o poder judiciário, sendo responsável pelo julgamento de casos que por algum motivo remetem a injustiça social e que tem nos membros desse poder a esperança de justiça. Composto pelo Supremo Tribunal Federal responsável pela interpretação e aplicação da constituição, pelo Superior Tribunal de Justiça responsável pela uniformidade da lei em todos os estados bem como dos casos infraconstitucionais e pela Justiça federal responsável pelas causas indígenas e pelos casos que envolvem a união, autarquias e empresas públicas federais.

O judiciário ainda conta com sua esfera estadual, composta pelos tribunais de justiça e juízes de direito em fóruns que procuram resolver as questões de inconstitucionalidade e atos normativos no âmbito estadual, sem contar com a Justiça do Trabalho responsável pelas questões trabalhistas; pela Justiça eleitoral que tem seus tribunais regionais e seu tribunal superior eleitoral e é responsável pelo encaminhamento, coordenação e fiscalização das eleições e do processo de formação e registro dos partidos políticos, além da Justiça Militar,

constituída pelo Superior Tribunal Militar (STM), juízes e tribunais militares e os Conselhos de Justiça Militar, sendo este responsável pelo processo e julgamento de crimes militares.

Penso que não é nada demais deixar bem claro que uma sociedade sem Estado, ou seja, horizontalizada, sem hierarquias e com igualdade de direitos não só é utópica como é quase impossível de ser implementada nos dias de hoje, onde predomina o capitalismo caracterizado por ser um sistema sociopolítico e econômico centrado na propriedade privada. Sistemas políticos como o comunismo e mesmo anarquismo, se revelam cada vez mais impossível de serem implantados. Basta que analisemos o caso de Cuba com Fidel Castro (1926-) onde para que suas ideologias vigorassem ele teve que se desfazer da composição do Estado, sendo por isso reconhecido, por muitos, por ditador. Com tudo isso poderia perguntar: - então o melhor sistema é o capitalismo? – A resposta vai muito além do pragmatismo, pois está no campo das ideias e do dever ser, isso porque o capitalismo está muito longe do ideal, pois repleto de injustiças, de antagonismos e de desesperanças ele deixa, para aqueles que pensam, a necessidade de construção de um sistema mais adequado.



Uma vez entendido os modos de governo, que tal pensar em outra forma de governo que difere do comunismo e do capitalismo?

Espero sua reflexão no AVA.



Tudo o que foi colocado até aqui pode ser mais bem compreendido com os objetos virtuais de aprendizagem. Que tal acessar o Ambiente Virtual de Aprendizagem e continuar os estudos? Caso necessite de alguma explicação, tem uma equipe de professores à sua disposição para dirimir suas dúvidas. Aproveite.



Leia as obras:

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005. Disponível em: www.culturabrasil.pro.br/manifestocomunista.htm. Acesso em 19 jul. 2009.

Neste livro, Karl Marx e seu companheiro Friedrich Engels incitam os proletários a unirem-se no que eles chamaram “Revolução Socialista”. Vale a pena conferir.

MAQUIAVEL. Nicolau. **O príncipe**. Florença: LCC publicações eletrônicas, 1513. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/zip/oprincipe.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2011.

Este livro, condenado pela Igreja e mal visto por muitos intelectuais durante muitos anos, lhe será muito útil, pois é na verdade composto por uma série de conselhos acerca de como se deve governar um Estado. No livro, Maquiavel descreve os distintos tipos de Estado e como cada tipo exige uma forma de governo.



A parte 1 intitulada **Antropologia e a Sociologia como ciências** é composta de dois temas a saber: 1 - **A institucionalização da Antropologia e da Sociologia** e 2 - **O conhecimento antropológico e sociológico como base para a compreensão da sociedade**. Até agora você estudou o tema 1 e nele você pôde compreender os Princípios que norteiam o ensino da Antropologia e da Sociologia e sua ruptura com o senso comum; a trajetória da Antropologia e da Sociologia e seus principais teóricos; o homem como ser cultural e social e sua relação com a sociedade bem como a cultura, a família e o Estado como fundamentos da organização da sociedade. Tais conhecimentos serão de suma importância para enveredar pelos caminhos trilhados pelas ciências sociais, em especial a Antropologia e a Sociologia.



01 O que diferencia a ciência do senso comum?

02 O que é Antropologia e Sociologia?

03 Para Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), o comunismo seria a solução para os problemas advindos do capitalismo caracterizado pelo trabalho assalariado, pela propriedade privada dos meios de produção e pelo livre mercado. Na visão deles uma sociedade comunista, ou seja, uma sociedade igualitária, sem classes, na qual tudo fosse comum a todos, seria a solução para os antagonismos advindos do sistema capitalista. Mas como chegar ao comunismo segundo Marx e Engels?

04 Para o sociólogo Karl Mannheim como o indivíduo compõe sua identidade?

Verifique no AVA as respostas do exercício.



05

O que diferencia a ciência do senso comum é a eleição do objeto e do método por parte do conhecimento científico. Foi assim que se institucionalizaram ciências a Antropologia e a Sociologia que junto com a Política compõem o rol das chamadas Ciências Sociais que tem dentre seus objetivos intervir na sociedade para melhorá-la. Nesse sentido, são princípios que as norteiam:

- a) A ruptura com o senso comum e o engajamento científico, focando nas opiniões teorias científicas que as embasem, o que faz com que seu discurso seja substancial, lapidado e passível de ser adotado para determinadas realidades.
- b) A separação das outras ciências o que dá identidade as ciências emergentes e a escolha de métodos próprios.
- c) O envolvimento com outras ciências o que faz com que o discurso seja sistematizado e amplo como convém a toda ciência e a sistematização de seus métodos.
- d) A abertura para os métodos baseados na observação e experimentação das ciências exatas e a lapidação de seus discursos baseados em teorias científicas.
- e) O estreitamento de vínculos com o senso comum a fim de dar veracidade às pesquisas científicas e a incorporação de modelos matemáticos para análise dos fenômenos sociais.

06

Ao longo do século XX, várias escolas vão surgindo e dando à Antropologia temas e conceitos que a institucionalizaram e a colocaram no patamar científico. São elas:

- I - Escola funcionalista
- II - Escola Culturalista
- III - Escola Estruturalista
- IV - Escola Interpretativista
- V - Escola da Antropologia Crítica
- VI- Escola Arqueológica
- VII – Escola física

A sequência com as afirmativas CORRETAS é:

- a) I; II; III; IV e V apenas
- b) I; II; III; IV;V; VI e VII.
- c) II, VI e VII apenas
- d) II; III; V; VI e VII apenas
- e) III; IV;V; VII apenas

Verifique no AVA as respostas do exercício.



07 Marque a alternativa CORRETA:

Considerado o pai da Sociologia, pois para ele a sociedade só poderia ser convenientemente reorganizada através de uma completa reforma intelectual do homem. Para isso propôs uma ciência estruturada em três pontos centrais: mostrar as razões pelas quais certa maneira de pensar, o que ele denominou de filosofia positiva ou pensamento positivo, deve imperar entre os homens; fundamentar e classificar as ciências baseadas na filosofia positiva e uma reforma prática das instituições, inclusive religiosa, através de uma determinação estrutural da Sociedade, dada pelo que ele chamou de Física Social e depois Sociologia. Esse homem é:

- a) Karl Marx
- b) Émile Durkheim
- c) Max Weber
- d) Saint Simon
- e) Auguste Comte

08 Considerando as especificidades das teorias de cada clássico da Sociologia, leia os trechos abaixo e identifique os respectivos autores:

1. _____ defendia que o objeto de estudo da Sociologia eram os fatos sociais e que o seu método deveria se basear em dissecar e explicar os fenômenos sociais estatisticamente, afastando, assim, a subjetividade do indivíduo;
2. _____, se opondo à ideia positivista do restabelecimento da ordem social, introduziu a visão crítica da Sociologia, defendendo a realização de transformações radicais na sociedade e acreditando que a ciência deve unir a teoria à prática e ajudar a eliminar as relações de exploração presentes na sociedade capitalista;
3. Tendo como objeto de estudo a ação social, _____ adotou a metodologia compreensiva, considerando o indivíduo e a sua ação como ponto chave da investigação sociológica. Para ele, era fundamental para o sociólogo analisar e compreender o sentido subjetivo da ação social e não a análise das instituições sociais.

Verifique no AVA as respostas do exercício.



4. _____ tinha como objetivo criar uma área específica de estudo para a Sociologia, por isso estabeleceu que o objeto de estudo dessa ciência eram os fatos sociais, cujas características são a coercitividade, generalidade e exterioridade;

A alternativa com a sequência CORRETA é:

- a) Karl Marx; Émile Durkheim; Max Weber e Émile Durkheim.
- b) Karl Marx; Max Weber; Max Weber; Émile Durkheim.
- c) Émile Durkheim; Karl Marx; Max Weber; Émile Durkheim.
- d) Max Weber; Karl Marx; Max Weber; Karl Marx.
- e) Émile Durkheim; Max Weber; Karl Marx; Émile Durkheim.

09 Do ponto de vista da Antropologia e da Sociologia, é a partir do conceito de cultura que podemos entender o homem como ser cultural e social. Inserido numa comunidade, e esta por sua vez dotada de sua cultura, o homem, independentemente de sua base biológica, acaba detendo um componente cultural e seu comportamento é essencialmente influenciado por ele.

Considerando a citação acima, podemos concluir que:

- a) Para a Antropologia e a Sociologia a base biológica determina o comportamento humano.
- b) Segundo as ciências antropológica e sociológica, o conceito de cultura deve ser entendido a partir de elementos biológicos.
- c) O componente cultural é essencial para influenciar o comportamento humano, independente de sua base biológica.
- d) Dependendo da cultura, conforme a perspectiva da Antropologia e da Sociologia, a base biológica explica o comportamento criminoso.
- e) O conceito de cultura, embora seja fundamental, não fornece possibilidades para compreender a condição humana.

Verifique no AVA as respostas do exercício.



10 Por certo, o indivíduo é dotado de liberdade, vontade e motivação e por isso busca romper com os determinismos e causalidades e é assim que ele deve ser entendido em sua relação com a sociedade. Mas para isso é preciso que se conheçam suas _____ e _____, ou seja, o universo simbólico dos sujeitos envolvidos na ação social. Em outras palavras, para se entender a relação indivíduo e sociedade é preciso atentar para as marcas que a sociedade imprime nos sujeitos, é preciso entender como determinada cultura é incorporada ou apropriada pelo indivíduo por meio das disposições para sentir, pensar e agir.

Os conceitos que melhor preenchem os espaços em branco são:

- a anomias e positivismo
- b alteridades e etnocentrismo
- c ações e defeitos
- d tensões e tristezas
- e configurações e habitus

11 Por certo, a _____ como instituição social assume funções que extrapolam a criação e manutenção dos filhos, do esposo ou esposa, pois a ela cabe a educação para além da instrução e os ensinamentos de cunho moral, ético e cidadão, fornecendo dessa forma modelos de formação para que convivam socialmente estabelecendo relações.

Estamos tratando da:

- a família
- b propriedade privada
- c escola
- d igreja
- e política

Verifique no AVA as respostas do exercício.



12

Para _____ a família passou por quatro formas sucessivas e agora se encontra na quinta, surge logo a pergunta se essa forma pode ser permanente no futuro. A única resposta que pode ser dada é que a família terá que progredir na medida em que a sociedade progride que terá que mudar na medida em que a sociedade se modificar, exatamente como aconteceu o passado. Estamos falando de;

- a Karl Mannheim
- b Karl Marx
- c Frederich Engels
- d Lewis Morgan
- e Auguste Comte

Verifique no AVA as respostas do exercício.

O CONHECIMENTO ANTROPOLÓGICO E SOCIOLÓGICO COMO BASE PARA A COMPREENSÃO DA SOCIEDADE

O objetivo da temática dois é proporcionar o entendimento, através do olhar antropológico, dos mecanismos existentes na sociedade que controlam as ações dos indivíduos. Os conhecimentos adquiridos no tema anterior irão ajudá-lo a compreender a sociedade, além de entender a importância da Antropologia e Sociologia como ciências.

Vale ressaltar que a construção do olhar antropológico requer uma série de conhecimentos calcados em pesquisas. Assim sendo, convido você a conhecer a sociedade através do olhar da Antropologia e da Sociologia

Objetivos da Aprendizagem

Ao final do tema 2 você terá que ser capaz de:

- ✓ Perceber como está organizada a sociedade.
- ✓ Identificar os tipos de disparidades sociais.
- ✓ Entender os problemas decorrentes da composição populacional.
- ✓ Compreender a relação entre dinâmica econômica e trabalho.

2.1 Estrutura societal

Uma sociedade é um conjunto de pessoas interligadas por algum motivo e a estrutura societal ou social é a forma como estão organizadas as partes que compõem a sociedade. Essas partes, ou seja, os indivíduos, os grupos, as comunidades, dentre outras, têm diferentes acessos aos recursos disponíveis e, por isso, estão estratificados econômica e socialmente. A estratificação social, por sua vez, é a diferenciação de indivíduos e grupos em posições (*status*), estratos ou camadas, mais ou menos duradouros e hierarquicamente justapostos.

Ao partir da verificação de que os membros e os grupos de uma sociedade são unidos por uma série de deveres e direitos (privilégios) mútuos, acordados e praticados por todos, pode-se entender a estrutura de uma cidade como sendo o resultado da interação entre as pessoas, as facilidades de mercado, as agências de transporte e de comunicação e os tipos de funções exercidas, dentre outras características. O termo “comunidade”, por sua vez, tem duas acepções: uma social e outra espacial. Falar de comunidade implica uma pluralidade, uma identidade entre os indivíduos ou grupos que a compõe. Essa identidade está atrelada a três princípios básicos: filiação, nascimento e residência.

O conceito de “grupo” se propõe mais aberto, pois se refere a um conjunto de coisas ou pessoas, com algo em comum, independentemente da sua presença no mesmo espaço. Naturalmente, um “grupo de pessoas” é definido por respeitarem as mesmas normas e valores, o que os identificam e os fazem interagir. Como, por exemplo, os membros de um fã clube, uma roda de amigos que se reúnem para assistir a um jogo, a reunião de mulheres que trabalham para ajudar determinada casa de caridade, dentre outros.

O sociólogo Charles Horton Cooley (1864-1929), da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, em 1909, atentando para o elo de determinados grupos, os dividiu em dois tipos: os grupos primários e os grupos secundários. Para tanto, ele observou se havia contato direto entre os membros, se as associações se davam por um caráter específico, se havia uma permanência relativa, qual o número de pessoas implicadas e se havia relativa intimidade entre seus membros. De modo que os dividiu da seguinte forma: Grupos primários, como sendo a família, a vizinhança, o grupo de crianças, tendo como características o sentimento de união, um modo comum de proceder e por isso se identificam, e, os grupos secundários dos quais são exemplos a própria

nação, os partidos políticos e os sindicatos. Tais grupos têm como elementos unificadores a impessoalidade e os objetivos restritos com vistas a realizarem fins possíveis.

Espero que esteja percebendo que, às vezes, o modo como estamos organizados passa a largo dos nossos entendimentos, entretanto vale registrar que o indivíduo que não conhece a estrutura social na qual está inserido, não conseguirá atuar no espaço social de maneira significativa. O que se percebe é que ao longo da história da humanidade existiram vários tipos de sociedade. De castas, na Índia, de estamentos, durante o regime feudal, a escravatura, em várias partes do mundo, até mais ou menos o século XIX, e as classes. No Brasil, por exemplo, já tivemos a sociedade escravocrata, em que um indivíduo era proprietário de outro, e hoje, temos a sociedade de classes baseada na hierarquia das classes sociais marcadas pelo poder econômico, cultural e social dos indivíduos que a compõem.



Você poderia perguntar: Por que alguns grupos são mais ricos e poderosos que outros? Que grau de igualdade e de desigualdade há nas sociedades modernas? Que possibilidades têm de ascender socialmente as pessoas de procedência humilde? Por que perdura a pobreza em países ricos?

Perguntas como essas não podem ser respondidas sem que se leve em consideração a cultura de cada grupo. Como assim? Poderia ainda se perguntar. Por incrível que pareça há por parte de muitos indivíduos a aceitação da hierarquia, seja ela econômica ou cultural. São poucos os indivíduos que se mudam de uma classe para outra. O suposto comodismo que faz com que um pobre permaneça pobre durante toda a vida, sem nenhuma prática concreta que o faça ascender na pirâmide social, é um fator decisivo para permanência da sociedade de classes.

É verdade que existem aqueles que batalham por melhores condições de vida e conseguem ascender na pirâmide social. Posso até arriscar dizendo que, com certeza, você conhece uma ou várias pessoas que têm origem humilde, mas que de algum modo ascenderam econômica e socialmente. O Apresentador

de TV Silvio Santos é um deles. De camelô, passou a ser dono de emissora de TV, banqueiro e empresário de vários setores.

De modo que as desigualdades estruturais que existem entre diferentes grupos de indivíduos ficam muito bem evidenciadas em cada classe correspondente. Há os poucos que estão na classe alta, um número grande que perfaz a classe média e um número maior ainda que compõe a classe baixa. Claro que cada uma dessas classes tem suas subdivisões e assim temos as classes alta alta, média alta, média baixa e miseráveis, sendo que estes estão abaixo da linha da pobreza.

Com status social similar, os componentes dessas classes não se estabelecem por meio de disposições jurídicas ou religiosas. É um sistema mais comum que o de castas ou estamentos. No sistema de castas na Índia, os interesses de cada casta coincidem com os interesses da família, já nas sociedades de classes os interesses da classe podem não coincidir com os da família. No sistema de castas da Índia, o indivíduo nasce e morre na mesma posição social. Quem nasce na casta de brâmane (sacerdote) necessariamente morre brâmane. A posição social é praticamente *in natura*, é igual a natural. Já nas sociedades de classes ocidentais a posição social é adquirida, seja pela ocupação profissional, pela conta bancária, pelas posses materiais, pelas interações sociais, pela consciência de classe ou pelo capital cultural.

Os limites entre as classes são muito bem demarcados, mas nada que impeça a ascensão ou decadência dos indivíduos que a compõem. É a chamada mobilidade social, afinal, pessoas de diferentes classes podem se casar, jogadores podem ganhar na loteria, um estudante pode superar as dificuldades diárias, formar-se, passar num concurso rentável e estabelecer-se na vida. Um exemplo disso é o do pernambucano Ubirajara Gomes da Silva, menino de rua, que estudando em bibliotecas públicas, passou no concurso público do Banco do Brasil e ascendeu da classe dos miseráveis para a classe média.

Deste modo, podemos atestar que, diferente das sociedades de castas, nas sociedades de classes o *status* é, em parte, adquirido, pois esse tipo de sociedade permite a mobilidade social ascendente e descendente. Por certo, não só o fator econômico ou de posse material é decisivo para que o indivíduo pertença a uma ou outra classe. Há também aquele baseado no capital cultural entendido aqui como o conhecimento adquirido ao longo da vida, seja ele formal ou informal. É assim, por exemplo, com um grupo de intelectuais que não necessariamente tem poder econômico, mas que é visto como pertencente a um lugar elevado na hierarquia social.

Dois dos grandes teóricos da Sociologia, Karl Marx e Max Weber, têm opiniões sobre as sociedades de classes. Para Marx, com a industrialização surgiu um sistema de classes no qual a burguesia e a classe operária ou proletária seriam as mais importantes. A burguesia controlaria a escola, os meios de comunicação e outras instituições. Os proletários, por sua vez, controlariam a sua força de trabalho, em troca de um salário. As duas classes, como que se complementando, embora não necessariamente sem conflitos, teriam experiências comuns, consciência de classe e organização em partidos e sindicatos.



Você sabia que as ideias de Karl Marx, conhecidas como marxismo, são até hoje difundidas entre sindicalistas, pois segundo Marx, só com uma revolução social protagonizada pelos operários seria possível alcançar uma sociedade sem exploradores e explorados.

Ao contrário de Marx, Weber elenca um novo critério de estratificação social: a identidade. Segundo ele, a estratificação social existe não somente em função de diferenças de riqueza, mas também de poder e de prestígio. Para Weber (1963, p. 211) poder é "[...] a probabilidade de que um homem ou um grupo de homens realizem sua própria vontade em uma ação comunal mesmo contra a resistência de outros que estão participando nesta ação". Esse poder, entretanto, não está relacionado única e exclusivamente ao fator econômico. As identidades baseadas na etnia, na religião, na nacionalidade e em outros atributos podem ter prioridade sobre o critério de classe como definidor da estratificação social. Tomemos por exemplo um grupo de escritores, que por saberem articular bem suas ideias, seja em qual área for, têm seus livros bem recebidos e passam do anonimato para o patamar dos bem sucedidos, não representando, necessariamente, um aumento na conta bancária.

Segundo o sociólogo francês Alain Touraine (1994), a partir da década de 1970 teve início a sociedade pós-industrial e, com ela, o conhecimento e a economia de produção de serviços passaram a ser fundamentais e o conhecimento converteu-se em fonte de inovação e recurso estratégico de progresso. O que aconteceu, segundo ele foi que o conflito de classes previsto por Marx deu

lugar à **tecnocracia**¹ e à **meritocracia**², ou seja, passamos de uma sociedade de exploração para outra de alienação, na qual reinam novas formas de poder.

Ligado ao conceito de classe social temos o de organização social que tem nas instituições jurídicas o apoio legal. Se levarmos em consideração que nas sociedades primitivas todas as relações pessoais reduziam-se a relações de família e que os indivíduos não eram livres e sim determinados pelo seu nascimento e que não era possível mudar essa determinação com um ato pessoal de vontade, entenderemos perfeitamente o surgimento de um “contrato social”. De acordo com Rousseau (2002), o “contrato social” é uma exigência das sociedades modernas. Os indivíduos independentes e separados do próprio grupo formam parte de associações voluntárias nas quais podem ocupar livremente a sua posição e determinar as suas próprias relações.

No seu livro “A divisão do trabalho social”, Durkheim (1995) parte do pressuposto de que a vida social tende inevitavelmente a organizar-se formalmente, e concebe a solidariedade social como a característica essencial da sociedade. Ele diferencia a solidariedade como solidariedade mecânica e solidariedade orgânica. A solidariedade mecânica pressupõe uma semelhança entre as pessoas e a prevalência da personalidade coletiva em detrimento da individual, a exemplo das sociedades primitivas onde as pessoas estariam unidas pela amizade, vizinhança, parentesco, etc., como se tudo isso fosse externo ao indivíduo. Em sociedades onde predominam esse tipo de solidariedade, o direito estaria dominado por **sanções repressivas**³.

A solidariedade orgânica, por sua vez, implica uma diferença entre os indivíduos que derivam da divisão social, da especialização no trabalho e da interdependência. A solidariedade orgânica pressupõe que cada indivíduo tem um campo próprio de ação. Nestas sociedades, cuja solidariedade é evidentemente orgânica, o **direito é restitutivo**⁴, mais que repressivo. Mas a pergunta que pode não querer calar é a seguinte: a solidariedade, seja ela mecânica ou orgânica

1 Tecnocracia é entendido como um sistema de organização política e social, no qual os técnicos, através de suas funções, prevalecem.

2 Meritocracia é o reconhecimento do mérito do indivíduo a partir de suas ideias e realizações.

3 O direito repressivo corresponde àquele cuja ruptura constitui o crime e sua sanção é a perda de algo de que desfruta a exemplo da honra, fortuna e liberdade.

4 O direito restitutivo corresponde à exigência da reparação das relações perturbadas por atos do infrator. As sanções podem ser a recondução à força ao tipo que a desviou ou a privação de todo e qualquer valor social.

nica, é capaz de explicar determinados comportamentos, mas é suficiente para constituir políticas em prol das populações excluídas ou menos favorecidas?

Por certo, a solidariedade acaba sendo um conceito muito significativo para entendermos a lógica que faz os indivíduos conviverem em sociedade, mas não tem um caráter pragmático, em que os indivíduos busquem nela solução para seus problemas, mesmo porque tal conceito é concebido no senso comum como aquele que explica laços afetivos, de reciprocidade, nada mais. Quando nos deparamos com situações periclitantes, de miséria, de falta de serviços ou mesmo de desrespeito aos direitos fundamentais do homem, percebemos de imediato que não é apenas e tão somente a solidariedade no sentido durkheimiano ou mesmo do senso comum que resolve o problema, mas sim um tipo de organização, hoje muito comum, que envolve pessoas que, solidárias às causas, conseguem se unir em um grupo organizado caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e que objetivam o bem comum. Estamos falando do terceiro setor, ou seja, da sociedade civil que tem iniciativas privadas, mas com vistas à utilidade pública.

Compõem o rol de organizações que fazem parte do Terceiro Setor: as entidades filantrópicas, as organizações sem fins lucrativos, as associações civis sem fins lucrativos e as Organizações não Governamentais – ONGs, além da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP. O terceiro setor tem como características principais o fato de serem instituições formalmente constituídas, com uma estrutura básica não governamental, com gestão própria, sem fins lucrativos e contando com trabalho voluntário e/ou o uso voluntário de equipamentos. As entidades filantrópicas são pessoas jurídicas que atendem uma parcela da população em alguma de suas carências sem visar lucro e as organizações sem fins lucrativos, por sua vez, são de natureza jurídica e o lucro advindo de suas ações são reinvestidos em estrutura ou outras áreas da pessoa jurídica para atender a uma parcela da população.

A OSCIP por sua vez é um título atribuído pelo Ministério da Justiça do Brasil para as ONGs criadas pela iniciativa privada e que primam pelos critérios de serviços e transparência em suas ações. Sendo que as Organizações não governamentais distingue-se como

[...] organizações formais, privadas, porém com fins públicos e sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus

membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvos específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global) (SHERER-WARREN apud GOHN, 1997, p. 55).

As ONGs têm objetivos louváveis e vêm assumir compromissos que legalmente é do Estado, a exemplo da prestação de serviços a menores carentes, a projetos socioambientais, a projetos que envolvem práticas esportistas, a associações beneficentes para portadores de transtornos afetivos e doenças e a várias outras necessidades, mas elas não necessariamente passam pelas críticas como boa moça e como tábua de salvação para todos os cidadãos. As ONGs que enfrentam problemas tais como o desafio da eficiência e da eficácia de seus serviços e a sua sustentação financeira têm problemas no que tange ao *modus operandi* de suas ações, sejam elas o levantamento de recursos ou mesmo os seus investimentos, além da correta aplicação dos recursos quando se leva em consideração as necessidades das comunidades atendidas. Isto tudo porque as ONGs têm que buscar a adesão da sociedade e mostrar sua transparência, o que muitas vezes não acontece.

São muitos os escândalos que acometem essas organizações, pois alguns de seus membros utilizam-se da estrutura e do tipo de respaldo social que elas têm para cometer crimes de responsabilidade civil e administrativa, colocando em xeque sua permanência e sustentabilidade. Isto porque quando se trata dos financiamentos das instituições há o fato de as ONGs serem dependentes de fatores externos a elas e de outras organizações a exemplo da iniciativa privada e do próprio Estado que muitas vezes as contratam para atender a necessidades específicas de algumas comunidades.

Outro aspecto das ONGs que merece atenção é a sua composição. É o que faz com que pessoas se reúnam muitas vezes voluntariamente em prol de uma demanda social não atendida. Caridade cristã, amor ao próximo, bondade, altruísmo, beneficência são alguns dos adjetivos que empregamos para membros de ONGs, pois temos a certeza que muitas das organizações têm em seus gestores ou mesmo membros tais características, entretanto existem muitas pessoas que utilizam o espaço para se locupletarem, e, assim, colocam não

só a ONG específica em situação ruim, mas a própria sigla. Não é raro ouvirmos escândalos envolvendo esta ou aquela organização em problemas com verbas, com autoridade dentro de sua estrutura, com a difícil relação de poder entre seus membros, com a falta de organização de seus recursos humanos e por aí vai. Assim sendo, pode se perguntar: - Como elas conseguem se sustentar se problemas como estes as mancham e as colocam na berlinda?

No Brasil, a resposta para tal indagação já foi encontrada quando resolveram criar os sites de transparência, onde são encontradas as informações sobre a receita, a despesa e a forma de gasto das ONGs, bem como a Associação brasileira de Organizações não governamentais – ABONG, que ao tratar de suas lutas e missões deixa claro:

A realização da missão de nossas associadas e da própria Abong exige a capacidade de se comunicar e estabelecer canais de diálogo com diferentes públicos. As pessoas precisam conhecer as causas das ONGs, suas atividades e resultados, suas fontes de recursos e canais de prestação de contas. Assim, passam a confiar mais nas organizações e na sua própria capacidade de participar e construir uma sociedade melhor, mais justa e sustentável. Sem democratizar a comunicação e o acesso à informação não é possível democratizar o Estado e a sociedade. Por isso, comunicação e transparência são áreas prioritárias em que a Abong atua, por meio de capacitação e criação de mídias. Em seu site, dá visibilidade às ações das associadas e disponibiliza informações e recursos de seu interesse. Além disso, publica um boletim eletrônico dirigido a mais de 11 mil assinantes. Com os mesmos objetivos, a Abong integra o Conselho Nacional de Transparência Pública e Combate à Corrupção e está na comissão de organização da Consocial – Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social. (ABONG, 2011).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas - IPEA, da Associação Brasileira de ONGs – ABONG e do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE o número de Fundações e Associações Privadas sem fins lucrativos no Brasil, em 2005, girava em torno de 338 mil e foram divididas em cinco categorias, a saber:

1. privadas, que não integram o aparelho do Estado;
2. que não distribuem eventuais excedentes;
3. que são voluntárias;
4. que possuem capacidade de autogestão e,
5. que são institucionalizadas.

Tais números e categorias somados a alguns aspectos que merecem atenção, a começar pela heterogeneidade e precariedade de alguns dos serviços oferecidos; da desigualdade entre as organizações no que tange a oferta de emprego e pagamento de salários; da desproporção numérica de ONGs entre as regiões do país, com destaque para o sudeste que tem o maior percentual; bem como da diferença entre os tipos de serviços, sendo os serviços ligados a assistência social, a saúde e a religião aqueles mais oferecidos, percebemos como de fato as alternativas encontradas para atender mais e melhor a população em suas necessidades podem, apesar da boa vontade, não se revelarem suficientes.



Veja a pesquisa sobre ONG'S na íntegra e faça o download

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005>

Conheça as principais ONGs do Brasil no site:

<http://www.brasil.gov.br/sobre/meio-ambiente/programas-e-iniciativas>

É verdade que muitas dessas ONGs têm um papel fundamental na sociedade, mas também é verdade que muita gente se utiliza da sigla para favorecimento próprio. E isso acabou se tornando mais um dos problemas a serem enfrentados pelo Estado e conseqüentemente pela sociedade. Penso que deste modo temos a noção de como está estruturada a nossa sociedade, e alguns dos mecanismos utilizados para sanar com alguns dos seus problemas. A partir de agora vamos adentrar em algumas das disparidades sociais com o objetivo de melhor compreender a sociedade.



Da mesma forma que os conteúdos anteriores, conte com as interfaces existentes no AVA. Que tal fazer uma pergunta ao professor de plantão?



Para compreender mais e melhor a solidariedade mecânica e orgânica, sugiro a leitura integral do livro:

DURKHEIM, Émile. **Da divisão social do trabalho**. Tradução Eduardo Brandão. 2. Ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999. Disponível em: http://www.4shared.com/document/69RwAurc/DURKHEIM_mile_Da_diviso_social.htm. Acesso em: 16 dez. 2011.

Neste livro, Durkheim faz uma análise sobre a função social do trabalho e considera a sua divisão, a maneira encontrada pela sociedade para se manter coesa e os indivíduos solidários.

Para ficar a par de como funciona uma ONG, sugiro a leitura da carta de princípios da ABONG. Disponível em: http://www.abong.org.br/quem_somos.php?id=2. Acesso em: 22 dez. 2011.

Esta carta expõe não só a história da Associação Brasileira de Organizações não governamentais mais também seus princípios, objetivos, lugares onde existem e o que querem com suas ações.



2.2 Disparidades sociais

Por certo todos nós nos achamos diferentes. Seja na cor da pele, no sexo, na cultura ou mesmo na capacidade de obter bens materiais, o fato é que a diferença entre os homens pode ser constatada seja física, cultural ou socialmente. Basta que saíamos à rua e logo perceberemos. Em nossa sociedade existem indivíduos que vivem em absoluta miséria não tendo sequer o que comer, enquanto que outros vivem em mansões rodeados de coisas luxuosas e com mesa muito farta todos os dias. Tais desigualdades, tão comuns aos olhos de qualquer um, assumem feições distintas de sociedade para sociedade, pois são formadas por um conjunto de elementos econômicos, políticos e culturais próprios. A distinção riqueza e pobreza é corriqueira em qualquer parte do mundo, mas o modo, a forma e o grau são diferentes.

Foi com o estopim da industrialização no século XVIII, que o capitalismo teve um grande a florescimento. A implantação das máquinas, e tudo que ela representou, foi decisiva nas relações entre o capital e o trabalho, entre o capitalista, que era o grande patrão, e o trabalhador assalariado. Ambos, principais representantes desta organização.

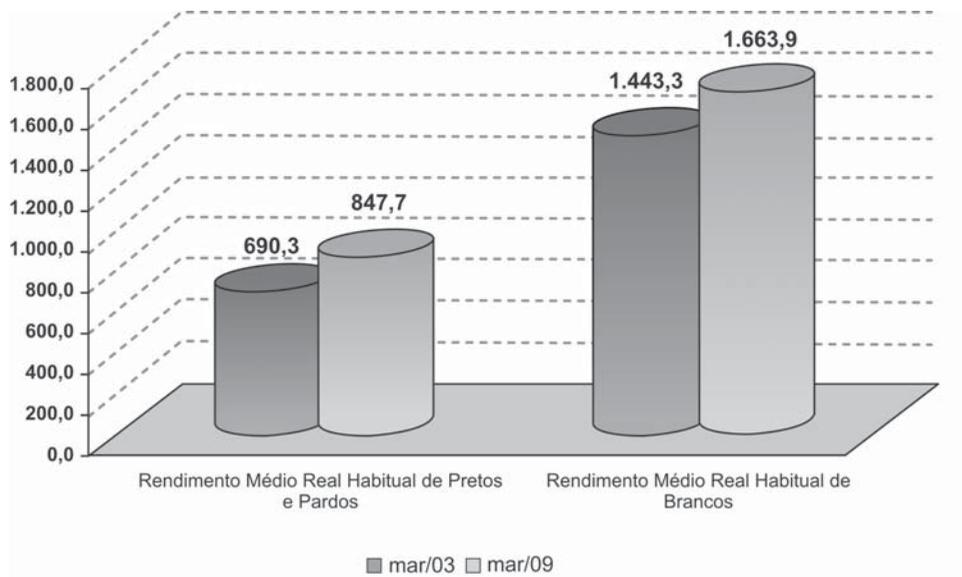
Várias teorias apareceram no século XIX com o propósito de dar conta da vil realidade. A que mais ganhou notoriedade foi a de que a velha sociedade medieval estava sendo totalmente transformada, e a figura do homem de negócios *versus* o pobre trabalhador era posto em evidência com o objetivo de exaltar o rico, uma vez que ele poderia fazer o bem a toda sociedade e o pobre, por sua vez, deveria cuidar dos bens do patrão, máquinas, ferramentas, transportes dentre outros, para que, aos “olhos de Deus”, fosse abençoado.

As desigualdades, porém, são frutos das relações contraditórias, sejam elas políticas, econômicas, culturais, e refletem um sistema social no qual a exclusão e a miséria bem como as manifestações folclóricas e eruditas convivem, assim como a riqueza e a bonança.

O crescente estado de miséria, salários insuficientes, o desemprego, a fome que atinge milhões de pessoas no mundo, a desnutrição, a mortalidade infantil, a marginalidade, a violência, a prostituição, o analfabetismo funcional de um lado e do outro a extrema concentração de renda e tudo que ela pode representar, são expressões do grau a que chegaram as desigualdades sociais. No Brasil, todos esses itens podem ser citados, sem que achemos que estamos exagerando.

Vejamos pesquisa recente do IBGE, datada de março/2009, cujos indicadores são: renda, escolaridade, atividade e trabalho, taxas de desocupação e ocupação, por cor e raça.

**Gráfico 1 - Rendimento Médio Real Habitual, por cor ou raça
março de 2003 e março de 2009**



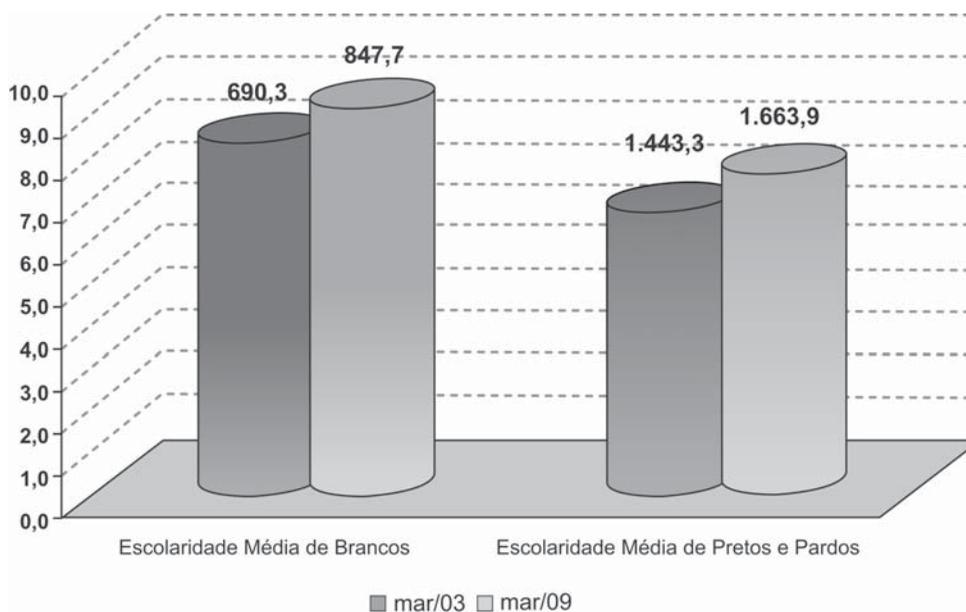
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Através desses gráficos pode-se perceber a disparidade salarial entre as raças.



A que você atribui isso? Faça uma pesquisa sobre essa diferença no seu município e compartilhe com seus colegas no AVA.

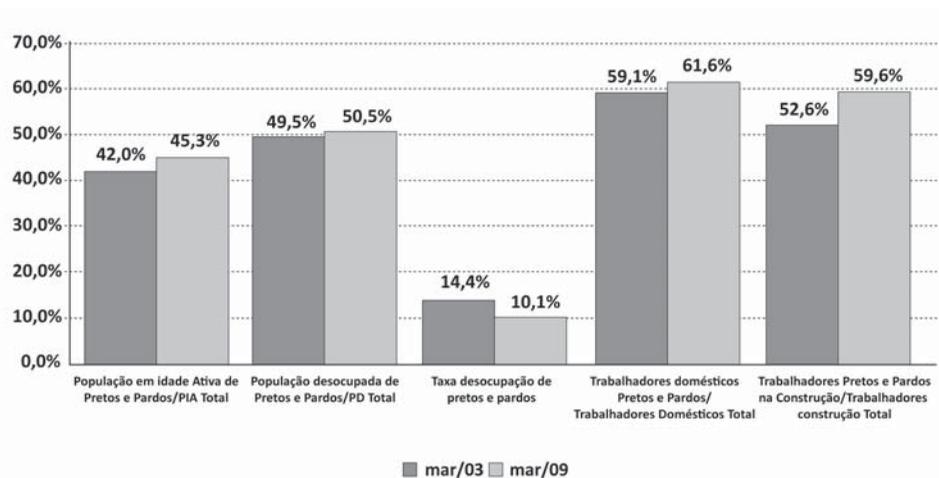
Gráfico 2 - Escolaridade Média, por cor ou raça - março de 2003 e março de 2009, em anos de estudos



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Neste segundo gráfico é possível ver claramente o decréscimo na escolaridade das duas raças e a diferença existente entre uma e outra etnia mantida ao longo do tempo.

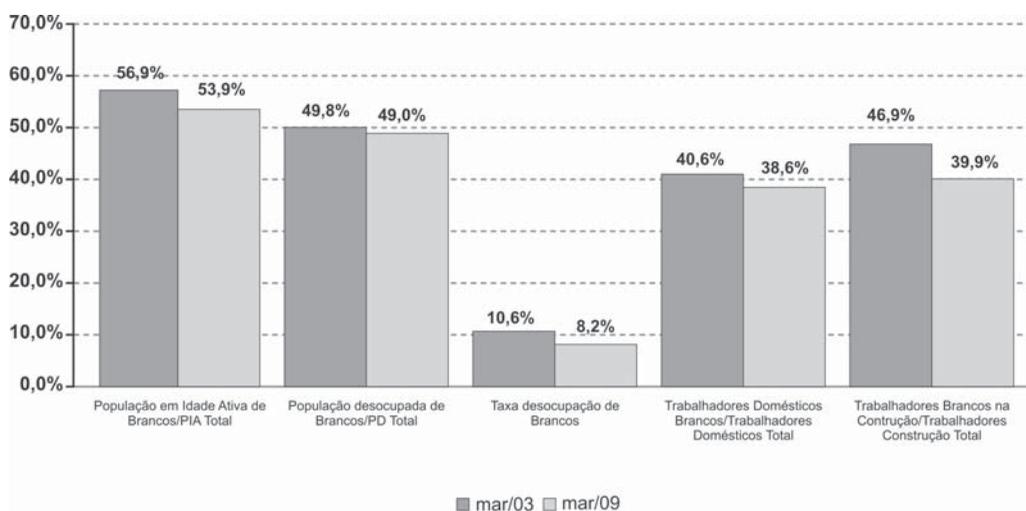
Gráfico 3 - Indicadores de atividade e trabalho das pessoas de cor preta ou par- da no conjunto das seis Regiões Metropolitanas - março 2003 e março 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de pesquisas. Coordenação de trabalho e Rendimento. Pesquisa Mensal de Emprego.

Com este gráfico nota-se que com exceção da taxa de desocupação, todos os outros itens tiveram aumento, deixando ainda clara a diferença entre pretos e pardos. Sugiro comparar este gráfico com o gráfico 4 e compartilhar o resultado com seus colegas no AVA.

Gráfico 4 - Indicadores de atividade e trabalhos das pessoas de cor branca no conjunto das seis Regiões Metropolitanas - março 2003 e março 2009



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Se levarmos em consideração que as desigualdades sociais não são acidentais, e sim produzidas por um conjunto de circunstâncias que abrangem as esferas da vida social, perceberemos que a exploração do trabalho e a concentração da riqueza nas mãos de poucos é algo consentido. Assim pergunto: - Na política, o povo se vê excluído das decisões governamentais. – Mas será que é isso mesmo? O povo é excluído, se sente excluído ou prefere se isentar da responsabilidade da fiscalização do seu representante?

A resposta somente cada um de nós pode dar, mas, dadas as circunstâncias atuais, a resposta é clara: – farei o que for mais fácil e, por vezes, o que é mais fácil é isentar-se da responsabilidade, é deixar que o outro decida, é fazer de conta que o problema está além das possibilidades de resolução pessoal. Enfim, o problema passa a ser do outro e somente dele.

No Brasil, a industrialização, implantada a partir da década de 1930, criou condições para a acumulação de capital e a política econômica, por conse-

guinte, voltou-se para os setores de produção, deixando de lado a pecuária e a agricultura tão caras ao Brasil. O resultado foi o desemprego, a precária condição de vida, visto que boa parte dos desempregados do campo, ao deslocarem-se para as cidades em busca de emprego, acabaram criando uma massa periférica, fazendo reinar o subemprego, a pobreza e, por vezes, a marginalidade.

Na década de 50, o subdesenvolvimento latino-americano tornou-se pauta de discussões. Foi então criada a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), pois acreditavam que o aprofundamento industrial e algumas reformas sociais criariam condições econômicas para acabar com o subdesenvolvimento. A CEPAL acreditava também que o aprofundamento da industrialização inverteria o quadro de pobreza da população. Uma de suas metas era criar meios de inserir esse contingente populacional no mercado consumidor. Mas não aconteceu. O que houve foi um predomínio de grandes grupos econômicos, um tipo de produção voltada para o atendimento de uma estrita faixa da população e o uso de máquinas que economizavam mão de obra.

O resultado foi a acentuação do **subdesenvolvimento**⁵. E, assim como na Inglaterra da revolução industrial, o Brasil ficou com suas ruas lotadas de desempregados que, não tendo outra solução, transformaram-se em ambulantes, em pedintes, em marginais, em prostitutas e em várias outras expressões de miséria.

As desigualdades sociais são assustadoras, elas são identificadas não apenas pela miséria e pela exclusão de boa parte da população. Elas também podem ser notadas nas expressões culturais, no uso das tecnologias disponíveis, nos transportes utilizados, no uso das **utensilagens mentais**⁶, enfim, numa série de elementos que diferenciam um e outro ser humano e sua condição social.

Do ponto de vista político, as disparidades sociais sempre favorecem alguns setores. Não há disparidade simplesmente. Ela tem um sentido, alguém

5 Entenda por Subdesenvolvimento a denominação empregada para designar países com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Através dos índices de analfabetismo, taxa de mortalidade infantil, taxa de natalidade, renda per capita, qualidade de vida da população, aquisição ao conhecimento e expectativa de vida, organismos internacionais como a Organizações das Nações Unidas – ONU e a Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO classificam os países.

6 Entenda por utensilagens mentais a composição de tudo que foi vivido e estudado pelo indivíduo.

sempre se eleva e um outro alguém sempre desce um degrau. É assim até nas expressões artísticas. Basta que percebamos o grau de incentivo que as expressões artísticas recebem. Não que atores renomados não mereçam patrocínio ou que não devam ser favorecidos pela Lei de Incentivo à Cultura, mas o mesmo empenho não acontece por parte dos patrocinadores ou mesmo do Governo Federal para com os grupos de taieira, de bacamarteiros, de reisado e de tantos outros grupos folclóricos autênticos.



Para saber mais sobre os grupos folclóricos acesse o site: <http://www.cultura.gov.br>
Sobre cultura popular veja a Carta da Comissão Nacional de Folclore no site:
<http://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf>

As desigualdades também são notórias nos setores de moradia, da educação, da saúde, da etnia e do gênero. Vale ressaltar que o desenvolvimento de alguns setores e a pouca organização dos que os representam para melhorar as condições de trabalho, são elementos elucidativos da marca da desigualdade.

Se atentarmos para os bens de consumo duráveis, perceberemos um ponto positivo no Brasil. As linhas de crédito proporcionadas pelos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva deram a muitos brasileiros o poder de compra nunca antes visto. Hoje muitos brasileiros conseguiram comprar sua televisão, sua geladeira, seu fogão e tantos outros conseguiram montar o próprio negócio. Por certo, muitos trabalhadores são informais, mas não se pode negar que muitos legalizaram seus negócios, tornando-os melhores e maiores.

Mas, se por um lado tivemos um crescimento no poder de consumo, por outro, as listas de inadimplência chegaram ao ápice. Basta lembrar que em maio do ano de 2009, 2,49 milhões de cheques foram devolvidos. - O que isso reflete? A crise econômica mundial? O aumento de juros? O desemprego? - Como explicar o poder de compra e a falta de recursos para cumprir o acordo de compra e venda?

As respostas a essas perguntas podem estar nos estudos de cada um de nós. E para isso, a disciplina Fundamentos Antropológicos e Sociológicos se faz necessária e legítima. Ela pode dar subsídios para entender, analisar, enfrentar e alterar a realidade advinda das disparidades sociais. Para começar a dar os

subsídios necessários trago para você trechos da nossa Carta Magna, que nos rege e a qual devemos respeitar e exigir o cumprimento.

No preâmbulo da Constituição brasileira os constituintes deixaram claro suas intenções:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a [...] (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Concebida como um Estado Democrático de Direito a República Federativa do Brasil formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal deixou bem clara que seus Princípios Fundamentais são: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Ao deixar claro que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” os constituintes elegeram como objetivos fundamentais da República: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Arremata o assunto no capítulo 1 sobre os direitos e deveres individuais e coletivos afirmando no Art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição e II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).



Penso que vale a pena analisar criticamente tais artigos constitucionais e compartilhar com seus colegas no AVA.



Existe um objeto de aprendizagem bem bacana sobre o assunto no AVA. Vale a pena conferir.



Para se tornar um cidadão ainda melhor, sugiro que leia a nossa Carta Magna.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988. Disponível em: <http://www.asfab.com.br/constituicao.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2011.

Os artigos dispostos na Constituição brasileira são de grande importância para compreendermos o papel do Estado e do cidadão brasileiro que se propõe cumpridor dos seus deveres e conhecedor dos seus direitos. Por isso a leitura de toda ela é necessária.

Sugiro também a leitura o resultado da pesquisa do IBGE 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao. Acesso em: 10 dez. 2011.

Neste site encontrará o resultado da pesquisa sobre a população mediante os seguintes indicadores: Intermediação Política; Crianças e Adolescentes; Educação e Trabalho; Mortalidade Infantil; Indicadores Sociais Mínimos; Mercado de Trabalho; Mobilidade Social; População Jovem; Síntese de Indicadores Sociais; Indicadores Culturais; Indicadores Sociodemográficos e de Saúde.

2.3 O homem e suas instituições sociais

Peter L. Berger e Brigitte Berger (1990) definem instituição como um padrão de controle, ou mesmo uma programação da conduta individual imposta pela sociedade. Muito diferente daquela definição que usualmente empregamos, não é? Para a grande maioria de nós, quando falamos de instituição, pensamos logo numa prisão, numa biblioteca, numa multinacional, num hospital, numa universidade, enfim, em um prédio onde está representado um determinado serviço que, por sua vez, é executado por um conjunto de profissionais que fazem com que o trabalho flua. Há, ainda, aqueles que alargam o conceito e entendem a família, o Estado, a economia, o sistema educacional, o judiciário, o legislativo, dentre outros como uma instituição social.

Acontece, porém, que a aceção comum do termo parte de uma visão unilateral. Ela estabelece ligação entre o termo e as instituições sociais reconhecidas e reguladas por lei. Talvez isso constitua um exemplo da influência que os legisladores exercem em nossa maneira de pensar e agir. Muita gente confunde Instituição Social com instituição de caridade, com incorporadora, com empresa, com repartição pública, dentre outras, entretanto quero que fique bem claro que uma Instituição Social pressupõe regras de convívio social e necessariamente nasce para garantir o convívio coletivo.

Seja como for, o conceito de instituição social é bem mais amplo do que possamos definir apenas e simplesmente baseado no senso comum. É por isso que Peter Berger e Brigitte Berger (1990) entendem a linguagem como uma instituição e uma instituição fundamental à sociedade. Para eles, muito provavelmente a linguagem é a primeira instituição introjetada no indivíduo. É ela quem viabiliza a prática das outras instituições. É ela quem dá um arcabouço lingüístico e conceitos dirigidos ao modo de ser e agir do indivíduo. Por certo, é ela também a primeira instituição com a qual o indivíduo se defronta.

Para clarear esse raciocínio faça a seguinte análise: para que você seja entendido nos seus anseios e desejos você precisa se fazer entender e para isso você recorre a linguagem, seja ela qual for, mas imagine se você não tem o domínio dela, se você não sabe o que significam as palavras utilizadas, ou o tempo verbal que quer evocar ou ainda o uso dos coletivos, dos artigos, da ideia de feminino, masculino e plural. Imaginou o caos? Pois é, sem que saibamos as normas e as regras da linguagem não conseguimos nos comunicar. É esse o

objetivo das instituições sociais, nos fazer interagir melhor. É também através da linguagem que as outras instituições se evidenciam e se estabelecem. Mas o que de fato identifica uma instituição? De acordo com Peter Berger (2005), as características fundamentais de uma instituição social são: a exterioridade, a objetividade, a coercitividade, a autonomia moral e a historicidade.

Assim, a instituição social é alguma coisa situada fora do indivíduo, alguma coisa que de certa forma diverge da “realidade” formada pelos pensamentos, sentimentos e fantasias do indivíduo. Ela também é possuidora de objetividade e dotada de força coercitiva, pois o poder essencial que a instituição exerce sobre o indivíduo consiste justamente no fato de que a mesma tem existência objetiva e não pode ser afastada por ele. É a instituição também possuidora de autonomia moral, afinal ela não se mantém apenas através da coercitividade. Ela invoca o direito à legitimidade; ela reserva o direito de repreender o indivíduo que a viola, seja legal ou moralmente. E, por último, e não menos importante, a instituição tem história. Em praticamente todos os casos experimentados pelo indivíduo, a instituição existia antes que ele nascesse e continuará a existir depois de sua morte.

Na visão de Durkheim (1995), a instituição social é um mecanismo de proteção da sociedade. É o conjunto de regras e comportamentos, reconhecidos e aceitos pela sociedade, tendo por objetivo manter a organização do grupo e satisfazer a necessidade de seus membros evitando o caos, ou seja, a anomia.



Anomia é um conceito empregado por Durkheim em seu livro “O suicídio” para designar o que não funciona bem na sociedade, ou seja, o que a sociedade tem de patológico.

Conservadoras por essência, as instituições têm na família, na escola, no governo, na religião e na polícia alguns de seus principais representantes. A família, por exemplo, considerada, assim como a linguagem, uma das primeiras instituições criadas para conter os nossos instintos e para dar início ao nosso processo de civilização, para isso constituiu-se a primeira unidade educativa do indivíduo. Se nos reportarmos à família brasileira no começo do século XVI

e ao longo do tempo perceberemos como ela vem ganhando novos contornos. Acompanhando a estrutura da sociedade e os fatos sociais a família tem se reconfigurado, pois vem se adaptado às exigências sociais. Se no século XVII ela era composta pelo pai, mãe e filho(s), hoje temos duas mães e filho(s), dois pais e filho(s), duas mães, dois pais e filho(s) e por aí vai. O fato é que embora ela tenha alargado a sua concepção, ela ainda vem moldando comportamentos e inculcando valores.



Foi para atender aos novos contornos da família brasileira, que segundo o jornal Estadão, de São Paulo na edição de 09 de agosto de 2008:

“A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) revisou o conceito de família e, agora, passa a conceder financiamento para casais homossexuais, solitários com mais de 25 anos, famílias mononucleares (pais ou mães solteiros) e anaparentais, como avós e netos, tios e sobrinhos, irmãos ou primos, além de uniões baseadas não no parentesco, mas na ligação afetiva. Até então, a CDHU só aceitava como beneficiários de seus programas homens e mulheres casados ou registrados em união estável.”

Como já analisado no conteúdo 1.4 do tema 1, o divórcio e a inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho e dividindo as despesas com os companheiros ou mesmo assumindo-as, somados ao baixo índice de natalidade e do número reduzidos de casamentos formais nos chama a atenção porque revela como as instituições sociais podem ser fruto do seu tempo. Imagine você se as normas que foram impostas pelos seus bisavós para com seus avós fossem as mesmas até hoje? Imaginou?

Se adentrarmos na seara da instituição social escola perceberemos que suas mudanças também acompanham a estrutura da sociedade. As escolas brasileiras, ou melhor, a educação brasileira já passou por várias reformas e conseqüentemente vários foram os currículos, os compêndios e os métodos que foram adotados e como conseqüência modelos escolares foram sendo compostos e implementados

formando várias gerações de brasileiros. Já tivemos o método de ensino dos jesuítas denominado *Ratio Studiorum*, o método de ensino mútuo, o método intuitivo e todos eles com o objetivo de melhor ensinar os alunos a construir o seu capital cultural institucionalizado. Isto porque o objetivo da escola é preparar formalmente o indivíduo para a vida. E o que seria melhor do que ensinar o que eles precisariam durante a vida, incluindo, para além dos ensinamentos curriculares próprios das disciplinas escolares, a convivência em sociedade?

Ao concentrarem suas forças em função da ordem, as instituições sociais orientam e regulam as relações de parentesco, da procriação, da transmissão de suas crenças e valores, como é o caso da instituição família. Elas regulam a produção, a distribuição e a troca de bens materiais com as instituições econômicas ao longo da história da humanidade. Elas controlam os indivíduos através das instituições políticas e policiais. Elas até regem as relações do homem com o sobrenatural e a formação do caráter, como é o caso das instituições religiosas e, por último e mais importante: as instituições garantem a transmissão e a produção do conhecimento como no caso das instituições educacionais.



Vocês poderiam perguntar: Se de fato as instituições têm esses propósitos, por que, na prática, elas não garantem o bem estar social? Por que se revelam tão falhas em suas funções?

Eu responderia com a seguinte ponderação: – Imagine você se elas não existissem...

Quero que imagine a seguinte situação: Todos somos livres, sem nenhuma regra para respeitar, sem ninguém a quem temer ou mesmo sem nada para nos impedir de fazer ou deixar de fazer o que queremos. Imaginou? – Não estamos no paraíso, afinal lá acreditamos que tenha Deus para nos aconselhar e impor os limites. No cenário imaginado estamos por conta de nós mesmos, de nossas vontades e desejos. Sem se preocupar com a velha máxima de que “a minha liberdade termina quando a do outro começa”. Lá Todos podem fazer tudo. Agora imagine nessa sociedade um psicopata, ou dois ou mais, agora um assassino e esturpadores e nessa mesma sociedade alguém curioso, ansioso por aprender e não tem quem o oriente, ou ainda alguém temente a Deus e angus-

tiado por não poder ajudar os “pecadores” e isso tudo vivendo em um lugar onde não existem os verbos dar, receber e trocar. Imaginou?

Ainda bem que o cenário acima é fictício ou muito distante historicamente da nossa geração, pois se assim não fosse poucos conseguiriam contar como ocorre as relações sociais dentro dele. Isto porque o homem, com sua natureza, que pode ser boa como acreditou Rousseau, ou má como concluiu Hobbes, necessita de regras para conviver em sociedade. As regras são condição *sine qua non* para que respeitemos uns aos outros. Através das sanções, impostas quando do seu descumprimento, é que ela tem o poder de nos manter pacatos. Isto porque tememos a punição, seja ela moral, como no caso das punições da Igreja, seja ela penal como é o caso das sanções jurídicas.

Se somarmos todas as regras, normas, leis que temos que respeitar desde que nascemos, entramos na escola, no mercado de trabalho ou mesmo no convívio com os amigos, perceberemos o quão limitados nos tornamos. Mas acredito, sinceramente, que isso não é ruim, afinal, desconhecemos a natureza humana. E viver sem regras não me parece seguro. E você, o que pensa a respeito?

O fato é que quando adentramos na seara das instituições sociais e da modernidade, bem como dos padrões de comportamento promovidos por ela teremos que concordar com o sociólogo Antony Giddens quando este afirma:

Se formos compreender adequadamente a natureza da modernidade, quero argumentar, temos que romper com as perspectivas sociológicas [...] Temos que dar conta do extremo dinamismo e do escopo globalizante das instituições modernas e explicar a natureza de suas discontinuidades em relação às culturas tradicionais. (GIDDENS, 1991, p.25).

Isto porque para ele “[...] modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991, p. 11). Assim, para compreender a modernidade e dentro dela as instituições sociais temos que nos atualizar, temos que pesquisar e analisar os resultados de nossas pesquisas e por isso os Fundamentos Antropológicos e Sociológicos se fazem tão necessários. Percebe como as Instituições moldam as ações dos indivíduos? – a Economia é uma delas. Por isso quero que preste bem atenção no próximo conteúdo.



Se houver alguma análise sobre o assunto que queira discutir com o professor, basta frequentar o chat. Veja o horário e a sala virtual na Agenda do AVA.



GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991. Disponível em: http://www.4shared.com/document/iN-9xQ7y4/GIDDENS_Anthony_As_Consequencia.html. Acesso em: 17 dez. 2011.

Neste livro, compreenderá a visão do autor sobre a relação modernidade e instituições sociais. Dentre os aspectos tratados na obra constam as discontinuidades que afastam as instituições sociais modernas das tradicionais e assim ele aponta: o ritmo da mudança; o escopo da mudança; “a natureza intrínseca das instituições modernas – algumas não encontram correspondência em períodos históricos precedentes como o sistema político do estado-nação, a dependência por atacado da produção de fontes de energia inanimadas, ou a completa transformação em mercadoria de produtos e trabalho assalariado”. (GIDDENS, 1991). Vale muito ler todo ele.

Para compreender melhor a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) sugiro a leitura do artigo: CDHU abre espaço a solteiros e gays de 09 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,cdhu-abre-espaco-a-solteiros-e-gays,220557,0.htm>. Acesso em 16 nov. 2011.

Neste artigo, compreenderá melhor como a atualização do conceito de família contribui com uma nova visão de mundo e conseqüentemente de direitos.

2.4 Dinâmica Econômica e trabalho

A relação economia e trabalho é caracterizada de um lado pelo estabelecimento dos proprietários de dinheiro e meios de produção dispostos a investir na força de trabalho, e do outro, de trabalhadores “livres” vendedores da força de trabalho. Karl Marx, um dos maiores teóricos da temática deixa claro como, no mundo capitalista, essa relação entre trabalhador e empregado está mediada por uma relação de exploração, onde o empregado se submete ao patrão, pois este detém a posse dos meios de produção. Partindo do pressuposto que os interesses das duas classes são inconciliáveis, pois se pressupõe que o empregador/capitalista quer sempre explorar o trabalhador seja diminuindo seu salário, seja aumentando a carga horária de trabalho e o empregado, por sua vez, luta pelo aumento de salário e a diminuição da carga horária de trabalho, perceberemos o quão antagônica pode se essa relação.

O modo como os grupos de produtores realizam atividades específicas em consequência do avanço de certo grau de desenvolvimento das forças produtivas e de organização interna das comunidades foi o marco para o que Durkheim chamou de divisão social do trabalho. O modo como se distribuiu o trabalho nas diferentes sociedades ou estruturas socioeconômicas e de acordo com a sua implantação no processo de produção diferenciaram os grupos sociais que adquiriram, dentro da sociedade, seu *status* (posição social).

Nos primórdios da relação empregador-empregado, a divisão do trabalho limitava-se a uma distribuição de tarefas entre homens e mulheres ou entre idosos, adultos e crianças, em função das necessidades de cada serviço. Para trabalhos domésticos, por exemplo, era e continua sendo melhor que seja feito por mulheres, pois são elas reconhecidamente mais prenyadas. Para limpar chaminés eram preferíveis crianças, dado o seu tamanho e destreza ao entrar e sair do cano. Já ao homem ficava reservado o trabalho braçal. De modo que em virtude da força física, das necessidades ou do acaso, sem que tal conduzisse ao aparecimento de grupos especializados de pessoas com os seus próprios interesses ou características, a relação se dava de maneira prática. Sem reservas, é verdade, mas também sem interesses maiores. Tal estrutura, entretanto, propiciou uma diferença de natureza social.

Com o desenvolvimento da agricultura, várias mudanças foram se implantando, várias foram as divisões sociais no trabalho. Os desmatamentos florestais, os

aterramentos e saneamentos de zonas pantanosas e a tração animal para lavrar a terra, tornaram-se trabalhos demasiadamente pesados que acentuaram ainda mais uma separação de atividades entre homens, mulheres e crianças.

Esta mudança abriu uma brecha na organização da sociedade rural com reflexos na sociedade urbana, baseada na posse dos bens materiais. A família adquiriu a característica de uma unidade de produção e de transmissão hereditária de bens acumulados. Os trabalhos domésticos, por sua vez, foram-se transformando em ofícios especializados e as mulheres, sobretudo a partir da introdução do arado, deixaram o trabalho agrícola mais pesado e dedicaram-se mais à horticultura, à criação de animais domésticos, à fiação, tecelagem, a olaria e a sua própria casa.

Com um espaço restrito, as mulheres ficaram, assim, excluídas de uma participação ativa na vida social e política, situação que ocorreu em quase todas as civilizações. Não tinham papéis em assembleias, em julgamentos ou em qualquer outra instituição comparável. Evidentemente que existiam diferenças entre as mulheres escravas, as livres e as de nível social mais elevado. Apesar disso, sua inserção restringia-se simplesmente ao contexto de um sistema de vida patriarcal. Na prática, as mulheres em quase nada intervinham.

Outro fenômeno que contribuiu para a divisão social do trabalho foi a criação intensiva de animais que, por sua vez, acabou dando margem à formação de **comunidades nômades**⁷. À medida que se desenvolvem as atividades agrárias, destacaram-se os trabalhadores com atividades essencialmente pastoris. Esta separação, por sua vez, contribuiu para elevar significativamente a produtividade do trabalho e prenciar a propriedade privada.

A categoria “tempo” também contribuiu para a sedimentação da divisão do trabalho. Como alguns indivíduos se viram impedidos de dedicarem-se simultaneamente à atividade agrícola e à produção de instrumentos e de técnicas necessárias a maior e melhor produção, foi criada uma nova categoria de trabalhadores. Estes eram especializados na invenção, na fabricação e na distribuição de instrumentos agrícolas e pastoris. O uso de novos instrumentos de trabalho mais aperfeiçoados e complexos determinou outra especialização que contribuiu para o aparecimento dos artesãos, ou seja, dos indivíduos dedicados

7 Entenda por comunidades nômades aquelas que não têm lugares fixos para suas residências, elas mudam-se constantemente e de acordo com as suas necessidades.

exclusivamente a sua manutenção. Percebe como os contornos da chamada especialização vão se compondo?

O desenvolvimento destas atividades especializadas culmina na separação entre a agricultura, a indústria e o artesanato que, por sua vez, conduziu à intensificação das trocas, fossem diretas ou através do mercado. Este modo de especializar-se se estendeu, inclusive, à pesca. Para entender, basta que se perceba quão tecnológica é a pesca em grande escala. Hoje, para além dos pescadores e da experiência de muitos deles, temos navios pesqueiros, redes cada vez mais resistentes, equipamento de ponta, satélite para detectar cardumes, equipas multidisciplinares que vão desde os operadores de radar até o vendedor da pesca e muito mais. Tal exemplo é apenas um, dos inúmeros que poderiam ser citados para ilustrar a divisão social do trabalho e a exigência das especializações.

Por certo a medida que foram aparecendo afazeres diversificadas, os indivíduos foram se concentrando e se especializando em um determinado tipo de atividade e com o seu sucesso o escambo e a venda e compra de mercadorias complementares foram se tornando intenso. A intensificação do intercâmbio entre os grupos produtores especializados, somada à formação de excedentes, ao pagamento de tributos e aos salários pagos aos “novos” empregados ampliou a necessidade de produzir ainda mais artigos destinados à troca, o que gerou um tipo de produção voltada exclusivamente para o mercado.

Esse propósito mercantil ou a atividade comercial, ligada à ampliação das atividades transformadoras, a navegação e tempos depois a aeronáutica, deslocou o centro dos interesses econômicos do interior para o litoral e do litoral para o exterior. Ao lado da divisão entre agricultores, artesãos e mercadores, passou a existir outra, entre trabalhadores rurais e urbanos, ficando a estrutura urbana melhor equipada, pois sua estrutura compõe-se de setores comerciais, administrativos, culturais, transportadores, artesanais e até agrícolas, setores esses que não estão representados na zona rural. Decorre daí a iniciativa de trabalhadores rurais se deslocarem até as cidades em busca de melhores condições de vida, proporcionando às metrópoles um inchaço populacional.

A dinâmica econômica e a divisão do trabalho também se manifestam no trabalho intelectual e este, apesar de se encontrar num patamar diferenciado da hierarquia social, tem nas relações sociais, nos fatos sociais e nas ações sociais o seu quadro de interesses e, de igual maneira, contribui para elevar significativamente a produtividade do trabalho.

Como se pode perceber, a divisão social do trabalho desenvolveu-se espontaneamente, com um avanço enorme nos diferentes ramos de produção. O que justifica a quantidade expressiva de novos cursos que vêm sendo oferecidos pelas escolas profissionalizantes, pelas faculdades e universidades que, por sua vez, estão passando por uma luta constante e competitiva no mercado de trabalho. Afinal, os limites das economias nacionais são ultrapassados pelo desenvolvimento do comércio internacional, circunstância que dá lugar a uma divisão internacional do trabalho e elas, as universidades, têm que acompanhar.



Em meio aos tradicionais cursos de medicina, direito, engenharia e as licenciaturas, vários outros cursos, principalmente tecnológicos, surgem e dão conta de uma grande e emergente parcela do mercado de trabalho.

Como você percebe a criação de novos cursos?

O que tem mudado em termos de aplicação, atuação e concepção dos cursos considerados tradicionais: Direito, Medicina, Informática e Pedagogia?

Escreva suas ideias e compartilhe no AVA.

O que se pode perceber é que o aumento da tecnologia e a globalização econômica estão forçando as universidades a ampliarem seus cursos de graduação e pós-graduação, bem como ampliar suas linhas de pesquisas e rever seus projetos pedagógicos. Foi assim, por exemplo, que surgiram os cursos tecnológicos e os bacharelados em Biodiversidade, Biotecnologia, Mecatrônica, Física Médica, Arte e Educação, Dança, Bioinformática, Agroecologia, Engenharia de Energias Renováveis, dentre outros cursos nas mais distintas áreas.

Com a expansão das fronteiras do conhecimento, a diversificação da economia, a descoberta de novas fontes de energia e a expansão da informática, algumas profissões não só foram surgindo como as mais tradicionais foram desaparecendo, haja vista hoje não temos mais a profissão de datilógrafo, por exemplo, e sim a de digitador e não é que só mudou o nome. Mudou a máquina, a forma de escrever, o manuseio e principalmente as possibilidades. Com menor

duração e maiores possibilidades de emprego no mercado de trabalho os cursos tecnológicos e os novos bacharelados atendem as novas demandas e fazem com que a economia cresça. É verdade também que muitos cursos surgem e desaparecem com a mesma velocidade, pois se revelam infrutíferos do ponto de vista da eficiência e eficácia, mas também é verdade que com a economia acelerada do modo que está, outros e mais outros e mais outros cursos aparecerão para atendê-la.

De acordo com o editorial do “Estadão”:

[...] o mercado não deixou de exigir profissionais com uma formação cada vez mais sofisticada, e isso estimulou as universidades públicas e as maiores universidades privadas e confessionais a investir na oferta de cursos de caráter interdisciplinar. Esse foi um dos fatores que levaram a USP a criar o câmpus da zona leste, em 2005, oferecendo somente cursos novos. No Norte do País, as universidades federais passaram a oferecer cursos que dão prioridade às peculiaridades regionais, mesclando agronomia e zootecnia e valorizando o inventário florestal da Amazônia. Em Minas Gerais, algumas universidades aperfeiçoaram a graduação em tecnologia de alimentos, oferecendo, por exemplo, o curso de Ciência de Laticínios. E, no Rio Grande do Sul, de olho na construção de parques eólicos, a Universidade Federal do Pampa criou no câmpus de Bagé um curso de engenharia elétrica que valoriza mais as atividades de gestão do que as de geração de energia. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2011, p. 1)

Foi com o intuito de detectar as vocações, para assim propor às Universidades novos cursos, que o Ministério da Educação iniciou pesquisa nas várias regiões mapeando suas possibilidades e propor um plano de metas de expansão do ensino superior até 2050. Espera-se com isso evitar um “apagão de profissionais”. Segundo Luiz Cláudio Costa, secretário de ensino superior do MEC. “[..] é preciso, por exemplo, investir na formação de um profissional que tenha uma visão ecológica-industrial, isto é, que conheça as questões ambientais mas não desconsidere o avanço econômico. Precisamos responder rapidamente a questões que não podem ser gargalos ao nosso desenvolvimento econômico. (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2011).



O ministério as educação através do site <http://www.mec.gov.br/> traz a listagem de todos os cursos de nível médio e superior do país. Vale à pena conhecer e se inteirar da quantidade de profissões que o mercado de trabalho contempla.



A Tabela abaixo é parte do estudo feito pelo IBGE e demonstra ao longo dos últimos nove anos a população economicamente ativa com instrução mínima e com instrução máxima. Perceba como as pessoas estão estudando. Compare as colunas.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR ANOS DE ESTUDO		
Período	Sem instrução e menos de 1 ano	15 anos ou mais de estudo
2001	6,7	4,04
2002	6,27	4,28
2003	6,03	4,47
2004	5,95	4,6
2005	5,72	4,78
2006	5,23	5,16
2007	5,04	5,48
2008	5,08	5,87
2009	4,63	6,3

Além da relação estudo e inserção no mercado de trabalho outros fatores também se revelam importantes para compreensão da dinâmica econômica e trabalho, como por exemplo, a diferença de rendas entre as pessoas para além da qualificação do trabalhador e dos postos de trabalho (carteira de trabalho assinada, contribuição para a previdência social) bem como o grau de organização dos trabalhadores, da produtividade e da discriminação de grupos de trabalhadores por gênero, etnia, ou idade.

Há ainda que se considerar que a economia, como ciência humana que se dedica à produção, distribuição e consumo de bens e serviços, teve em Karl Marx um de seus principais teóricos. Segundo ele, o homem, foi o primeiro ser

a conquistar a liberdade e isso se deu graças ao seu trabalho. Foi colocando a natureza a seu serviço que o homem conseguiu dominá-la e usufruir das suas benesses. Baseando-se em Marx, pode-se dizer que é da necessidade de superar o próprio meio que o homem define e projeta os elementos para alcançar os seus objetivos.

É verdade que Marx era um socialista e que sua visão de mundo, construída com muito estudo e dedicação faz com que pessoas do mundo inteiro, ainda hoje, em pleno século XXI, considerem sua teoria acerca da relação empregador e empregado atual e reveladora, pois ao escrever sua grande obra “O Capital” ele objetivou revelar a lei econômica da sociedade moderna e foi nesta obra que ele pontuou:

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. Não foi por isso necessário tratar do trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. Bastaram o homem e seu trabalho, de um lado, a natureza e seus elementos materiais, do outro. O gosto do pão não revela quem plantou o trigo, e o processo examinado nada nos diz sobre as condições em que ele se realiza, se sob o látego do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista, ou se o executa Cincinato lavrando algumas jeiras de terra ou o selvagem ao abater um animal bravo com uma pedra. (MARX, 2005, p.1)

Eis aqui uma das conclusões a que chegou Karl Marx, em 1867 e que até hoje não temos como conceber diferente. É o trabalho e não o trabalhador que interessa ao mundo capitalista. Poderia perguntar: Mas e a qualidade de vida no trabalho tão frequente nos discursos e a nas práticas das grandes empresas? Por certo todas as pesquisas na área de recursos humanos, de medicina do trabalho, de psicologia social dentre várias outras áreas alertam para o fato de que a relação patrão - empregado deve ser baseada em alguns princípios. Isto porque, os resultados das pesquisas que primam pela qualidade de vida no trabalho e por uma cultura organizacional servem não só para definir progra-

mas que promovam motivação, satisfação e qualidade do trabalho, bem como redução de rotatividade (CHIAVENATO, 1999), mas a também baratear custos com a saúde e tudo o que isso representa.

Numa visão biopsicossocial Chiavaneto, especialista em administração de empresas e recursos humanos, compôs a seguinte tabela que estabelece a relação entre os fatores que promovem Qualidade de Vida e suas dimensões a partir do modelo Walton (1973).

QUADRO 1 - Modelo de Walton.

Fatores de QVT	Dimensões
1 - Compensação justa e adequada	<ul style="list-style-type: none"> ● Salário adequado ao trabalhador. ● Equidade ou compatibilidade interna. ● Equidade e compatibilidade externa.
2 - Condições de segurança e saúde no trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ● Jornada de trabalho. ● Ambiente físico (seguro e saudável).
3 - Utilização e desenvolvimento de capacidades	<ul style="list-style-type: none"> ● Autonomia. ● Significado da tarefa. ● Identidade da tarefa. ● Variedade de habilidades. ● Retroação e retroinformação.
4 - Oportunidades de crescimento contínuo e segurança	<ul style="list-style-type: none"> ● Possibilidade de carreira. ● Crescimento profissional. ● Segurança do emprego.
5 - Integração social na organização	<ul style="list-style-type: none"> ● Igualdade de oportunidades. ● Relacionamentos interpessoais e grupais. ● Senso comunitário.
6 - Garantias constitucionais	<ul style="list-style-type: none"> ● Respeito às leis e direitos trabalhista. ● Privacidade pessoal. ● Liberdade de expressão. ● Normas e rotinas claras da organização.
7 - Trabalho e espaço total de vida	<ul style="list-style-type: none"> ● Papel balanceado do trabalho na vida pessoal.
8 - Relevância social da vida no trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ● Imagem da empresa. ● Responsabilidade social pelos produtos/serviços. ● Responsabilidade social pelos empregados.

Fonte: adaptado de CHIAVENATO(1999, p. 393).

Todos esses aspectos se tornaram, na contemporaneidade, condição essencial para a composição de uma força de trabalho saudável e capaz de competir no mercado. Sem contar que um funcionário com condições favoráveis de trabalho e com funções bem definidas lhe permite ter uma vida social e a possibilidade de assumir outros compromissos. De modo que Qualidade de Vida no Trabalho pode, para além de tudo que foi mostrado, proporcionar um ambiente de confiança e respeito entre empresa e empregado. Ao concluir seu trabalho sobre “Qualidade de vida no trabalho: fatores que

influenciam as organizações”. Cavassani(a), Cavassani (b) e Biazin (2006, p.7) afirmaram: “Quanto maior o investimento em qualidade de vida maior será o retorno em termos de produtividade, qualidade e financeiramente para a organização”. Essa conclusão lhe diz o que?

Outro aspecto que deve ser levado em consideração no tema dinâmica econômica e trabalho é a sustentabilidade. Palavra de ordem no nosso século e que, segundo o site oficial do Instituto Arayara de Educação para a Sustentabilidade, significa:

Sustentabilidade é um conceito sistêmico, relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana. Propõe-se a ser um meio de configurar a civilização e atividade humanas, de tal forma que a sociedade, os seus membros e as suas economias possam preencher as suas necessidades e expressar o seu maior potencial no presente, e ao mesmo tempo preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais, planejando e agindo de forma a atingir pró-eficiência na manutenção indefinida desses ideais. A sustentabilidade abrange vários níveis de organização, desde a vizinhança local até o planeta inteiro.

A sustentabilidade se tornou uma meta não só para os donos de empresas e para o cidadão consciente, mas para todas as pessoas indistintamente, isto porque o nosso futuro depende de nossas ações. No mercado de trabalho isso fica mais evidente porque o gasto com produtos agora conta com um novo aspecto que é o consumo consciente. Com vistas a uma economia global, o mercado tem que estar a par do perfil do consumidor que está sendo construído. Isto porque os consumidores conscientes querem que as empresas contribuam para a sustentabilidade e isto só é possível se estas se tornarem agentes sociais e ambientais com transparências em suas ações. Por isso a sustentabilidade tem que deixar de ser um diferencial de competitividade para ser algo naturalizado entre os empreendedores e conseqüentemente entre os empresários. Percebem como há uma mudança de foco entre a relação empregador- empregado, seja ela econômica ou de qualidade de vida, para a relação empresa – consumidor? Isto se deve porque a concorrência virou o principal problema das empresas.

Com o objetivo de se consolidar, as empresas não somente têm que estar atentas ao diálogo, a transparência, ao bom relacionamento entre funcionários - empregadores e funcionários - clientes, mas também com a chamada

“visão sistêmica” da realidade. Entendida aqui como a compreensão da realidade a partir do todo. O que inclui os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais. Somente considerando todos esses aspectos poder-se-á compreender as relações que os indivíduos estabelecem contemporaneamente.

Assim, considerando todos esses aspectos podemos compreender que a escolha da profissão e o estudo específico da área escolhida não se revelam suficientes para garantir um “lugar ao sol” no mercado de trabalho. Outros aspectos devem ser considerados e posso assegurar que começará bem se der início por refletir sobre o conhecimento antropológico e sociológico e tê-lo como base para a compreensão da sociedade.



Princípios Gerais de Sustentabilidade

Prevenção: menor custo a degradação/poluição.

Precaução: avaliação prévia dos impactos.

Participação: envolvimento da comunidade.

Proatividade: prevenção de problemas.

Compensação: melhoria ampla em outra área.

Compromisso melhoria contínua: meta modesta.

Poluidor pagador: arcar com os custos de remediar.

Fonte: http://www.sustentabilidade.org.br/conteudos_sust.asp?categ=3

Acesse o site <http://www.sustentabilidade.org.br/default.asp> e descubra como ser sustentável na área profissional que escolheu.



Sobre esse conteúdo tão atual e tão instigante, gostaria muito de saber sua opinião no fórum sobre o assunto. Espero lhe encontrar lá.



MARX, Karl. **O capital**: Crítica da economia política. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe VOLUME. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf. Acesso em: 17 dez. 2011.

Neste livro você verá as principais ideias e conceitos de Karl Marx, o maior teórico da economia de todos os tempos. Nele você entenderá melhor conceitos como Mais-valia, força produtiva, relações de produção, mercadoria dentre outros conceitos que são fundamentais para quem quer entender o sistema capitalista. Nesse livro ele objetivou revelar a lei econômica da sociedade moderna. Leia, sobretudo, a seção 4 do capítulo I denominado “Mercadoria”.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 14ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

Este livro oferece uma visão contemporânea da relação empregador – mercado de trabalho e empregado, permitindo identificar as competências e habilidades exigidas pelas novas relações de trabalho. Sugiro a leitura de todo ele.



No tema 2, **O conhecimento antropológico e sociológico como base para a compreensão da sociedade** você pôde compreender como é composta a Estrutura societal, algumas das suas disparidades sociais, bem como perceber como o homem necessita de suas instituições sociais. Neste tema também foi possível você perceber como é a relação dinâmica econômica e trabalho e alguns fatos que a envolveram ao longo da história da humanidade com destaque para a nossa geração que se vê premida dentre outros aspectos pela concorrência e pela sustentabilidade.



01 O que é uma sociedade?

02 As disparidades sociais podem ser de quais tipos?

03 O conceito de instituição social é bastante relevante para a Sociologia dada sua importância no processo de socialização, através do qual aprendemos a viver em sociedade. Nesse sentido, instituições como a família, a escola e a Igreja devem cumprir suas funções visando manter a ordem social, evitando a anomia, condição que caracteriza a crise moral considerada como estado patológico da sociedade. É por isso, inclusive, que muitos consideram hoje a “família” uma “instituição falida”. **Discorra sobre o assunto, a partir do conceito de instituição social que aprendeu ao estudar sobre o “o homem e as instituições sociais”**

Verifique no AVA as respostas do exercício.



- 04 Nos primórdios da relação empregador-empregado, a divisão do trabalho limitava-se a uma distribuição de tarefas entre homens e mulheres ou entre idosos, adultos e crianças, em função das necessidades de cada serviço. Para trabalhos domésticos, por exemplo, era e continua sendo melhor que seja feito por mulheres, pois são elas reconhecidamente mais prenyadas. Para limpar chaminés eram preferíveis crianças, dado o seu tamanho e destreza ao entrar e sair do cano. Já ao homem ficava reservado o trabalho braçal. **Assim sendo, hoje, apesar de algumas dessas características se manterem, como podemos conceber a relação dinâmica econômica e trabalho.**
-
-
-
-

- 05 As Fundações e Associações Privadas sem fins lucrativos no Brasil estão classificadas em categorias. São elas:

- I- privadas, que não integram o aparelho do Estado;
- II - que não distribuem eventuais excedentes;
- III - que são voluntárias;
- IV - que possuem capacidade de autogestão ;
- V - que são institucionalizadas.

A sequência com as afirmativas CORRETAS é:

- a) I, III, IV e V apenas
- b) I, II, III, IV e V
- c) II e IV apenas
- d) II, III e V apenas
- e) III e IV apenas

Verifique no AVA as respostas do exercício.

06 O conceito de _____ refere-se a um conjunto de coisas ou pessoas, com algo em comum, independentemente da sua presença no mesmo espaço. Naturalmente, é definido por respeitarem as mesmas normas e valores, o que os identificam e os fazem interagir.

O Conceito que melhor se adéqua ao espaço em branco é:

- a) Comunidade
- b) Sociedade
- c) Grupo social
- d) Estrutura Social
- e) Estratificação Social

07 As desigualdades sociais assumem feições distintas em cada sociedade, uma vez que devem ser explicadas e compreendidas a partir de seus elementos econômicos, políticos e culturais, os quais variam conforme o modelo social em questão. Complementando esta afirmativa, acerca das desigualdades sociais, NÃO podemos dizer que:

- a) Refletem um sistema social de exclusão e miséria que convive com a riqueza e a bonança, fruto das suas relações contraditórias.
- b) A democracia brasileira garante um índice baixo de desigualdade social no país, sobretudo na região sudeste.
- c) Salários insuficientes, desemprego, fome, desnutrição, violência e prostituição são algumas das expressões do nível de desigualdade social que atinge milhões de pessoas no mundo.
- d) São produzidas por um conjunto de circunstâncias que abrangem as esferas da vida social.
- e) As desigualdades sociais são identificadas não apenas pela miséria de boa parte da população, mas podem ser também identificadas pelas expressões culturais, no uso das tecnologias disponíveis, nos transportes utilizados, ou seja, em uma série de fatores que diferenciam as pessoas e a sua condição social.

Verifique no AVA as respostas do exercício.



08 São princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil (1988):

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

- a A sequência com as afirmativas CORRETAS é:
 - b I, III, IV e V apenas
 - c I, II, III, IV e V
 - d II e IV apenas
 - e II, III e V apenas
- III e IV apenas

09 Muitos termos e conceitos importantes são elaborados pela Antropologia e pela Sociologia para compreender e explicar a realidade social, a exemplo do conceito de Instituição Social. Acerca deste conceito, marque (V) para as alternativas VERDADEIRAS e (F) para as alternativas FALSAS:

- () Instituição Social corresponde a um sistema de organização política e social, que, todavia, não objetiva regular as relações sociais;
- () Segundo Durkheim, a instituição social funciona como um mecanismo de proteção da sociedade, haja vista estabelecem regras e comportamentos reconhecidos e aceitos pela sociedade, com o intuito de manter a organização social;
- () Dotada de objetividade e com caráter coercitivo, a instituição social exerce força sobre o indivíduo que a viola legal ou moralmente;
- () Família, Escola e Governo são algumas das principais representantes das instituições sociais.

A resposta com a sequência CORRETA é:

- a V, V, F, F.
- b F, V, F, V.
- c F, V, V, V.
- d V, V, V, V.
- e V, F, F, F.

Verifique no AVA as respostas do exercício.



10 Para _____ temos que dar conta do extremo dinamismo e do escopo globalizante das instituições modernas e explicar a natureza de suas descontinuidades em relação às culturas tradicionais.

Esta pessoa é:

- a) Antony Giddens
- b) Alan Touraine
- c) Émile Durkheim
- d) Peter Berger
- e) Brigitte Berger

11 Estudioso da Economia, autor de “**O Capital: Crítica da economia política**” onde ele tece uma análise sobre o trabalho, a acumulação, os modos de produção e sobre o valor do trabalho e o preço das mercadorias. Segundo ele, o homem foi o primeiro ser a conquistar a liberdade e isso se deu graças ao seu trabalho. Foi colocando a natureza a seu serviço que o homem conseguiu dominá-la e usufruir das suas benesses. Baseando-se nele, pode-se dizer que é da necessidade de superar o próprio meio que o homem define e projeta os meios para alcançar os seus objetivos.

Esse homem é:

- a) Max Weber
- b) Émile Durkheim
- c) Pierre Bourdieu
- d) Alan Touraine
- e) Karl Marx

12 O autor do livro “A divisão social do Trabalho” escrito originalmente em francês no ano de 1893 é:

- a) Karl Marx
- b) Émile Durkheim
- c) Idalberto Chiavenato,
- d) Amarildo Cavassani
- e) Edlene Biassini

Verifique no AVA as respostas do exercício.

Parte 02

A CONSTRUÇÃO DO
DO OLHAR
ANTROPO-SOCIOLÓGICO
EM ALGUNS DE SEUS
PRINCIPAIS
D E B A T E S



A ANTROPOLOGIA E A SOCIOLOGIA NO CONHECIMENTO DAS REALIDADES SOCIAIS

Nos dois primeiros temas você foi apresentado a conteúdos que aprofundaram os conhecimentos acerca da Antropologia e de Sociologia, além do uso destas ciências em alguns contextos históricos e sociais.

Este tema lhe proporcionará entender e ampliar subsídios teóricos que possibilitem interpretações de fenômenos antropológicos e sociológicos calcadas em conceitos científicos. Por isso será muito importante que você se dedique ao estudo do que está aqui proposto.

Objetivos da Aprendizagem

Terminado o tema 3, você deverá:

- ✓ Entender como é composta a população e alguns dos problemas que dela decorre.
- ✓ Diferenciar o que é um movimento social de uma multidão.
- ✓ Perceber os prós e contra da globalização.
- ✓ Compreender o multiculturalismo do povo brasileiro como fruto da miscigenação étnica.

3.1 A composição populacional como problema social

Não fosse o censo, falar da população seria atirar no escuro. Entidades como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) fazem com que a construção do olhar antropológico seja feita de maneira ponderada, baseada em fontes confiáveis, cujos métodos primam pela precisão. Contar a população municipal não se traduz tarefa fácil. Imagine quando isso se estende ao Estado, ao país e ao mundo. Ufa!!! Já pensou... contar um por um?

Imagine que esse tipo de entidade não apenas conta, mas classifica, por sexo, idade, condição social, educação, dentre outros indicadores. Mais complicadas ainda as coisas se tornam. Mas, assim como o IBGE, outros institutos de pesquisa no mundo todo auxiliam nas análises, ao transformar algo aparentemente inatingível, em fonte. Fonte para as possíveis interpretações, fonte que serve de alicerce para os possíveis remédios sociais.

No passado, as organizações religiosas eram encarregadas do censo, mas geralmente em um nível mais restrito. O Império Romano conduzia o censo a fim de calcular a quantidade de homens em idade militar ou para fins de impostos, mas isso era limitado, pois a contagem era baseada no número de romanos que compareciam aos órgãos responsáveis em sua cidade. As pessoas que não compareciam não eram computadas. O Brasil, por exemplo, teve o seu primeiro recenseamento em 1872, o segundo no primeiro ano da República em 1890 e desde então a cada 10 anos vem mantendo seus números o mais próximo da realidade possível.

Evidentemente que, mesmo um censo bem amplo, pode possuir limitações. Em países com áreas muito remotas, pode ser impossível para os censores contarem toda a população. Há também o medo, por parte dos censores, de pesquisar em determinadas áreas que se revelam perigosas, sem contar que em algumas regiões as pessoas se alojam de maneira muito dispersa e muitos dos recenseados se recusam a receber o pesquisador.



“O IBGE está ligado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Todos os trabalhos realizados pelo IBGE são feitos pensando na missão: retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania. E são muitas as nossas atividades! O IBGE produz, analisa, pesquisa e divulga informações de natureza estatística (demográfica, social e econômica), geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental. Com isto, ajuda a conhecer a realidade física, humana, social e econômica do País. As informações produzidas pelo IBGE são destinadas a estudantes, professores, pesquisadores, administradores, imprensa e a toda e qualquer pessoa que tenha interesse em conhecer a realidade brasileira.

Além de produzir todas essas informações estatísticas e geográficas, o IBGE também é responsável por realizar discussões para avaliar os processos de produção, disseminação e de utilização dessas mesmas informações.”

(IBGE, 2011)

Por certo, há muito mais para saber sobre populações do que somente quantas pessoas existem. Vários aspectos devem ser computados como idade, moradia, dados socioeconômicos e raça. A idade de uma população pode nos dizer muito sobre o que ela está fazendo e o que fará no futuro. Um aumento repentino da taxa de natalidade resulta em um “inchaço” da população. Uma porcentagem maior do que o normal da população fica concentrada dentro de uma certa faixa etária, e a depender dela, pode haver uma pressão nos hospitais, nas escolas, nas universidades ou na previdência social, gerando, por certo, problemas sociais. Assim, a informação sobre a idade, somada a outras informações pode proporcionar análises que favoreçam a qualidade de vida do indivíduo, pois as análises podem servir de parâmetro para que um investimento seja melhor aplicado em uma área que em outra.

Saber onde as pessoas vivem é outro elemento revelador não só do padrão monetário da população, mas também uma das formas de descobrir o padrão de vida das pessoas em determinadas regiões. Sabendo-se a cidade, o bairro, a casa, os vizinhos, melhores chances se tem de determinar o padrão

socioeconômico e cultural do indivíduo e, conseqüentemente, entender as demandas sociais. Assim, conhecer como e onde moram as pessoas pode servir de subsídios para muitas políticas públicas que envolvam saneamento, assistência médica, educacional, dentre tantas outras que podem ser pensadas e implementadas a partir desses dados.

Os dados socioeconômicos, por sua vez, combinados com os dados da população, podem mostrar arquétipos, fornecendo indícios, por exemplo, para problemas ocultos. Tais cruzamentos podem indicar altas concentrações de pessoas com câncer próximas de certas áreas industriais, ou um maior potencial para determinado empreendimento. Para a criação de hidrelétrica, por exemplo, que tem por objetivo a geração de energia para atender à população em suas distintas necessidades, deve-se considerar essas e outras informações, haja vista quando uma hidrelétrica passa a funcionar muitas mudanças ocorrem no lugar. Desde as boas às ruins. Se por um lado existe e é passível de implementar formas de produção de energia, isso é ótimo, mas por outro lado imagine o que a existência de um empreendimento como uma hidrelétrica pode representar do ponto de vista social.

Dois casos mais que outros vêm sendo mostrados pelos nossos telejornais. Tratam-se da hidrelétrica de Tucuruvi no rio Tocantins e a hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, ambas no Estado do Pará. A primeira foi a responsável por um dematamento descomunal da área, do não tratamento das áreas tomadas pelas barragens, o que, por sua vez, gerou uma toxicidade nas águas e a conseqüente perda da biodiversidade na região. Foram perdidos 2,5 milhões de m³ de madeira potencialmente comercializável e um aumento significativo no número de insetos e o que eles trazem, a exemplo de doenças como a malária. Por certo populações que viviam nas proximidades da hidrelétrica foram indenizadas, mas também houve casos como a tribo Gavião da Montanha e os índios Assurini, que não receberam compensação alguma.

O outro caso, a usina de Belo Monte, ainda em construção, marca uma fase de transição na região. Considerada como um perigo para as populações locais, em especial a indígena que vem, através do cacique Raoni, chamando a atenção de vários organismos, inclusive internacional, a exemplo da Comissão Internacional de Direitos Humanos e a Organização das Nações Unidas (ONU) para o que o pretense progresso pode representar para seu povo e para a natureza. Ao avaliar os impactos da hidrelétrica na região, as empresas Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Odebrecht e Leme Engenharia, listaram as seguintes implicações:

1. Geração de expectativas quanto ao futuro da população local e da região.
2. Geração de expectativas na população indígena.
3. Aumento da população e da ocupação desordenada do solo.
4. Aumento da pressão sobre as terras e áreas indígenas.
5. Aumento das necessidades por mercadorias e serviços, da oferta de trabalho e maior movimentação da economia.
6. Perda de imóveis e benfeitorias com transferência da população na área rural e perda de atividades produtivas.
7. Perda de imóveis e benfeitorias com transferência da População na área urbana e perda de atividades produtivas.
8. Melhorias dos acessos.
9. Mudanças na paisagem, causadas pela instalação da infra-estrutura de apoio e das obras principais.
10. Perda de vegetação e de ambientes naturais com mudanças na fauna, causada pela instalação da infraestrutura de apoio e obras principais.
11. Aumento do barulho e da poeira com incômodo da população e da fauna, causado pela instalação da infraestrutura de apoio e das obras principais.
12. Mudanças no escoamento e na qualidade da água nos igarapés do trecho do reservatório dos canais, com mudanças nos peixes.
13. Alterações nas condições de acesso pelo Rio Xingu das comunidades Indígenas à Altamira, causadas pelas obras no Sítio Pimental.
14. Alteração da qualidade da água do Rio Xingu próximo ao Sítio Pimental e perda de fonte de renda e sustento para as populações indígenas.
15. Danos ao patrimônio arqueológico.
16. Interrupção temporária do escoamento da água no canal da margem esquerda do Xingu, no trecho entre a barragem principal e o núcleo de referência rural São Pedro durante 7 meses.
17. Perda de postos de trabalho e renda, causada pela desmobilização de mão de obra.
18. Retirada de vegetação, com perda de ambientes naturais e recursos extrativistas, causada pela formação dos reservatórios.
19. Mudanças na paisagem e perda de praias e áreas de lazer, causada pela formação dos reservatórios.
20. Inundação permanente dos abrigos da Gravura e Assurini e danos ao patrimônio arqueológico, causada pela formação dos reservatórios.
21. Perda de jazidas de argila devido à formação do reservatório do Xingu.
22. Mudanças nas espécies de peixes e no tipo de pesca, causada pela formação dos reservatórios.
23. Alteração na qualidade das águas dos igarapés de Altamira e no reservatório dos canais, causada pela formação dos reservatórios.

24. Interrupção de acessos viários pela formação do reservatório dos canais.
25. Interrupção de acessos na cidade de Altamira, causada pela formação do Reservatório do Xingu.
26. Mudanças nas condições de navegação, causada pela formação dos reservatórios.
27. Aumento da quantidade de energia a ser disponibilizada para o Sistema Interligado Nacional – SIN.
28. Dinamização da economia regional.
29. Interrupção da navegação no trecho de vazão reduzida nos períodos de seca.
30. Perda de ambientes para reprodução, alimentação e abrigo de peixes e outros animais no trecho de vazão reduzida.
31. Formação de poças, mudanças na qualidade das águas e criação de ambientes para mosquitos que transmitem doenças no trecho de vazão reduzida.
32. Prejuízos para a pesca e para outras fontes de renda e sustento no trecho de vazão reduzida.

(MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIAS, 2009)



Esta lista feita pelas empresas contratadas para a pesquisa traz os pontos positivos e negativos do empreendimento. Mas o que mais instiga na listagem é o fato de que as gerações futuras vão pagar as contas do empreendimento.

O estudo da raça, por sua vez, apesar de controverso, visto raça não se explicar cientificamente, é outro aspecto que deve ser levado em consideração quando o assunto é composição populacional como problema social, afinal, nós nos identificamos por razões culturais, como sendo de uma ou outra raça. É justamente pela compreensão dessas diferenças que ocorreram ao longo da história, que hoje se elaboram algumas políticas públicas que visam ao nivelamento social entre as etnias, entendidas como a representação da consciência coletiva de um grupo de pessoas que se diferenciam de outro pela sua história, cultura, artes, religião, língua, para além da cor da pele.

Outro aspecto de suma relevância para o tema é o crescimento da população. Quando uma população cresce, ela é colocada sob pressão. Essa pressão pode vir pela falta de alimentos, moradia e serviços, ou mesmo pelo descontrole de doenças, e dos espaços, mas a migração, as doenças, a guerra e mesmo a fome podem diminuir a pressão na medida em que provocam uma diminuição, seja pela migração, seja por morte. O economista britânico Thomas Malthus (1766-1834), desenvolveu uma teoria bastante pertinente sobre a população. Segundo ele, a população inevitavelmente iria aumentar além da capacidade da terra, resultando em pressões auto-corretivas. Para ele o aumento da população seria a causa de todos os males da sociedade. Sua ideia, reconhecida como “a Bomba Populacional” ou Teoria Populacional Maltusiana, ganhou notoriedade com o crescimento do movimento ambiental dos anos 1970.

Para Malthus, com o superpovoamento mundial poderia não haver comida para alimentar as populações; o espaço seria insuficiente para todos; o excesso de gente provocaria danos ao ambiente e não haveria infraestrutura social para atender a todas as pessoas. Bastante criticada, por não considerar os progressos tecnológicos e as benesses da industrialização, a teoria malthusiana deu lugar a várias outras que fizeram dos problemas previstos por Malthus simples variáveis de um problema maior que é o da educação. Não educação formal, escolar, mas uma educação familiar, que diga ou que preveja que tem que haver o controle de natalidade, não necessariamente para o bem de todos, mas para o bem da família, para o próprio bem do indivíduo.

Se atentarmos para áreas de países como a Índia e a China perceberemos que a densidade populacional é extremamente alta e nem a tecnologia nem a revolução industrial foram ou são suficientes para melhorar as condições de vida daqueles conglomerados. Não que ambos os países não possuam suas riquezas e tradições, mas a alta densidade populacional sem os serviços necessários a sua cidadania, desestrutura qualquer cultura.

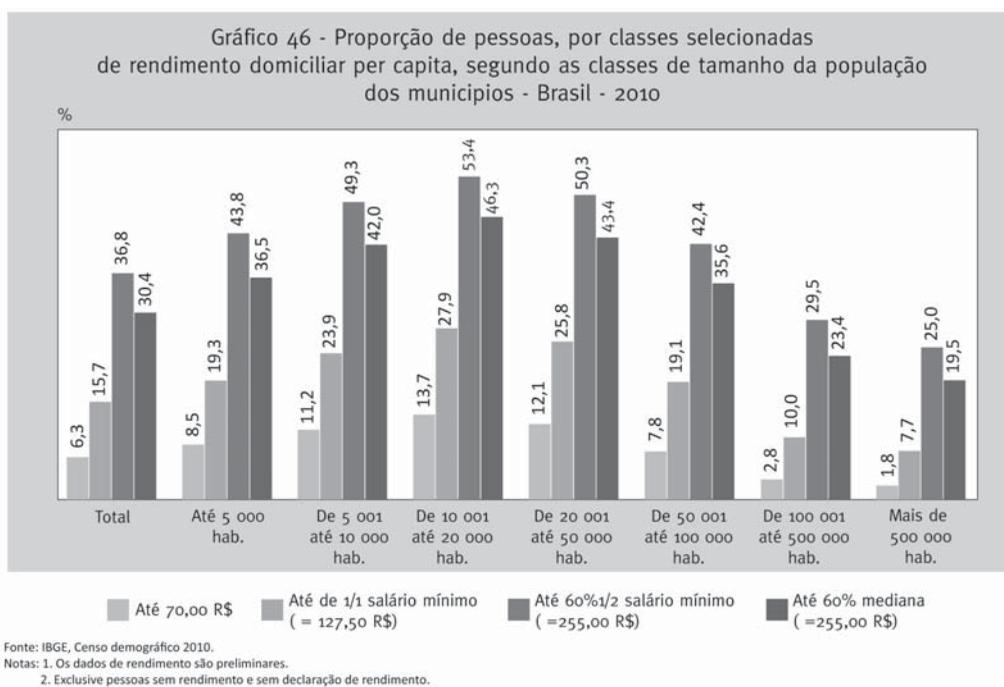
O sociólogo francês Pierre Bourdieu em seu livro “A miséria do mundo” contempla três anos de pesquisa em conjuntos habitacionais populares franceses. Nesta obra ele traz uma série de entrevistas com moradores que, por algum motivo, são obrigados a coabitarem nos mesmos lugares. O resultado, mesmo sendo baseado em pesquisa em outro país, é revelador também do que representa o choque de diferentes visões de mundo e que serve para compreen-

der a realidade, também brasileira, ou seja, de todo o sofrimento decorrente das condições de produção das formas de miséria social contemporânea.

Nesse sentido, o controle populacional não só se faz necessário como é imprescindível nos tempos modernos. Com uma população maior do que o previsto pelas políticas públicas as pessoas se tornam menos saudáveis e os problemas que daí decorrem podem ser infinitos. De modo que a pressão populacional pode gerar conflitos e as condições insalubres e a proximidade uns dos outros tende a gerar epidemias e isso tudo impõe melhoramentos na geração de recursos e na infraestrutura, para aumentar a capacidade de sustentação. Não há dúvidas que os custos são enormes. Por isso o controle, seja interno ou externo, são essenciais.

Por certo, ainda não foi preciso controlar a população brasileira enfatizando penalidades pelo excesso de filhos ou tornando mais vantajoso ter menos filhos ou esterilizando as pessoas, como é o caso da China. No entanto, não podemos afirmar que o declínio da população é bom, pois a economia mundial e o crescimento econômico mundial contínuo são, sobretudo, sustentados pelo aumento da população. As pessoas são consumidoras e, quanto mais consumidores, mais dinheiro e mais dinheiro representa economia saudável. E aí, o que fazer? – o equilíbrio é o “x” da questão.

O Censo Demográfico do Brasil 2010 revelou algumas desigualdades sociais que há muito vem sendo recorrente no Brasil, mas que, nesta última década tem ganhando novos contornos. Dentre os indicadores pesquisados o nível de renda, apesar da tendência de diminuição detectada nos últimos anos, revelou que apesar da média nacional de rendimento domiciliar per capita fosse de R\$ 668 em 2010, 25% da população recebeu até R\$ 188 e metade dos brasileiros recebeu até R\$ 375, menos do que os R\$ 510, salário mínimo naquele ano. Neste mesmo ano de 2010 também foi detectado que a pobreza era maior nos municípios de porte médio (10 mil a 50 mil habitantes), conforme gráfico.



Outros dados também podem ser detectados, a exemplo da taxa de analfabetismo que caiu, mas ainda chegou a 28% nas menores cidades do nordeste e entre pretos e pardos o montante ultrapassa 20% nas cidades pequenas. Esta população, por sua vez, passou dos 50,7% da população brasileira, o que nos coloca como uma população predominantemente miscigenada. Seja como for, tenha a cor e a formação que tiver, às vezes, as demandas da população não são atendidas, o que não deixa outra opção senão a de que os que se sentem prejudicados se organizarem em movimentos. Estes, por sua vez, serão assunto do nosso próximo conteúdo.



O que são demandas sociais? São tantas as elucubrações que prefiro que você mesmo reflita sobre as informações. Aproveite e discuta o assunto com seus colegas no AVA.



Tem um fórum que envolve o assunto esperando pela sua opinião. Não deixe de participar.



Penso que seria muito proveitoso ler o resultado do censo 2010. Com os dados coletados revertidos em informações, você, com certeza, conhecerá melhor o Brasil. Visite o site: www.ibge.gov.br . Lá encontrará muitas publicações sobre os indicadores da pesquisa. Como existem vários indicadores sugerirei apenas essa leitura.



3.2 Movimentos sociais como fruto do comportamento coletivo

Ocorrências violentas acontecem no mundo todo, independentemente do lugar, da economia, do meio social. O que varia é o tipo e o grau da violência. Vários são os assassinatos, estupros, furtos, roubos, incestos, ameaças, dentre outras variáveis da violência que assola a humanidade sem que esta esteja preparada para enfrentá-las. No Brasil, por exemplo, os noticiários a toda hora revelam crimes em casas de show, em bares, dentro do ônibus, do metrô, na rua, em estádios de futebol, até em Igrejas a violência se fez presente, como foi o caso da garotinha de 2 anos que foi violentada e assassinada em um templo religioso de Joinville-SC em 2007.

As universidades e os órgãos representativos do povo, como as câmaras de vereadores, também não ficaram livres de depredações, saques e vandalismos. Muitos dos atos têm por desculpa o medo, o protesto ou o inconformismo com a situação vigente. O que chama a atenção, no entanto, é que determinadas manifestações violentas têm por propósito um ato político, mas esse é um campo em que o protesto só tem sentido como protesto racional, movido por um projeto social e político. O fato é que o comportamento sem planejamento despolitiza qualquer ato político.

Os estudiosos que fizeram as primeiras análises sobre o tema definiam tais ações como comportamento coletivo. Mas nem toda multidão atua por comportamento despolitizado. Por isso, diferenciaram o comportamento coletivo para nele identificar os movimentos sociais, que são aquelas condutas que têm sentido e que destoam das irracionalidades próprias da multidão. O comportamento da multidão não tem necessariamente uma busca, um projeto. Um show de música, um jogo de futebol, uma missa campal, um culto, reúnem uma multidão, mas não a caracteriza como movimento social. O comportamento coletivo que caracteriza essas ocorrências, apesar de sua diversidade, segue um padrão meramente de aglutinação.

Há, ainda, ocorrências geralmente súbitas, em que membros da multidão se destacam por atos bruscos e de repercussão geral, como é o caso das multidões reunidas em frente às delegacias para linchar criminosos hediondos que são presos. O que se pode notar, em casos como estes é que os valores de referência da conduta social perdem momentaneamente sua eficácia em face de um ato inusitado que desperta ações autodefensivas e de sobrevivência. A multidão, na qual os jovens têm

participação maciça, sugere uma procura, uma busca de si mesmo nos outros, uma tentativa de fazer parte e do pertencer, sabendo que tudo aquilo é efêmero, pois se dissolverá ao fim do acontecimento.

Já os movimentos que se propõem sociais se caracterizam por serem organizações estruturadas, que associam pessoas com interesses em comum, que visam à defesa ou promoção de certos objetivos, geralmente morais, éticos e legais, perante à sociedade. Como fruto de determinados contextos históricos e sociais, os movimentos sociais encontram no associativismo, a exemplo das associações civis, dos movimentos comunitários e de algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs), o respaldo necessário para se legitimarem como representantes de determinada classe ou grupo social. É assim com o “Movimento Sem-terra”, com o “Movimento Sem-teto”, com o “Movimento Indígena”, com o “Movimento Negro” e com vários outros.

Constituídos em torno de uma identidade, de um projeto e da visão nítida do que se deve combater, e não necessariamente no ganho econômico, os movimentos sociais se organizam e se revelam úteis no que se propõem. Haja vista termos reformas agrárias (Movimento dos Sem-terra), políticas públicas de habitação (Movimento dos Sem-teto), reservas indígenas (Movimento Indígena), cotas para afrodescendentes nas universidades (Movimento Negro), dentre outras conquistas que devem sua vitória aos movimentos sociais. Algumas organizações menores, de representação local, como as associações de bairro também vêm buscando se organizar nacionalmente e, na medida do possível, participar de redes transnacionais de movimentos.



Para Scherer-Warren (2005b, p.35) “as redes de movimentos sociais seriam redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas, e que conectam – de forma simbólica e com laços de solidariedade – sujeitos individuais e atores coletivos, cujas identidades se constroem num processo dialógico. Nesse processo dialógico é onde se forma a identidade do movimento (identificações e convergências sociais, éticas, culturais ou político-ideológicas), se define o adversário (entre os intercâmbios, as negociações, o conflito, os mecanismos de dominação, exclusão e resistência) e se marcam os objetivos ou se constrói o próprio projeto político do movimento social.”

Para ratificar tais ideias trago à luz a teoria de Alan Touraine, sociólogo francês contemporâneo que se dedica ao estudo de movimentos sociais de trabalhadores em todo o mundo e, em especial, da América Latina. Para ele os “[...] movimentos sociais são a ação conflitante de agentes das classes sociais, lutando pelo controle do sistema de ação histórica.” (TOURAINÉ, 1997) Em sua visão, os conflitos sociais são generalizados pela sociedade pós-industrial na medida em que ela, em deferimento da indústria e do fator econômico, privilegia como elementos chave da produção, o conhecimento e a informação e, como consequência disso, os conflitos sociais não se concentram apenas nos elementos econômicos, mas também nos culturais. Daí os movimentos feminista, estudantil, dentre outros.

Alguns movimentos sociais têm sua origem na intensificação do processo industrial do século XIX, isto porque foi a essa época que as divergências entre burgueses e proletários foram a floradas, ficando bem clara a luta entre as classes. O movimento operário é um exemplo disso, pois seus membros lutam pela defesa do interesse e das melhores condições de vida dos trabalhadores. O movimento feminista por sua vez, também tem adeptos no mundo todo, mas luta pela igualdade de direitos entre os sexos e pela proteção à mulher, o que desmitifica o lado econômico como o único capaz de mobilizar pessoas.

Com as novas tecnologias, a informatização e a globalização as necessidades coletivas não só crescem como ganham novos desafios, pois há a tendência a se complexificar com os novos atores que vão se constituindo, bem como com suas novas formas de se organizar e governar o que, por sua vez, gera uma nova configuração da sociedade civil organizada, apontando as várias ações coletivas do novo milênio. Isto porque a ação coletiva é uma ação que pode pressupor reivindicação, mas também pode pressupor protesto. Exemplos: O Movimento dos trabalhadores sem terra reivindica por terra, um direito garantido constitucionalmente, já a ONG SOS Mata Atlântica protesta contra o mal causado pelo desmatamento descompromissado.

As subjetividades coletivas também se constroem sobre o significado de ideias como nacionalidade, patriotismo e soberania, que, de fato, conservam muita vigência e são partes dos conflitos, ainda que se previnam as fortes contradições a que estão sujeitas na atualidade.



Percebam como a ação coletiva não é única e exclusivamente por parte de um ou outro setor da sociedade, muito pelo contrário, ela pode ser empreendida por qualquer representante da sociedade, desde que sistematize proposta que vise à transformação social positiva.

É na tomada de posição, na criação de espaços democráticos e na mobilização, seja local ou global que os movimentos sociais e, conseqüentemente, a cidadania, ganha forças e contribui com a consolidação das identidades coletivas, seja reforçando o sentimento de pertença, seja cultivando a igualdade de direitos. Tais ações somadas aos projetos específicos encabeçados por um ou outro movimento é o que constitui empoderamento político e simbólico de um grupo.

Ao longo de seu histórico, os movimentos sociais desenvolveram seu *modus operandi*. Assim, seus membros contam com as manifestações em lugares públicos, passeatas; ocupação de terras e de prédios públicos, sejam eles inativos no caso do MTST ou representativos como greves, marchas e ainda com a comunicação via mensagens nas redes sociais no espaço da internet no caso do Movimento estudantil. Com tais ações, muitas vezes midiaticizada pela imprensa televisiva ou impressa que os fazem impactar conjuntural e estruturalmente a sociedade civil, os movimentos sociais se constituem um poder representativo dos seus respectivos grupos.

Por certo os movimentos sociais se perfazem com características organizativas próprias, com uma participação especial no emaranhado social que por sua vez é composto não só do arcabouço político, econômico, cultural da sociedade, mas com as iniciativas particulares. Exemplo disso foi a emergência de alguns movimentos sociais como o MST nos anos 1980 no Brasil que embora não tenham nascido com a intenção de ser antiinstitucionalista contribuiu com uma nova forma de conceber a Democracia. A partir de sua existência e do que ela representava foi possível vislumbrar o aprimoramento dos organismos de intermediação de interesses ou a renovação de partidos tão danificados em países como o Brasil por uma tradição marcada pelo autoritarismo e pelos novos casuísmos. Na visão de Costa

Suas possibilidades residem precisamente em seu “enraizamento” em esferas sociais que são, do ponto de vista institucional, pré-políticas. E é no nível de tais órbitas e da articulação que os movimentos sociais estabelecem entre estas e as arenas institucionais que podem emergir os impulsos mais promissores para a construção da democracia. (COSTA, 1997, p. 1)

Já que o Estado, por uma série de fatores, não oferece o que reza a Constituição, o nosso desafio é o de nos prepararmos para nos tornarmos atores sociais capazes de agir e de compor novas formas de governança, o que requer além de participação em múltiplos espaços, “[...] mobilizações de base local na esfera pública; empoderamento através dos fóruns e redes da sociedade civil; participação nos conselhos setoriais, no orçamento participativo e em outras parcerias entre sociedade civil e Estado; e, nos últimos anos, a busca de uma representação ativa nas conferências nacionais e globais de iniciativa governamental em parcerias com a sociedade civil organizada.” (SCHERER-WARRE, 2005, p.13) Em outras palavras, temos que participar das decisões políticas e para isso temos que nos inteirar dos nossos direitos e deveres, e assim ter uma participação qualitativa. Lembre-se que politizados devemos ser todos nós e não apenas os membros dos Movimentos Sociais.



Com base no que você leu até agora e no que você já conhece sobre Movimentos Sociais, pergunto: Que tipos de conquistas poderiam ser alcançadas através dos movimentos sociais?

Dialogue com seus colegas no AVA.



Tem um fórum envolvendo o conteúdo esperando por você.



GADEA Carlos A.; SCHERER-WARREN, Ilse. A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos. In: **Revista Sociologia Política**. Curitiba:, no. 25 Nov. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200005. Acesso em: 17 dez. 2011.

Nesse artigo os autores analisam as principais contribuições teóricas do sociólogo francês Alain Touraine. Ao tratar de aspectos políticos, sociais e culturais na América Latina Touraine dedica-se à dinâmica da sociedade moderna que é por onde ele adentra na seara dos movimentos sociais.

COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. vol. 12, n. 35. Fev. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300008#not8. Acesso em: 08 dez. 2011.

Neste artigo o autor analisa, através de estudo comparativo entre três cidades de Minas Gerais (Uberlândia, Juiz de Fora e Governador Valadares), a construção de esferas públicas locais ao longo do processo de democratização do país. Nele o autor foca o papel desempenhado pelos movimentos sociais e por seus atores.

3.3 Globalização e diversidade cultural

Quando se fala em globalização, logo pensamos em algo sem limites, que gera bastante controvérsia e é, por vezes, muito chato de se tratar. Abarcando os fenômenos econômicos, políticos e culturais, a globalização lega efeitos primordiais para a compreensão da nova ordem mundial. Sem atentarmos para as implicações da globalização, fica difícil entender o contexto e, consequentemente, os fenômenos, sejam eles econômicos, políticos ou culturais de cada local. Hoje, não podemos mais falar de economia simples, de política própria e de cultural local.



Também denominado aldeia global ou mundialização, o termo globalização surgiu na década de 1980 para melhor denominar os processos de internacionalização, ou seja, é a interdependência de todos os povos do planeta.

A economia é global, a política é internacional e a cultura é universal. Mas como entender as manifestações locais? Para isso tem que se entender o que passa no mundo todo? – A resposta é sim. Quanto mais sua visão for sistêmica, como disse Wright Mills (1975), mais o seu poder de entendimento e discernimento será melhor, mais aprimorado e, consequentemente, mais próximo da verdade dos fatos.

Como já disse no primeiro tema desse livro, é importante para um universitário ter opiniões pautadas em conhecimentos científicos, em estudos sérios, em trabalhos com objeto e método. E a globalização, que se tornou mais tema do que prática, aos nossos olhos, tem também o seu caráter empírico. Se atentarmos para o fato de que, todos os dias, todas as horas do dia temos telejornais, jornais impressos, revistas especializadas em política, em economia, em negócios, em cultura, em ciência, em tecnologia, em tudo e por preços módicos, perceberemos que não se pode mais admitir o desconhecimento.

A palavra de ordem é “inteirar-se”. Inteirar-se da economia, inteirar-se da política, inteirar-se da cultura, ou seja, inteirar-se de tudo para que tenha o

conhecimento necessário para enfrentar as intempéries da vida. Mas você poderia afirmar: – não tenho tempo. E eu responderia: – arranje-o. Hoje se o indivíduo quer vencer profissionalmente e, conseqüentemente, financeiramente, tem que abraçar o mundo como ele é. E ele é globalizado. Ele exige dos indivíduos uma visão geral, do todo, ele exige uma especialização, ele exige profissionalismo, ele exige dedicação à profissão. Em suma, ele exige o máximo de cada um.

Poderia aqui fazer críticas das mais acirradas, dizendo da crueldade que é exigir de um menino pobre, com complicações familiares, que não tem todas as refeições, que tem que ir para rua para ter o que comer, que ele estude, profissionalize-se, se quiser ter alguma coisa na vida. Mas o que posso fazer se é assim que as coisas funcionam?

Por certo há várias políticas públicas que favorecem a parcela mais baixa da sociedade, mas não duram pra sempre, são limitadas, são por vezes irrisórias. É assim, por exemplo, com o bolsa família, com os projetos esportivos que envolvem os menores carentes. É assim com os empréstimos do banco popular.

Todas as políticas nesse sentido são limitadas e exigem uma contrapartida, assim como tudo na vida. E as ONGS? poderia perguntar. E eu responderia: São ONGS. E mesmo não levando em consideração os escândalos que elas vêm enfrentando, diria que elas também têm funções limitadas. As ONGS têm suas especializações, têm seu universo restrito, oferecem serviços específicos. Em suma, não são globais, são locais.

Opiniões severas conflitam com afirmações como essas, e o temor de uma homogeneização está no centro do debate. Uma sociedade mundial, uma paz mundial e uma economia mundial, até agora são vistas como suposições, embora fortes indícios confirmem um processo de unificação e adaptação, dos modelos de consumo e de uma massificação cultural. Mas há que se perguntar: trata-se apenas de conceitos em disputa ou há algo que aponte, de fato, nesta direção? Quais são, na prática, os efeitos da globalização?

Se atentarmos para o fato de que já no período de colonização havia procedimentos para integrar espaços e culturas (colonizadores em detrimento dos colonizados), perceberemos que o processo de constituição de uma economia de caráter mundial não é novo e se o conceito de globalização não fosse tão marcado pelo desenvolvimento neoliberal da política internacional até diminuiríamos a ideia de prepotência e a mundialização do capital.

Por certo, do mesmo modo que ouvimos falar de defensores da globa-

lização, ouvimos falar de críticos à globalização, num conflito pelo qual, diferentes organizações se tornam cada vez mais conhecidas. Neste sentido, não se trata de um conflito sobre a globalização, mas sobre o processo de globalização, sobre a forma como ele vem se desenvolvendo. Críticas como a de que a globalização não atinge o globo de forma homogênea, excluindo uma boa parte da população, são bastante pertinentes, principalmente se atentarmos para a circulação mundial de capital. Se observarmos o padrão de vida dos europeus e o compararmos ao dos africanos, essa afirmação fica ainda mais evidente. Embora não possamos esquecer que foi justamente por causa dessas diferenças que, por sinal, são históricas, que o processo de globalização foi incentivado.

Críticas como a de que a globalização significa a predominância da economia de mercado e do livre mercado, em que o máximo possível é mercantilizado e privatizado, com o agravante do desmonte social, existem e são muito pertinentes. Se somarmos isso ao domínio mundial do sistema financeiro, à redução do espaço de ação para os governos, à obrigação que os países têm de aderir ao neoliberalismo, ao aprofundamento da divisão internacional do trabalho e da concorrência e à crise de endividamento dos estados nacionais, aí é que teremos a globalização como algo extremamente temeroso.

Por mais que haja a interconexão mundial dos meios de comunicação e a equiparação da oferta de mercadorias, das moedas nacionais e das línguas, o que se dá, e de forma cada vez mais intensa, é a concentração do capital e o crescente fosso entre ricos e pobres, com o provável crescimento do desemprego e da pobreza.

É evidente que essa conjuntura tem implicações sobre a cultura da humanidade, especialmente nos países pobres, onde os contrastes sociais são ainda mais claros. Podemos falar de uma espécie de conformismo e adequação. Em função da competitividade, cada um se vê como adversário do outro e lutar pela manutenção de seu lugar de trabalho é o que lhe resta. Como os “lugares ao sol” são restritos, muitos são rebaixados e muitos outros excluídos. A competitividade privilegia os mais preparados, os mais capazes e estes só são preparados e capazes porque aproveitaram as condições de formação postas. Os menos competentes tendem a ter responsabilidades por sua posição na pirâmide social e os incompetentes acabam sendo excluídos.

Você pode até afirmar: – não é bem assim... muita gente boa tem que se contentar com um subemprego ou mesmo com o desemprego. E em oposição a

isso, muita gente ruim, por ser filho de Fulano ou Beltrano, que por sua vez tem uma alta posição na hierarquia social, está empregada.

Afirmações como estas têm um enorme fundo de verdade, mas ao se levar em conta que tais pessoas são, na verdade, uma extensão daquelas muito capazes, isso se explica. Um pai ministro que emprega seu filho como assessor e este é taxado como privilegiado, não é senão resultado do grau da competência do pai. E isso é visto dessa forma e não será mudado com as nossas críticas. O grau de poder de alguém preparado é estendido aos seus protegidos. Ou existe alguém sem nenhum capital, seja ele cultural ou econômico, que, por mérito próprio, coloque seu filho em algum cargo comissionado?

Percebendo a vida dessa forma é muito mais fácil aceitar as condições impostas por ela para ser bem sucedido. Ou você estuda para ascender na pirâmide ou para manter-se nela, ou será excluído, taxado de incompetente ou permanece pobre e responsabilizado pela sua própria pobreza. Estou sendo muito dura? Não pense assim. Estou apenas sendo realista.

Embora tenham sido desenvolvidos e disponibilizados mais meios de comunicação, identificamos um crescente isolamento dos indivíduos. A estratificação social, que acaba revelando não só os grupos bem sucedidos e os de classe média e baixa, revela também a exclusão de muitos grupos na sociedade, o que dificulta a tão propalada integração entre diferentes povos.

No tocante à educação, apesar das críticas, o que fica evidente é a formação para o exercício da profissão. Afinal é ela o único meio de acesso ao mercado de trabalho. Com isso, cresce a sobrevalorização do pragmatismo, da eficiência técnica e do conformismo. Se por um lado temos a ideia de que, com uma melhor qualificação, consegue-se maiores chances de um emprego, por outro, acaba-se colocando de lado a reflexão sobre os problemas da sociedade que assume cada vez menos importância. Valores como engajamento, mobilização social, solidariedade e comunidade perdem seus sentidos e passam a ser figura de linguagem. Os verbos ter e poder passam a dominar as ações dos indivíduos que, em nome do seu bem-estar, não têm outra opção senão a de aderir ao processo de globalização.

As ciências sociais, por sua vez, como forma de colaboração, têm se empenhando em explicar o que surge de novo no mundo. Exemplo disso é a análise feita pelo sociólogo Anthony Giddens (1938-) acerca da globalização cultural. Norteado pelo binômio imperialismo e diversidade, o autor, a partir da

audiência do filme Titanic em todo o mundo, reflete sobre os produtos culturais que conseguiu quebrar as fronteiras nacionais. Segundo ele o filme foi assistido por centenas de pessoas porque reflete “um conjunto particular de ideias e valores com que as assistências pelo mundo afora conseguiam identificar-se.” Como a história principal do filme é a de um casal que pertencia a mundos diferentes, mas que se apaixona e que possivelmente conseguiria vencer a barreira de classe social e as tradições familiares, Giddens afiança que tal ideal reflete a mudança de atitudes em partes do mundo onde os valores mais tradicionais têm prevalecido.

Ao chegar a essa conclusão ele reflete sobre a criação de uma cultura global em que os valores dos mais ricos e poderosos – neste caso, os estúdios de cinema de Hollywood – se sobrepõem à força dos hábitos e das tradições locais. Segundo Giddens “[...]” a globalização é uma forma de ‘imperialismo cultural’, em que os valores, os estilos e as perspectivas ocidentais são divulgados de um modo tão agressivo que suprimem as outras culturas nacionais. (GIDDENS, 2007, p. 65)

É verdade que existem outros autores a exemplo de Marshall McLuhan (1911-1980) que concebem a sociedade global como uma sociedade onde coexistem lado a lado várias culturas e que a cultura local junta-se às manifestações estrangeiras resultando, muitas vezes, em opções de modos de viver e conceber o mundo. Para estes autores o que temos é uma “cultura mundial unificada” ao invés de uma fragmentação de formas culturais e no lugar de uma identidade local, nós temos uma identidade híbrida. Isto lhe lembra alguma coisa?



Cultura híbrida é a cultura composta por elementos de diferentes origens culturais.

Toda mudança, entretanto, causa apreensão. É assim na vida, é assim na cultura, é assim no plano social. Qualquer alteração na cultura, seja apenas de um traço ou de todo um padrão cultural, gera como consequência uma mudança social.

A industrialização, a urbanização, o colonialismo, os meios de comunicação e a tecnologia estão associados não só à culturação e/ou aculturação como

também à estrutura, ao funcionamento e à organização da sociedade, provocando nela mudanças que, por vezes, fica difícil de acompanhar.

No campo da indústria, por exemplo, fica difícil acompanhar as marcas, os modelos e o próprio consumo de carro. Urbanisticamente falando, poucas são as marés vistas pelo homem urbano. O colonialismo tornou-se ainda mais radical, deixando evidente as desigualdades. Já os meios de comunicação não ficam atrás, pois o MSN, o orkut, a tv a cabo, twitter, facebook, dentre outras mídias de relacionamento, nos deixam cada vez mais antenados com o mundo a nossa volta. A tecnologia, essa então, nos torna cada vez mais *hitec* (antenados com as tecnologias) com seus MP12, notebooks, palmtops, Iphones, tv full hd, entre outras.

Tais mudanças que passaram do papiro ao papel couché, da prensa para a impressora, da ilustração para a fotografia digital com direito a photoshop, da literatura oral e manuscrita para o CD e DVD, do telégrafo para o aparelho celular e do papel moeda para os cartões de débito e crédito, transformaram irremediavelmente a visão de mundo e a cultura dos grupos sociais, dando a eles a possibilidade cada vez maior de se relacionarem com diferentes pessoas, de diferentes ambientes, de diferentes nacionalidades.

Fatores geográficos também podem causar mudanças culturais e sociais. Secas, enchentes, terremotos pragas têm causado grandes êxodos da população em geral, principalmente nos países do Terceiro Mundo. As consequências disso são óbvias: áreas superpovoadas e com assistência insuficiente, sendo, as pessoas, obrigadas a viverem em péssimas condições higiênico-sanitárias e sociais.

Tais fenômenos, somados às variações na taxa de natalidade, aos fatores como a luta de classes ou o conflito político, ao desempenho das elites sociais, econômicas e intelectuais, ao aparecimento de movimentos sociais, de grupos que desenvolvem uma cultura própria (subcultura) ou dos grupos que criam uma cultura diferente daquela já consolidada (contracultura), a religião, os fatores tecnológicos, o grau de instrução, a dependência econômica e a visão ecológica, têm provocado alterações nas estruturas sociais e culturais das grandes cidades.

Uma outra alteração que modificou significativamente a estrutura das cidades foi o trânsito. Se num período não muito distante as pessoas se valiam, para o transporte, de cavalos, carros de bois, carroças, charretes, trens, bondes

e automóveis, hoje, os veículos cada vez mais modernos, ocupam as ruas das cidades congestionando-as, agravando, inclusive, o nível de salubridade da população com a poluição que geram.

Tais alterações não ocorrem rápida e naturalmente. Elas, em geral, enfrentam resistências, dependem das incertezas e angústias provocadas. Por isso as mudanças sociais nem sempre são progressivas, às vezes elas são impostas. E é isso que condiciona a profundidade, a rapidez e extensão da mudança. Em suma, tudo depende do tipo das consequências que ela pode acarretar.



Já imaginou do que a nossa geração é fruto? E em todas as mudanças que já ocorreram desde a origem da nossa família?

A Antropologia, que entende a cultura como os padrões apropriados, desenvolvidos e praticados pelo homem e a Sociologia que a entende de maneira bastante parecida, ou seja, como sendo o símbolo de tudo, que é apreendido e partilhado por indivíduos de um mesmo grupo. Ambas concebem a cultura como dinâmica. Sendo a cultura dinâmica, ela sofre mudança. Seja adaptando-se, seja acumulando traços, as mudanças culturais ocorrem.

As consequências advindas das mudanças, sejam elas culturais ou sociais, são sempre reveladoras da sociedade atual, pois à medida que passam a ser incorporadas, elas acabam inspirando uns, contrariando outros ou mesmo servindo de ponto de partida para outras mudanças que interferem nas relações sociais que, por sua vez, são objetos antro-po-sociológicos.

Essas consequências podem vir representadas de diversas formas, a começar pelo fenômeno da aculturação, ou seja, pelo processo de mudança cultural, concretizado pela aquisição de elementos materiais e espirituais de uma cultura por outra, ou também podem ser econômico-sociais. Se considerarmos que as novas tecnologias são sempre fatores de desestabilização, pois geram desemprego, perceberemos que elas podem ser bem recebidas pela classe detentora de poder econômico, mas são geralmente mal recebidas pela classe baixa. De modo que as mudanças,

sejam elas culturais ou sociais, geram, de fato, apreensão. Se levarmos ainda em consideração que:

A cultura, pensada como o conjunto de crenças, de valores e de significados que o homem compartilha com o seu grupo, foi violentamente modificada pelo advento da sociedade midiática, que fez com que os povos distantes e diferentes, sob muitos pontos de vista, passassem a dividir um imaginário comum. (COSTA, 2007, p. 282).

Perceberemos que essas experiências resultaram em um processo de homogeneização cultural que serviu de base para o processo de globalização. A Antropologia e, em especial, a Sociologia, não foi indiferente a ela e passou a interessar-se pelo novo comportamento coletivo advindo dessas ondas culturais e sociais e assim propôs-se buscar as formas de articulação dos grupos, das classes e das mídias para não só entender o processo de produção da cultura, mas também das novas regras de convívio social.

A transformação, observável no tempo, que afeta o funcionamento da organização social de dada coletividade e modifica o curso da história é um contributo intelectual e artístico dos homens e mulheres de cada tempo e lugar. Sendo um fenômeno coletivo, que concretiza a forma de expressão e de realização de um grupo, cada geração irá lhe dar a contribuição ao encontrar novas formas e idealizar outros valores, ao inventar outras formas de relacionamento e ao criar novas tecnologias.

Evidentemente que as mudanças culturais e sociais afetam um conjunto substancial de indivíduos que terão seu modo e condições de vida transformados. São alterados não só a forma de organização e as estruturas sociais, mas também as ideias vigentes, cabendo a cada um reestruturá-las em outras bases. A Antropologia e a Sociologia estão aí para dar o suporte.



Nunca é demais lembrar que o nosso AVA conta com fórum, chat, objeto virtual de aprendizagem e um professor de plantão nos três turnos para tirar sua dúvida sobre os assunto.



Que tal ler a obra:

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução Plínio Dentzien. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2002.

Neste livro o autor descreve a modernidade e dentro dela destaca o “eu” como ontológico, mas também como fruto das consequências da modernidade. Com isso ele nos ajuda a entender a sociedade contemporânea e as novas identidades que assumem o “eu”. Sugiro a leitura de todo o texto.

Do mesmo autor indico o artigo:

GIDDENS, Anthony. **Globalização cultural: imperialismo ou diversidade?** Disponível em: <http://cadernosociologia.blogspot.com/2009/04/globalizacao-cultural-imperialismo-ou.html>. Acesso em: 17 jul. 2009.

Neste artigo o autor faz uma análise do filme “Titanic” como “[...] um dos muitos produtos culturais que conseguiu quebrar as fronteiras nacionais e dar origem a um fenômeno de verdadeiras proporções internacionais.” Na visão dele o filme reflete “[...] um conjunto particular de ideias e valores com que as assistências pelo mundo afora conseguiam identificar-se”. Vale a pena ler.

3.4 A plurietnia e o multiculturalismo no Brasil

Corroborando com a ideia de que as mudanças sociais e culturais tem como um dos seus fatores os geográficos, o sergipano Silvio Romero em seu *Compêndio da História da Literatura Brasileira* afirmou:

Na imensa pêra sul-americana, como dizem uns, no enorme presunto da América do Sul, como se poderia chamar, o Brasil, ocupando talvez mais do terço, constitui uma região especial que se distingue por mais de uma singularidade.

Tendo em geral a mesma configuração dessa parte inteira do continente, é, no seu núcleo central, a região mais antiga do Novo Mundo e, talvez, da terra. Era uma enorme ilha primitiva, que se veio a ligar ao planalto mais recente dos Andes e ao das Guianas, por movimentos geológicos específicos e mais diretamente pela ação dos dois consideráveis rios que a circulam - o Amazonas e o Paraguai-Paraná-Prata. (ROMERO, 2001, p. 25).

Tais movimentos geológicos, para Romero, contribuíram com os contornos da cultura brasileira. Isto porque a formação do espaço, assim como tudo que daí provém, acabam contribuindo com os traços que vão moldando as características do seu povo. O clima, a temperatura e a vocação do solo são alguns dos aspectos que dependem desses movimentos geológicos e que influenciam significativamente o modo de vida do homem. Imagine você andar nu, como os nossos ascendentes, em um clima úmido e com uma temperatura acima ou abaixo de 100 centígrados? Ou mesmo cultivar roseiras no sertão, ou ainda plantar uvas em solo encharcado? – Está percebendo como ocorre a influência?

Por outro lado existem vários outros fatores que devem ser considerados quando o assunto é a formação de um povo. Assim, devemos considerar para além desses elementos, a etnia, o tipo de colonização, as manifestações culturais de cada um dos colonizadores e a sua hibridização, bem como as relações que foram sendo constituídas como resultado dessa hibridização, a exemplo do caboclo, do mameluco, do mulato, quando o assunto é etnia, ou mesmo do funk com batida brasileira, quando o assunto é música ou ainda o *sushi* de manga quando o assunto é comida. Espero que tenha entendido como o povo brasileiro é resultado de uma série de misturas e que a despeito de outros povos, se tor-

nou um povo alegre e acolhedor. Por certo, devemos isso a essa mistura que no início foi mal vista, mas que se tornou ao longo da nossa história o nosso “selo de qualidade”.

Já se perguntou por que chamar alguém de preto pode ser crime?; ou porque discriminar alguém por preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem é crime com pena de multa e detenção de 1 a 3 anos de prisão? Se não, pode ser que viva em um dos poucos ambientes onde esse tipo de problema social não exista, mas, se sim, também deve ter se perguntado o porquê do preconceito?

As respostas remontam a um passado bem distante e, no caso do Brasil, data do início de sua colonização, quando chegou às terras que hoje recebe o nome de Brasil, os colonizadores portugueses. Tais colonizadores, brancos de origem, ao começarem o processo de colonização, em 1534, trouxeram para o Brasil, além de alguns empreendedores e dos jesuítas que assumiram função catequética e apaziguadora, homens e mulheres africanos, que escravizados, eram por eles explorados e obrigados ao trabalho em condições desumanas. Isto porque, nos anos de 1452, ao escrever para o rei de Portugal, o Papa Nicolau V (1397-1455) havia deixado claro:

[...] nós lhe outorgamos, pelos presentes documentos, com nossa autoridade apostólica, plena e livre permissão de invadir, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e qualquer outro incrédulo ou inimigo de Cristo, onde quer que seja, como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades... e reduzir essas pessoas à escravidão perpétua” (NICOLAU V, 1452).

Com essa autorização, muitos foram os negros escravizados, maltratados, vilipendiados nos seus direitos mais naturais como a vida e a liberdade. São vários os episódios da história do Brasil em que aparece a figura do negro como um animal, desprovido de alma, de vontade e de tantos outros direitos. Em cada um dos nossos Estados, entretanto, podemos ver claramente as construções cuja força não está senão neles. Ou você acha que as belíssimas Igrejas, os paços, as escolas e demais prédios construídos antes da abolição da escravatura datada de 1888, foram construídos pelos brancos? Desse período também está sua contribuição com a cultura brasileira. Com suas formas de conceber o mundo, suas manifestações artísticas, como danças, músicas, comidas, dialetos, roupas, adereços, pinturas, instrumentos musicais, os negros deram ao Brasil não só cor, mas também brilho e

alegria, sem contar com sua religião que dotou o país de um ecletismo religioso só concebido em países livres e civilizados.

Aqui no Brasil não é raro ouvirmos as contribuições das personagens negras da História do Brasil como Zumbi (1655-1695), líder do quilombo dos Palmares e reconhecido pela sua força e ação junto aos negros que se refugiavam no Quilombo, fugindo da escravidão de alguns dos seus senhores. Antonio Francisco Lisboa, conhecido como Aleijadinho (1738-1814), que com sua arte apresentada nas cidades mineiras de Ouro Preto, Sabará, Congonhas e São João Del Rei, encantou, encanta e encantará várias gerações de brasileiros e estrangeiros apreciadores da arte de esculpir. Assim como eles, muitos outros negros figuram na história do Brasil, a exemplo de Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), Milton Santos (1926-2001) e porque não os esportistas, Pelé, Ronaldinho, Edson Caetano ou os cantores Milton Nascimento, Elza Soares, Djavan, Paulinho da Viola, dentre tantos outros negros que dão orgulho a qualquer cidadão brasileiro.

Se considerarmos todo esse quadro e mais sua atuação em vários outros setores do Brasil, como na agricultura, por exemplo, perceberemos o quanto devemos aos nossos antepassados negros, cuja força e vitalidade foram de grande importância para nossa economia. Basta que consideremos as técnicas que eles desempenharam nos tempos em que a cultura do café enriquecia os agricultores brasileiros. Para você ter uma ideia, na década de 1820 o Brasil exportou aproximadamente 3,2 milhões de sacas de café; na década de 1880 o número sobe para 52 milhões de sacas e já na década de 1890 o Brasil figurava como o responsável por 75% do mercado mundial de café com 130 milhões de sacas. (FARIA, 2009). A quem se deve isso?

Assim como o café, várias outras culturas como a do gado e do açúcar, muito comum no nordeste do Brasil, tiveram nos braços e força do negro o cultivo necessário para seu sucesso. Sem contar com o ouro, cuja maior garimpagem não foi senão a dos negros. Não foi à toa que Gilberto Freyre, um dos maiores estudiosos da cultura brasileira, ao escrever, em 1933, o célebre livro *Casa Grande e Senzala* afirmou:

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. (FREYRE, 2005, p. 367).

Por certo, além da cor da pele, dos costumes, da religiosidade e do intelecto o negro, no Brasil, sofreu com vários outros preconceitos e discriminações. Mas, com todo o desgaste, é ao negro que o Brasil deve honras, afinal descende do negro parte do mosaico cultural que é o Brasil, descende do negro o sentimento de liberdade e de justiça já reivindicados nos quilombos e nos mocambos que remetem ao tempo da escravidão; descende do negro também o enriquecimento econômico e cultural do brasileiro e por que não dizer que descende do negro junto com o branco e com o índio nossa identidade? É dessa junção pluriétnica que nasce o típico brasileiro. É dessa junção que descende o multiculturalismo tão característico do Brasil.

Ao longo da nossa história vários foram os posicionamentos de alguns intelectuais a favor do negro, de sua cultura, de sua religiosidade, de sua história de luta a exemplo de Joaquim Nabuco, deputado de Pernambuco que propôs, em 1880, a abolição da escravidão com indenização, numa tentativa primeira de reparar as injustiças cometidas, ou mesmo os congressistas contemporâneos que propuseram a política de quotas para garantir aos negros o acesso às instituições de ensino superior, direito que há muito lhe fora postergado. Sem contar com os movimentos sociais que, representante das minorias, reivindicam seus direitos.



Apesar de figuras como Joaquim Nabuco (1849-1910) ter lutado muito tempo a favor da abolição da escravatura no Brasil, está somente ocorreu em 13 de maio de 1888, quando a princesa Isabel, filha de Dom Pedro II, em lugar do pai, assina a lei áurea.

A essa altura você deve estar se perguntando: - e o índio nessa história, onde entra? – Assim, como os negros trazidos da África, os índios, assim chamados os nativos brasileiros por considerarem, os descobridores, terem chegados à Índia, foram maltratados, açoitados e também escravizados. Com o pretexto de civilizar os selvagens, de cristianizar os pagãos ou mesmo de salvar suas almas os colonizadores acabaram por suplantar uma cultura autêntica. Além de subalternizar ou mesmo destruir com muitas das manifestações indígenas, a exemplo da sua forma de se adornar, de comer, de morar e de se relacionar, o “homem

branco” impôs ao nativo brasileiro a ideia de salvação e de pecado, isto porque a bandeira que imperava nas terras do Brasil não era senão a do catolicismo.

A ideia de salvação e de pecado fez dos nossos antepassados índios uma espécie de pagãos, pois ao não se enquadrarem nos ditames da Igreja, o índio era considerado pecador, rebelde, indolente, dentre tantos adjetivos que durante muito tempo o qualificavam. Ao não entender o nativo como possuidor de uma cultura, dono das terras e, portanto, detentor de direitos, o colonizador fez com que essa parte da história do Brasil fosse marcada por injustiças e atrocidades. Injustiças porque retiraram do índio não só o direito de serem autênticos, mas também suas terras. Retiraram-lhes o direito de praticarem seus rituais, de manifestarem-se e de exercerem sua religiosidade. Atrocidades porque em nome de uma civilização, da fé e do nascente espírito capitalista, os portugueses furtaram, abusaram, escravizaram e mataram nativos brasileiros.

Por certo os jesuítas tiveram um papel importante. Apesar de serem considerados por alguns estudiosos os culpados pela destruição da cultura indígena e pela escravização pela qual alguns nativos passaram, a eles se deve a não destruição em massa do povo indígena, isto porque ficaram exercendo o papel de mediador entre eles e os portugueses empreendedores. Ao ensinarem ao nativo a ler, escrever e contar em português e ao lhe ensinarem a rezar em latim, a se vestirem, a praticar determinados hábitos de higiene ou mesmo impedirem o infanticídio em algumas tribos, os jesuítas contribuíram com o que hoje chamamos de cultura híbrida, esta fruto de uma junção adaptada de duas ou mais culturas. É verdade que colocaram a cultura do nativo em segundo plano, mas também é verdade que, não fosse sua atuação, as atrocidades, por parte de alguns colonizadores, poderiam ainda ser maiores.

O espírito guerreiro, ou como atesta Gilberto Freyre, o “furor selvagem” tão comum aos nossos ascendentes e que é visível hoje, quando os índios estão tratando da defesa de suas terras, da defesa da natureza expressada em suas formas de vida, deveriam ser apreciadas e praticadas por nós. Há ainda as suas músicas e danças, que alegrem o espírito e que os colocam na condição de povo feliz, além de serem motivos de entusiasmo criador para muitos poetas e estudiosos que veem na temática indígena, motivo de inspiração e análises sobre a formação do povo brasileiro.

Fica quase impossível acreditar que durante muito tempo os negros, assim como os índios, eram considerados animais e que foi necessário o Papa

Paulo III, em 1537, emitir uma bula afirmando que tanto o negro quanto o índio eram homens racionais e libertos, que tinham almas e que, portanto, eram homens. Cinco séculos depois, o índio ainda sofre com o não reconhecimento ou o pouco reconhecimento de suas formas de vida, deixando o que chamamos de cidadania reduzida a uma expressão apenas. Poderia perguntar: - mas para que o índio quer tanta terra se eles não aproveitam para plantar e empreender? Espírito capitalista à parte, o fato é que as terras são de seus antepassados e que por direito são dos seus descendentes.



Desde 1910 foi preciso o Estado criar o Sistema de proteção ao Índio – SPI, que fora substituído pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI um órgão de proteção e assistência aos indígenas e que se responsabiliza pela mediação entre eles e o resto da Nação.

Apenas em 1988 o Estado, através da Constituição, reconhece o índio, bem como a sua cultura, ou seja, suas tradições, costumes, crenças, línguas e organização social, legitimando, assim, sua diferenciação. Apesar do reconhecimento, não há ainda um total respeito ao que diz a Carta Magna. Exemplo disso são as brigas por terras envolvendo índios, FUNAI e empreendedores que tanto aparecem nos telejornais. É justamente nesse aspecto que os estudos, sobretudo antropológicos, podem favorecer os nativos brasileiros. Isto porque com seus pareceres, baseados em estudos de campo, os antropólogos podem ratificar o direito do Índio. Por certo, os laudos podem também identificar possível equívoco entre uma determinada tribo em detrimento de outra ou mesmo atestar que a tribo não tem direito sobre aquela determinada terra, mas o fato é que os estudos antropológicos e, por vezes, sociológicos, servem como divisor de águas entre uma situação e outra. É a ciência ajudando a fazer justiça.

Por certo, em pleno século XXI, caracterizado, dentre outros aspectos, pelo capitalismo neoliberal, pode ser que o Índio não mais tenha no Estado o apoio necessário, entretanto, o que se espera é que cheguemos a um estágio em que os indígenas façam parte da Nação brasileira, sem que eles percam sua identidade e características culturais e singulares. Olhar para o passado, atestar

de onde viemos, qual a nossa origem e perceber o caldeirão cultural de onde descendemos nos faz ser testemunhas de que a diversidade étnica não se traduz em uma ameaça a identidade nacional. Ao contrário, ela enriquece, pluraliza e nos faz um povo mais forte e que fruto de uma cultura híbrida, somos “um povo heroico” de “brado retumbante”.

Parafraseando Gilberto Freyre:

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano. (FREYRE, 2005, p. 367).

O que nos falta, talvez, seja cultivar a política de reconhecimento do outro, que nada mais é do que a democracia. O que nos falta é reconhecer que somos fruto de uma pluri-etnia que tem no negro, no índio e no branco as raízes genéticas, estéticas e culturais que fazem com que hoje comamos cuscuz de milho com ovo de galinha e café. Não entendeu? – O cuscuz de milho é indígena, o ovo de galinha foi introduzido no nosso cardápio pelos portugueses e o café é originário da Etiópia, na África. Assim como este exemplo, vários outros podem ser dados e é o que nos faz sentir muito mais globais do que muitos outros países considerados “puros”.



Uma vez que entendeu o que é globalização, pluri-etnia e multiculturalismo, já pensou em como somos frutos de toda essa mistura?



Que tal dar uma olhadinha no objeto virtual de aprendizagem sobre a temática lá no AVA?



FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. São Paulo: Global, 2005.

Este livro, escrito originalmente em 1933 traz uma análise muito significativa da formação sociocultural, econômica e política do povo brasileiro. Ao apontar as contribuições do branco, do negro e do índio, o autor acaba por fazer uma ode à mestiçagem. Gostaria muitíssimo que lesse essa obra. É um clássico da historiografia brasileira.

ROMERO, Silvio. **Compêndio da história da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

Este livro revela não só como se concebia a cultura brasileira no século XIX, como traz uma contribuição significativa acerca do que hoje chamamos de multiculturalismo. Leiam todo, é de um sergipano que fez “História”.



A parte 2 intitulada **A construção do olhar antropológico em alguns de seus principais debates** é composta de dois temas, a saber: **3 - A Antropologia e a Sociologia no conhecimento das realidades sociais** e **4 - A Antropologia e a Sociologia em suas especificidades**. Nesse tema 3 lhe foi mostrada a composição populacional como problema social; os movimentos sociais como fruto do comportamento coletivo; a globalização e a diversidade cultural, bem como a pluriétnia e multiculturalismo no Brasil. O objetivo foi o de desenvolver alguns conceitos das ciências sociais para que pudesse utilizá-los no seu cotidiano profissional e assim interpretar de forma científica os fenômenos antropológicos e sociológicos que se revelam no seu dia a dia.



01 “No passado, as organizações religiosas eram encarregadas do censo, mas geralmente em um nível mais restrito. O Império Romano conduzia o censo a fim de calcular a quantidade de homens em idade militar ou para fins de impostos, mas isso era limitado, pois a contagem era baseada no número de romanos que compareciam aos órgãos responsáveis em sua cidade”. E hoje, qual a função do censo?

02 O que diferencia um movimento social de uma multidão?

03 Você considera que a globalização é um fenômeno que atinge igualmente a todas as pessoas? Por quê?

04 Uma vez fruto da miscigenação entre índios, brancos e negros, o povo brasileiro é dotado de uma cultura própria caracterizada pelo multiculturalismo, o que vem a ser?

Verifique no AVA as respostas do exercício.

- 05 O economista britânico Thomas Malthus (1766-1834) desenvolveu uma teoria bastante pertinente sobre a população, Segundo essa teoria, NÃO podemos afirmar que:
- (a) A população inevitavelmente irá aumentar além da capacidade da terra, resultando em pressões auto-correctivas tais como o controle da natalidade.
 - (b) O aumento da população é a principal causa dos males da sociedade, funcionando como uma “bomba populacional”.
 - (c) O superpovoamento populacional será acompanhado do crescimento da produção de alimentos, de modo que ninguém passará fome.
 - (d) O excesso de gente provocará danos ao meio ambiente e vai faltar infra-estrutura para atender a todas as pessoas.
 - (e) O planejamento familiar é fundamental para garantir o bem de todos, o bem da família e o próprio bem dos indivíduos.

06 Analise as asserções a seguir:

- Um aumento repentino da taxa de natalidade resulta em um “inchaço” da população. PORQUE.
- Uma porcentagem maior do que o normal da população fica concentrada dentro de uma certa faixa etária e, a depender dela, pode haver uma pressão nos hospitais, nas escolas, nas universidades ou na previdência social, gerando, por certo, problemas sociais.

Marque a alternativa CORRETA:

- (a) As duas asserções são proposições falsas, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- (b) As duas asserções são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- (c) A primeira asserção é uma proposição verdadeira, e a segunda é uma proposição falsa.
- (d) A segunda asserção é uma proposição verdadeira, que serve inclusive como justificativa da primeira asserção que é falsa.
- (e) As duas asserções são proposições verdadeiras, embora a segunda asserção não sirva como justificativa da primeira.

Verifique no AVA as respostas do exercício.



- 07 Um show de música, um jogo de futebol e uma missa campal reúnem um grande número de pessoas, porém não se caracterizam como movimentos sociais porque: Têm sentido comum e propósitos duradouros
- a Expressam o comportamento racional das multidões.
 - b São eventos dos quais qualquer pessoa pode fazer parte.
 - c Seguem um padrão de aglutinação passageira, de forma despolitizada.
 - d Podem se legitimar através de organizações não governamentais.
 - e Suas condutas vão de encontro às irracionalidades próprias das multidões.

- 08 Decorrentes de contextos históricos e sociais determinados, os movimentos sociais são instrumentos de luta de diversos grupos sociais. Acerca deles, todas as afirmativas abaixo são verdadeiras, **EXCETO** a alternativa:

- a Os movimentos sociais correspondem àquelas condutas que têm sentido e que destoam das irracionalidades próprias da multidão.
- b O caráter despolitizado é característica tanto do comportamento da multidão quanto dos movimentos sociais.
- c Movidos necessariamente por uma busca e por um projeto social, os movimentos sociais se caracterizam por um comportamento planejado.
- d Constituídos em torno de uma identidade, de um projeto e da visão nítida do que se deve combater, os movimentos sociais se organizam e se revelam úteis no que se propõem.
- e Temos reformas agrárias (Movimento dos Sem terra), políticas públicas de habitação (Movimento dos Sem-Teto), reservas indígenas (Movimento Indígena), cotas para afrodescendentes nas universidades (Movimento Negro), dentre outras conquistas que devem aos movimentos sociais sua conquista.

Verifique no AVA as respostas do exercício.



09 Assinale a única alternativa que NÃO caracteriza o fenômeno da globalização:

- a Processo de internacionalização do capital.
- b Interdependência dos povos e países do planeta.
- c Economia global e cultura universal.
- d Homogeneização cultural.
- e Economia simples e cultura local.

10 A Antropologia e a Sociologia possibilitam interpretações da realidade social, fornecendo subsídios teóricos e práticos que propiciam um melhor entendimento de tal realidade, a exemplo das teorias elaboradas para explicar o processo de Globalização. Assim, este termo surgiu para denominar o processo de interdependência dos povos e países do planeta, cujas consequências principais são:

- I. Interconexão mundial dos meios de comunicação.
- II. Desigualdade Social.
- III. Concentração do capital.
- IV. Enfraquecimento da divisão internacional do trabalho.

Marque a alternativa CORRETA:

- a Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- b Apenas as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- c Apenas a afirmativa IV é falsa.
- d Apenas a afirmativa III é falsa.
- e Apenas as afirmativas I e IV são verdadeiras.

Verifique no AVA as respostas do exercício.



11 “[...] nós lhe outorgamos, pelos presentes documentos, com nossa autoridade apostólica, plena e livre permissão de invadir, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e qualquer outro incrédulo ou inimigo de Cristo, onde quer que seja, como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades... e reduzir essas pessoas à escravidão perpétua.” O autor dessa bula, datada de 1452, cuja permissão fez com que índios e negros fossem escravizados, é o Papa:

- a) João Paulo I
- b) Nicolau V
- c) Bento V
- d) João XXIII
- e) Leão XIII

12 Zumbi, líder do quilombo dos Palmares e Antonio Francisco Lisboa, conhecido como Aleijadinho são exemplos, na história do Brasil, de:

- a) Negros que dignificam a nossa história.
- b) Artistas que trouxeram as artes plásticas para o Brasil.
- c) Militantes sindicais e que trouxeram muitas conquistas às suas categorias.
- d) Políticos do final do século XVI.
- e) Religiosos que se afastaram do catolicismo e fundaram a religião afro-brasileira.

Verifique no AVA as respostas do exercício.

A ANTROPOLOGIA E A SOCIOLOGIA EM ALGUMAS DE SUAS ESPECIFICI- DADES

Uma vez ciente de algumas das realidades sociais colocadas no tema três o objetivo deste tema é desenvolver um espírito científico e atento aos problemas que envolvem a função social da carreira que escolheram. Para tanto elegi quatro grandes áreas em que a Antropologia e a Sociologia contribuem seja teoricamente, seja metodologicamente. São elas: Educação, Direito, Saúde e Tecnologias da Informação e da Comunicação – TIC. Entender como essas ciências podem colaborar com essas quatro grandes áreas do conhecimento pode ser o primeiro passo rumo ao conhecimento antropológico.

Objetivos da Aprendizagem

Ao final desse tema você deverá ser capaz de:

- ✓ Entender os tipos de contribuições das ciências sociais para a educação.
- ✓ Perceber as contribuições das ciências sociais para o campo jurídico;
- ✓ Entender a relação entre Antropologia, Sociologia e Saúde
- ✓ Compreender o lado positivo e negativo das TIC do ponto de vista das relações sociais.

4.1 Educação

Educação envolve educador, educando e conhecimento. O indivíduo que educa foi um dia educado e o conhecimento que fora adquirido passa a ser transmitido. Assim se processa a educação. É ela que tira o indivíduo do seu estado natural, seja ele mau, como disse Hobbes (1651); bom, como apregoou Rousseau (1762) ou mesmo uma página em branco como alegou Locke (1693) e o transforma em um ser sociável, em um ser cultural. E a Sociologia, onde entra nessa história?

A Sociologia que se propõe teórica, investiga as bases das sociedades em busca da compreensão dos seus modos de educar, já a Sociologia que se propõe aplicada intervém nesses modos para que eles possam ser mais eficientes e eficazes. Com as análises calcadas em pesquisa prévia, teorias consolidadas e métodos específicos, a Sociologia, assim como a Antropologia, se constituem ciências humanas com o alto grau de reflexão e conseqüentemente passíveis de serem ouvidas em muitas das questões sociais que envolvem a educação.

Se atentarmos para a perspectiva Durkheimiana, segundo a qual educação é socialização, ou seja, é o processo pelo qual se aprende a ser membro da sociedade, acabaremos entendendo que não há educação homogênea. Se a sociedade onde nasce o indivíduo já está formada, estruturada, estratificada, com suas instituições, com sua dinâmica econômica e as funções previamente definidas, só resta à educação prepará-lo para conviver, para fazer parte do todo funcionando.

Vendo a educação com duplo aspecto, uno e múltiplo, com seus constituintes básicos, Durkheim aponta suas principais funções:

Suscitar na criança: 1) um certo número de estados físicos e mentais, que a sociedade a que pertença, considere como indispensáveis a todos os seus membros; 2) certos estados físicos e mentais, que o grupo social particular (casta, classe família, profissão) considere igualmente indispensáveis a todos quantos o formem. (DURKHEIM, 1967, p.40).

Para Durkheim a relação educador-educando deve ser mediada pela autoridade do professor, conseguida mediante sua experiência de vida, sua cultura e sua moral. Já se perguntou por que um professor muito inteligente, cheio de certificados, aparentemente pedante, pode despertar nos alunos o respeito e a reverência?

Alguns confundem esse perfil de professor com um perfil retrogrado, impositivo, mas nem sempre o professor é autoritário, às vezes ele tem autoridade. Espero que tenha entendido a diferença.

Ainda segundo Durkheim, em cada tempo histórico existe um tipo de educação a ser transmitido, pois ela representa o meio moral que cada um compartilha. Assim, podemos dizer que não existe homem à frente de seu tempo, o que existe é o homem que não acompanha o seu tempo. A categoria tempo, nesse sentido, se faz tão importante quanto à categoria espaço, pois é o tempo e o lugar que vão ditar as regras educacionais.

Se atentarmos para o processo de socialização do homem ao longo da história, perceberemos as várias fases pelas quais a educação passou. A imitação para sobreviver, a elaboração de normas e de regras para o melhor convívio, a incorporação de valores, o cultivo de bons comportamentos e de atitudes boas, dentre outras. Tudo com o objetivo de que os indivíduos vivessem harmonicamente.

Com o homem contratualmente vivendo em sociedade, esta passou a sobrepor-lo, na medida em que exigia dos seus membros o respeito a tudo aquilo que fosse pelo bem da maioria. E assim, várias foram as crenças, valores, normas, regras que foram sendo impostas a todos aqueles que faziam parte do todo societal.

Segundo Weber (2003), a educação é dirigida a três tipos de finalidade:

- 1 – despertar o carisma;
- 2 – preparar o aluno para uma conduta de vida;
- 3 – transmitir conhecimento especializado.

Se atentarmos bem, veremos que estas duas acepções de educação (a de Durkheim e a de Weber) não são excludentes, muito ao contrário, elas complementam-se. O que nos deixa à vontade para afirmar que, baseando-se nos dois clássicos, a Sociologia da Educação não se faz necessária apenas pela via teórica, mas principalmente pela via prática, pois na medida em que a educação visa preparar o aluno para uma conduta de vida, é na Sociologia, ciência que se dedica ao estudo das interações sociais, que ela vai buscar subsídios. Poderia perguntar: e Karl Marx, como concebia a educação?

Para Marx a educação foi pensada sob o ponto de vista econômico. Foi analisando a sociedade em seus aspectos históricos e filosóficos que ele contribuiu com a ação educativa. Pensando na classe trabalhadora ele concebe a escola como

aquela que deveria preparar o indivíduo integralmente, ensinando-lhe, inclusive, uma profissão. Ao passo que muitos dos seus discípulos seguindo a lógica marxista de compreensão das relações sociais, que se dão no seio da sociedade capitalista, criaram teorias que explicam a escola em seu aspecto mais importante, qual seja o da sua função. Louis Althusser (1918-1990), por exemplo, percebeu que as classes sociais são frutos da ação dos “aparelhos repressivos e ideológicos do Estado”, sendo a Escola o principal deles, pois, segundo ele, é ela quem inculca a ideologia nele que por sua vez representa os interesses da classe dominante.

Antonio Gramsci (1891-1937), por sua vez, analisou a escola a partir do entendimento de que a sociedade capitalista é eminentemente conflituosa, pois de um lado está o patrão (o explorador) e do outro o trabalhador (o explorado) e a educação é o meio onde o capitalista pode impor sua hegemonia, mas é também o meio que o trabalhador encontra para entender sua situação de exploração e conseqüentemente reagir. Para ele a escola tem que ser crítica e política e que, por isso, promova mudança na estrutura societal.

Assim como Althusser e Gramsci, outros autores se dedicaram à educação como objeto de estudo, analisando aspectos tais como a relação sociedade e educação, as relações de poder dentro da escola, aspectos como o acesso à escola, políticas públicas voltadas a educação, cultura escolar, práticas escolares, bem como o entorno das escolas. De modo que a educação tem encontrado nas ciências sociais pensadores que se dedicaram a teorizá-las, oferecendo aos estudiosos de hoje um ponto de partida, seja para concordar ou discordar.

No ano 2000 houve o fórum mundial de educação, ocorrido em Dacar, no Senegal. Nesse fórum foram decididas 6 metas para uma “educação para todos” e que devem ser alcançadas até 2015. São elas:

- ✓ Estender e melhorar a proteção e a educação da primeira infância.
- ✓ Conseguir que todos tenham acesso ao ensino primário obrigatório e gratuito.
- ✓ Garantir o acesso de jovens e adultos à aprendizagem e à aquisição de competências para a vida diária.
- ✓ Aumentar o nível de alfabetização dos adultos para 50%.
- ✓ Promover a igualdade entre os gêneros na educação primária e secundária.
- ✓ Melhorar a qualidade da educação.



Por que esta missão foi dada à UNESCO?

Desde sua fundação em 1945, a Organização tem lutado sem trégua pelo acesso de todos à educação, tal como está declarado em sua Constituição. A educação é indispensável para que as pessoas possam exercer os demais direitos fundamentais. Assim lembrou, em dezembro de 2003, o diretor-geral, Koichiro Matsuura, por ocasião da celebração do Dia dos Direitos Humanos: “Somente aquele que sabe o valor dos direitos é que pode impor sua observância.” Os indivíduos não podem exercer nenhum direito civil, político, econômico ou social sem ter recebido o mínimo de educação.

Para cumprir com as seis metas a UNESCO favorece programas internacionais que priorize a mobilização de recursos financeiros bem como pessoas que queiram se dedicar à causa. Também capacita membros do governo, de organizações não governamentais e da sociedade civil. Para tanto realiza “serviços de assessoramento, fornecimento de material didático, oficinas de formação, organização de conferências internacionais e intercâmbio contínuo de informação”. O resultado dessas ações é que o número de crianças na escola tem aumentado, as mulheres estão tendo as mesmas oportunidades que os homens e os adultos que não tiveram na idade certa a escolarização necessária, sem contar que, hoje, podemos falar, mesmo que minimamente em qualidade da educação. Sabe por que isso? - Porque foram implementadas políticas públicas. E sabe como elas são criadas e postas em prática? – Através dos estudos sociais. E com certeza você já sabe quem os faz.

Por certo ainda existem inúmeros problemas que envolvem a educação, mas também é verdade que muitos deles estão sendo objeto de estudos de antropólogos e sociólogos, exemplo disso são estudos que têm como foco a evasão escolar, o analfabetismo, a formação de professores, a escolarização primária, a educação de jovens e adultos, a educação inclusiva, bem como temas que envolvam sustentabilidade, estigma de doentes crônicos, educação sexual, dentre outros. Mas uma coisa é certa: - não se pode fazer pesquisa apenas de gabinete, nem tampouco desprezar o *locus* e os sujeitos que compõem o cenário estudado e que de alguma forma pode ser beneficiado por ela. É como disse o grande Paulo Freire:

Muitos projetos políticos e educacionais fracassaram porque seus autores os delinearam a partir de suas próprias visões da realidade, sem ter levado jamais em consideração as pessoas na situação à qual os projetos foram direcionados. ... Nosso papel não é expor ou impor projetos às pessoas, mas dialogar sobre pontos de vista, os nossos e os delas. (FREIRE, 1987)

Mesmo que os conhecimentos produzidos pelas ciências sociais ainda não garantam uma educação crítica e transformadora, eles vêm contribuindo com suas análises para a ampliação da compreensão da realidade social e da educação, o que já as legitimam. Ao conceberem a educação como um meio essencial para a transmissão de cultura, das formas de pensar e como preparadora do indivíduo para o trabalho, elas revelam sua importância, inclusive, como componente dos currículos dos futuros educadores. Não tenha dúvida de que é através das pesquisas sociológicas, e mesmo antropológicas, que a educação vem se reestruturando, renovando, adaptando, rejuvenescendo. Exemplo disso são os novos métodos de alfabetização, a eliminação dos castigos corporais e mesmo o sistema de Educação a Distância (EAD). E você como pretende contribuir com a educação?



Ao ler o texto responda-me: - A educação para todos é possível? Como?



Penso que os assuntos aqui propostos podem ser melhor discutidos no chat sobre a temática. Aproveite o espaço e esclareça suas dúvidas.





Você, aluno de licenciatura, ou interessado no tema EDUCAÇÃO, pode aprofundar o tema lendo o suplemento “Fundamentos Antropológicos e Sociológicos - EDUCAÇÃO”.

Nele você poderá se aprofundar em outras formas de analisar o fenômeno da educação.

4.2 Direito

Sociologia e Direito têm uma relação muito estreita, pois sociedade e norma não podem ser entendidas dissociadamente. A Sociologia como ciência que trata das sociedades enfocando seus fatores econômicos, culturais, artísticos e religiosos soma-se ao direito que estabelece e sistematiza as regras necessárias para assegurar o equilíbrio das funções do organismo social e dá lugar à Sociologia Jurídica ou do Direito. Esta, com a responsabilidade de tratar, sempre, da consequência do direito na sociedade e desta no próprio direito.

No campo das ciências sociais, analisar uma sociedade requer, dentre outros aspectos, que se considere que os problemas se apresentam de forma distinta e que por isso devem ser analisados à luz de seu contexto histórico, de preferência com o máximo de neutralidade, a partir de pesquisas calcadas em observação e análises lógicas e à luz de teorias coerentes. Assim, para se entender a justiça de um país se requer também que se conheça seu passado e seu presente, além de um embasamento teórico e metodológico, afinal ciência requer rigor e análise.

A Sociologia do Direito, nesse sentido, se propõe auxiliar na percepção das relações, dos conflitos, das normas, do descontrole de todas as ligações que possam surgir entre os indivíduos e que necessite de um regulador. Afinal, as relações humanas sempre precisaram de normas para ocorrer. Sejam religiosas, morais, políticas ou econômicas, as normas fizeram e fazem com que o homem conviva melhor com o outro.

Na idade antiga as regras vinham do mais forte. Na idade média o cristianismo foi quem as elaborou. Na idade moderna obras foram feitas no sentido de regular a política e a economia. Na idade moderna, mais precisamente no século XVIII, surgiu a Sociologia e os seus estudos vêm contribuindo, significativamente, na elaboração das regras de convívio social. Deste então, a Sociologia sempre procurou analisar as modificações que ocorreram na sociedade, seus conflitos e consequências a fim de tornar mais eficazes as normas jurídicas. Criando métodos próprios, sendo assistida por outras ciências e tendo a certeza que o homem tem, necessariamente, que viver sob regras, a Sociologia do Direito vem auxiliando os estudos sobre os crimes e suas punições na tentativa de melhor fornecer subsídios para o legislador.

Émile Durkheim que combinou teoria sociológica e pesquisa empírica chegou à conclusão que os fatos sociais podem ser normais e patológicos, sendo normal aqueles que independem do indivíduo, em outras palavras é superior a ele e acaba sendo obrigatório, já o patológico é o contrário disso. Tal imposição do fato social normal acaba por favorecer o surgimento de uma solidariedade entre os indivíduos, e esta, por sua vez, é variável e acompanha o tempo, o espaço, o contexto social e é moldada por normas, que, ao longo do tempo, transformaram-se em normas jurídicas que favorecem, dentre outras coisas, a colaboração e troca de serviços entre os que participam do trabalho coletivo. Assim o crime é considerado um fato social e a pena, por sua vez, é para Durkheim um artifício criado pela sociedade para aqueles que tenham atitudes ou comportamentos ameaçadores a ordem social e consiste na reparação do mal.



Diante do conceito de Pena de Durkheim é possível afirmar que as penas alternativas de fato punem os criminosos?

Leve em consideração que as penas alternativas caracterizam-se pela prestação pecuniária, a perda de bens e valores, a prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas, a interdição temporária de direitos e a limitação de fim de semana. Não deixe de compartilhar sua resposta no AVA.



Principais obras de Durkheim: Da divisão social do trabalho (1893). Regras do método sociológico (1894). O suicídio (1897). As formas elementares de vida religiosa (1912). Fundou também a revista *L'Année Sociologique*, que afirmou a preeminência durkheimiana no mundo inteiro.

A coerção social, conceito empregado por Durkheim e que se tornou caro à Sociologia, é fundamental para entendermos como atua a Sociologia jurídica. A força da coletividade e da sociedade sobre a força individual parece até desproporcional, entretanto, podemos perceber que o homem, durante toda a sua vida social, submeteu-se a regras, sejam estas impostas por um grupo social ou pelo Estado. Desde que nascemos, todas as nossas ações estão reguladas. É assim quando saímos de casa vestidos, por maior que esteja calor. É assim quando atravessamos a rua e temos que atentar para a sinalização. É assim quando regulamos o tom da nossa fala em uma conversa. É assim em tudo na vida.



Para Durkheim coerção social é a força que os fatos exercem sobre os indivíduos, fazendo-os aceitar as regras de sua sociedade mesmo não concordando.

A sociedade possui vários modos de conduta coletiva, entre eles os que mais se destacam são os usos e os costumes. São eles que exercem pressão ou certa obrigatoriedade, reservando a designação de hábitos sociais para os usos não normativos. Existem várias teorias que tentam caracterizar as diversas normas existentes na sociedade, além das normas morais e do direito, a exemplo das normas de trato social e das normas técnicas, religiosas, políticas, higiênicas, dentre outras. Caracterizar essas normas não se traduz tarefa fácil, pois vários fatores influenciam nesta diferenciação, entre eles a própria convicção de cada grupo. O que é errado para uma sociedade pode não ser para outra.



Ainda hoje, em pleno século XXI, existem tribos indígenas que praticam o infanticídio em crianças consideradas portadoras de algum mal. Percebe o quanto a convicção de um grupo é determinante em suas atitudes?

As normas morais, técnicas, religiosas, políticas e mesmo higiênicas, por exemplo, incidem no indivíduo, já as normas jurídicas incidem no eu socializado, ou no homem social, ou seja, as normas jurídicas procuram o homem no sentido de regular a convivência humana em dada sociedade. Exemplo: Um indivíduo que é chamado a atenção pelo padre ou pastor por estar vestindo roupa de praia na missa ou no culto não está recebendo sanção penal, mas moral. Esta sanção, ou seja, a “bronca” foi dada ao indivíduo que foi inconveniente, o que não quer dizer que é um crime, pois a “bronca” do padre ou pastor não foi pensada para regular a convivência entre os homens, mas para regular um único indivíduo.

Nesse sentido a Sociologia do Direito trata da moral coletiva como fato social e não da moral individual, em que o indivíduo é legislador. Assim, o que diferencia uma e outra moral é a institucionalização. Desse modo é que algumas situações encaminhadas nas últimas décadas no Brasil merecem ser referenciadas, no campo da Sociologia jurídica. Uma delas é o antagonismo entre o privilégio, como forma arcaica de poder e o direito como afirmação democrática dos interesses públicos. Um exemplo que identifica essa antinomia é o do concurso público no Brasil, estabelecido desde a Constituição Federal de 1988. O concurso retira do poder político o privilégio de atender os seus apadrinhados e submete as vagas efetivas ao rigor do mérito.

O conflito entre trabalhadores sem terra - MST e os proprietários rurais também compõem um capítulo da Sociologia Jurídica. Tal movimento social levou o governo ao estabelecimento de políticas compensatórias favorecendo os membros do MST com terras e com recursos financeiros para os assentamentos e produção agrícola, na tentativa de eliminar ou reduzir as tensões do campo.

No ambiente urbano, por sua vez, a luta é travada pelas famílias sem teto que ocupam imóveis construídos com dinheiro público. O resultado é a criação de planos habitacionais, a exemplo do Programa de Arrendamento Residencial e do

programa “Minha casa, minha vida” da Caixa Econômica Federal, que dá às pessoas de baixa renda poder de compra para satisfação dessa necessidade básica.

Assim como esses, outros exemplos podem ser dados no sentido de revelar quão importante podem ser os estudos sociológicos no campo do direito. Se levarmos em consideração que há pesquisas na área da sistemática do comportamento criminoso, das minorias, dos portadores de necessidades especiais, dentre outros campos, chega-se à conclusão de que a tão decantada “**inclusão social**”¹ também tem na Antropologia e na Sociologia seus suportes.

O sociólogo brasileiro Pedro Scuro Neto vem dando à justiça brasileira uma grande contribuição com a sua sociologia, ao trazer para o cenário brasileiro experiências bem sucedidas na Europa acerca da justiça restaurativa. Trata-se de uma forma encontrada para solução de conflitos que começa a ganhar adeptos no Brasil. A iniciativa defende

[...] a participação dos próprios envolvidos em um crime (réu e vítima), bem como a comunidade do entorno, na busca de uma solução para a reparação dos danos causados. As negociações entre as partes são conduzidas por um mediador e têm como objetivo a recomposição dos laços sociais rompidos pela infração. (TEIXEIRA, 2004, p. 1).

Tal modelo busca, na visão de Scuro Neto, a ordem social e não necessariamente a punição dos transgressores. Nesse modelo o crime é visto, sobretudo, como algo passível de ser restituído, seja através de um pedido de desculpas, de uma indenização ou mesmo de uma pena alternativa, desde que seja acordado entre as partes que tem o direito de serem ouvidas. Isto porque o objetivo não é estigmatizar o criminoso ou sentenciá-lo pura e simplesmente, mas atender às necessidades da vítima e não do Estado como ocorre tradicionalmente.

O modelo de justiça restaurativa vem ganhando forças no Brasil porque muitos dos que compõem o sistema judiciário querem fazer justiça e não aplicar punição. Por certo uma coisa não anula a outra, entretanto, tal medida vem privilegiando a resolução de conflitos. A seguir um quadro contendo os pressupostos dos modelos de justiça retributiva e restaurativa para que você avalie os modelos que temos no nosso ordenamento jurídico:

1 Por inclusão social entende-se o conjunto de procedimentos e meios que combatem a exclusão dos indivíduos do seio da sociedade. Esta exclusão pode ser pela classe social, pelo gênero, pela raça ou mesmo pela falta de acesso às tecnologias.

MODELOS DE JUSTIÇA: PRESSUPOSTOS

Justiça Retributiva	Justiça Restaurativa
Crime: categoria jurídica, violação da lei, ato lesivo ao Estado	Crime: ato lesivo a pessoas e comunidades
Controle da criminalidade: função precípua do sistema penal de justiça	Controle da criminalidade: primordialmente uma obrigação da comunidade
Compromisso do infrator: pagar multa ou cumprir pena.	Compromisso do infrator: assumir responsabilidade e reparar o malfeito
Crime: ato individual com responsabilidade individualizada.	Crime: ato com dimensões individuais e sociais de responsabilidade
A pena é eficiente quando: a ameaça de punir previne o crime a punição muda o comportamento	Punir só não adianta para mudar comportamentos, além de desagradar comunidades e relacionamentos
Vítima: elemento marginal no processo judicial	Vítima: elemento central no desenrolar do processo e na solução dos problemas criados pelo crime
Infrator: definido por seus defeitos e carências	Infrator: definido por sua capacidade de restaurar o dano que causou
Foco: estabelecer culpa por eventos passados: Cometeu o crime ou não?	Foco: resolver problemas, determinar responsabilidades e obrigações no presente e no futuro: Que precisa ser feito?
Ênfase em antagonismos	Ênfase em diálogo e negociação
Impor perda e sofrimento para punir, coibir e prevenir	Reconciliar para compensar as partes e restaurar o dano
Comunidade: marginalizada, representada em abstrato pelo Estado	Comunidade: facilitador do processo restaurativo

Zehr(1990), Scuro(2000:103)

Com vistas a integrar a vítima, família, infrator e comunidade, a justiça restaurativa assim concebe o resultado de suas sanções:

AS MENSAGENS DAS SANÇÕES

	Pena	Tratamento	Compromisso
Infrator	O infrator é uma pessoa ruim, um patife que preferiu seguir o caminho errado. Vai ser punido com rigor e na exata proporção do mal que cometeu.	O infrator é um coitado, uma pessoa problemática que não tem exatamente culpa pelo que fez. Para o seu próprio bem, vamos tratá-lo, cuidar dele.	O que o infrator faz tem sempre consequências; afeta pessoas, famílias e comunidades. Ele não pode fugir à responsabilidade e tem de corrigir o malfeito
Vítima	Quando o infrator é punido, a vítima de certo modo também se beneficia.	A obrigação do sistema de justiça é dar um jeito no infrator, cuidar dele; não da vítima.	A vítima é importante e precisa fazer de tudo para que o infrator repare o dano que lhe causou
Comunidade	Quando o sistema de justiça mostra aos infratores que o crime não compensa, beneficia também a comunidade.	O sistema de justiça não precisa de ajudar, pois dispõe de meios e profissionais qualificados para cuidar do infrator.	O sistema de justiça precisa da comunidade para fazer o infrator reparar o malfeito que causou à vítima e à sociedade.

Schneider(1985), Scuro(2000)

Perceber a diferença entre a justiça retributiva e a justiça restaurativa vai lhe dotar de um espírito crítico, capaz de conceber outras formas de analisar o crime, o sistema penal, o infrator, a vítima, a culpa e a comunidade, o que será de extrema importância para atuar na área, seja como operador legislador, jurista, juiz, promotor, defensor público ou advogado. O fato é que não mais lhe é permitido apenas aprender como as coisas foram e como elas funcionam, mas lhe será exigido alternativas para o melhor cumprimento de suas funções.

Percebe como a Sociologia pode contribuir com o Direito e com a Justiça? Percebe o valor da reflexão e sua relação com a prática do Direito? - Assim como este exemplo de justiça restaurativa, outros exemplos poderiam ser dados, mas penso que ele se revela muito significativo e pertinente para que compreenda como o conhecimento científico pode ser útil à sociedade.



Penso que os assuntos aqui propostos podem ser mais bem discutidos no chat sobre a temática. Aproveite o espaço e esclareça suas dúvidas.



Se você é aluno do Direito ou de áreas afins, ou mesmo se interessa pelo tema, leia o suplemento “Fundamentos Antropológicos e Sociológicos - DIREITO”. Nele você poderá se aprofundar mais sobre as teorias que tornaram mais estreita a relação entre a Sociologia e o Direito.



4.3 Saúde

A relação entre Sociologia e saúde acontece nos limites entre o social (sociologia) e o orgânico (biológico), assim como entre a perspectiva técnica (científica) e a perspectiva leiga (senso comum) presentes na construção social da doença e da assistência em saúde. (CASTELLANOS; NUNES, 2005). Com isso a problemática da doença *versus* saúde e sua dependência da medicina é objeto da Antropologia e da Sociologia. Na tentativa de entender e intervir na realidade, elas atentam para o sistema de saúde pública, assim como para o doente que é usuário desse sistema e que tem em seu estado clínico o aporte para criticá-lo. Assim, com o intuito de contribuir positivamente com o sistema de saúde, o cientista social deve antes de tudo estudar o seu objeto de análise, o que inclui aspectos da própria medicina. Para Norbert Elias

[...] os sociólogos que não fizeram estudos de medicina falam com frequência da sociedade sem integrar em seus discursos os aspectos biológicos do homem. E isso, me parece, é um erro. [...] não se pode construir uma teoria [...] digamos, da atividade humana, sem saber como o organismo é construído e como ele trabalha. (Elias, 1994, 38).

Paciente, médico e sistema médico são, por certo, o tripé da Sociologia da Saúde e, muito embora a realidade dos fatos seja, por vezes, inquestionável, o que buscamos são formas de descrever e explicar as construções sociais da doença e da saúde com o intuito de oferecer subsídios para uma possível “melhora” seja do sistema médico, ou mesmo do paciente que por algum motivo tem nos aspectos sociais um implicador do seu quadro clínico. Desta forma, o discurso e a própria prática científica podem e devem ser eles próprios objetos de uma análise social, mas como disse o próprio Elias temos que antes conhecer “como o organismo é construído e como ele trabalha”.

Os estudos sociológicos e mesmo antropológicos que envolvem a relação saúde e doença em geral têm como focos:

1. a cura com a religiosidade popular.
2. as doenças advindas de problemas psicossociais.
3. o campo das terapias e da produção da enfermidade e
4. as demandas profissionais de formação de agentes e de práticas terapêuticas.

Todos nós sabemos que a vinculação entre comportamento e saúde, ou entre corpo e mente, fez parte da reflexão sobre a doença, especialmente em períodos remotos, como o do Brasil colônia por exemplo, onde a doença estava relacionada com a ruptura entre o homem e o transcendental. Era assim em algumas sociedades mais primitivas ou mesmo em muitas tribos indígenas quando a cura era feita através de práticas “mágicas”, por considerar que muitas “doenças” eram adquiridas através de feitiços. E não é que dava certo! Mas histórias à parte, várias são as teorias que têm o adoecimento ou a doença como objeto de análise. Há aquelas que acreditam que a emoção não domesticada gera doença, há aquelas que dizem que os conflitos inconscientes não resolvidos geram tensões emocionais crônicas e isso pode resultar em disfunção ou mesmo em mudanças estruturais em determinados órgãos do corpo. Há, ainda, a teoria segundo a qual as emoções geram doenças como o câncer e problemas cardíacos.

Mesmo em uma linha mais contemporânea percebemos que por maior que sejam os recursos, os aparelhos de diagnósticos e os remédios, a medicina reserva lugar às práticas médicas populares. A escolha do tratamento, inclusive, leva em consideração se a doença é do corpo ou da alma e o tratamento, por sua vez, pode seguir a alopatia, a homeopatia ou os desígnios da Umbanda, por exemplo. Há ainda aquelas curas “prometidas” nos centros espíritas, nos terreiros de Umbanda, nas igrejas neopentecostais ou mesmo no catolicismo. Através das promessas, os indivíduos vão encontrando suas curas, exemplo disso são as oferendas, as sessões de cura, os museus de ex-votos e as romarias de agradecimento. Se enveredássemos por experiências não tão comuns no Brasil como a medicina oriental, também veríamos que o uso de terapias holísticas é um recurso muito utilizado em busca da cura.



O que tais manifestações querem dizer? Pense a respeito e compartilhe com seus colegas no AVA.

Os estudos que enveredam sobre os tipos de doenças advindas de problemas psicossociais vêm revelando o quanto se faz necessário que a formação do médico e dos outros profissionais da área tenha que estar vinculada ao

contexto dos pacientes, afinal a doença não tem apenas e tão somente fatores biológicos que a desencadeiam. Por isso, estabelecer um diálogo compreensível com o paciente torna-se condição *sine qua non* para o processo de entendimento da doença e, conseqüentemente, de correto diagnóstico.

Em função dos avanços metodológicos que possibilitaram a recolha de informações e a mensuração de variáveis, foi possível buscar correlações entre eventos estressantes na vida do indivíduo e o aparecimento da doença. De acordo com Spink (1992, p. 132) é necessário ressaltar

[...] de modo a prevenir os incautos, de que não se trata, nesta vertente, de apontar os aspectos patogênicos da vida social - aspecto este que é objeto de estudo da epidemiologia - mas de buscar nexos causais entre experiências de vida e o adoecer. Foi no afã de desenvolver metodologias adequadas para análises quantitativas - tarefa tão popular nas ciências sociais da década de 50 e 60 - que surgiram os questionários estandardizado, como os de Holmes e Rahe (Schedule of Recent Experiences) que possibilitaram a elaboração de indicadores de stress. Foi esta vertente, em suma, a responsável pela popularização de mensagens emocionalmente ameaçadoras como a famosa conclusão de que o câncer tende a surgir entre seis e dezoito meses após a experiência de tensões críticas (como, por exemplo, a morte do companheiro). (SPINK, 1992, p.132)

Claro fica que os tais métodos devem focar mais particularmente os fatores objetivos do stress físico e mental, procurando entender e, especialmente, prevenir os comportamentos de risco tais como fumar, comer alimentos inadequados, levar uma vida sedentária e é justamente aí que a Antropologia e a Sociologia podem auxiliar, seja através de seus métodos, de suas análises e mesmo de suas teorias.

Claro que a doença tem que ser vista do ponto de vista clínico e do ponto de vista psicológico, mas também deve ser vista do ponto de vista social e, por que não, histórico? Atentar para o fato de que não se pode negar o poder das circunstâncias, como dizia Tobias Barreto (1839-1889), é perceber que a Sociologia da Saúde não pode privilegiar apenas a perspectiva do médico ou do sistema de saúde, mas também e principalmente do paciente e de seu contexto. Não raro, vemos, em países africanos, imagens de crianças e adultos desnutridos. O que isso quer dizer? - Simplesmente que a forma de viver contribui para determinadas doenças.

No que tange ao campo da produção de enfermidades o que os estudos antropológicos e sociológicos têm a contribuir é com suas pesquisas que se detêm nas doenças advindas do tipo e das condições de trabalho a exemplo da famosa LER (lesão por esforço repetitivo) tão comuns em caixa de bancos, da síndrome do pânico comum em vigilantes e controladores aéreos, dos transtornos obsessivos compulsivos que ameaçam boa parte dos controladores de qualidade ou ainda da agressividade que estão sujeitos os policiais. Tais enfermidades que trazem ao enfermo um desgaste enorme na sua profissão também trazem como seqüela problemas no seu convívio cotidiano, seja dentro do campo da sua profissão, seja no ambiente familiar, seja com os amigos.

Assim, entender como são desencadeados esses tipos de doenças também é tarefa das ciências sociais, afinal alguns de seus objetivos é trabalhar para o bem comum. Tal foco de interesse demonstra não somente a estreita relação que pode ser estabelecida entre as ciências sociais e a medicina, mas a necessidade de estudos que sirvam de alicerce para o trabalho médico no que concerne a identificação e tratamento dos processos de trabalho e das doenças que degradem o homem em seus direitos universais.

Por fim, temos nas “demandas profissionais de formação de agentes e de práticas terapêuticas” um dos focos mais importantes dos estudos antropológicos, isto porque o que os estudos na área vêm identificando uma estreita relação entre a “origem social e as escolhas profissionais”. Muitos são os médicos filhos de médicos, mas também muitos são aqueles que convivem com a doença de familiares ou de membros de sua comunidade e que tem na área médica, não necessariamente na medicina, um campo para contribuir. Assim, o campo médico vem sendo composto por indivíduos que têm na área uma função social para além da médica, o que nos faz entender, mais uma vez, que os estudos sociais podem contribuir com o melhor desempenho do sistema de saúde.

Seguindo a mesma linha há ainda agentes que agregam outros valores nas suas práticas em busca da cura. Exemplos disso são os profissionais que buscam no misticismo, na bioenergía e no naturalismo espaços alternativos em que o indivíduo contemporâneo, rodeado de afazeres, prazos, competitividade e pressão, podem estar para buscar saúde em detrimento da doença. Os *spas* urbanos que o digam.

Um exemplo de estudos que podem concorrer para a melhoria dos serviços prestados pelo sistema de saúde no Brasil é o de Martha Cristina Nunes Moreira e Aline Duque de Macedo que elegeram como objeto de estudo socioló-

gico a vivência com a doença crônica da infância. Ao levar em consideração os riscos e incertezas que têm feito parte da experiência contemporânea de viver a saúde e a doença, elas identificaram que a experiência do brincar é um “recurso terapêutico e dispositivo humanizador das relações que constroem o cotidiano do cuidado, recepção e hospitalização das crianças”. Ao analisar a vida de crianças doentes crônicas internadas em um hospital elas compreenderam que cada uma delas era um “[...] ser que desconhece o que se passa ao seu redor e que está submetido aos rituais de socialização e regras do mundo dos adultos.” E que por isso o hospital tem que ser compreendido e pensado como “[...] espaço de socialização e a criança com doença crônica como um sujeito que incorpora o hospital em sua experiência, valorizando as relações que nele constrói [...]”. (MOREIRA; MACEDO, 2009)

Em suas análises pautadas na sociologia da infância, elas chegaram à conclusão de que

“[...] o reconhecimento pela criança de sua doença, do mal-estar que possivelmente causa, das consequências, modificações ou marcas corporais que propicia, da alteração na sua rotina e na de seus pais, na percepção de que algo os preocupa e mobiliza, está em jogo no cenário de suas relações. E todo esse processo não merece ser negado, disfarçado ou escondido, mas pode ser adequadamente manejado pela família, recebendo suporte profissional caso necessário para isso, e pelo serviço de saúde. (MOREIRA; MACEDO, 2009, p. 7)



O que você acha desse tipo pesquisa? O que ela lhe sugere?

Leve sua opinião até o AVA e compartilhe com seus colegas.

Assim como estes, muitos outros aspectos relacionados à saúde e à doença recebem a atenção da Antropologia e da Sociologia. São eles: as visões de mundo acerca da sexualidade e dos direitos humanos; a AIDS como uma doença que assola ou amedronta os indivíduos e que instiga preconceitos; o incentivo às pesquisas sobre doença, cura e saúde; a desmistificação da loucura e de outras patologias que envolvem o comportamento, bem como a relação juventude e envelhecimento.

O que as ciências sociais têm com isso? Respondo: - Ao estudar e analisar as causas e as consequências sociais de tais fenômenos elas produzem conhecimento que contribui com a informação que, por sua vez, pode promover valores a exemplo da igualdade, bem como minimizar as discriminações pelas quais passam os “adoecidos”. Por outro lado, visando a conscientização do indivíduo no tocante à responsabilidade do seu estilo de vida (competitivo, hostil, pressionado pelo tempo, impaciente, tenso, analfabeto funcional, dentre outros), as ciências sociais ajudam ao médico, ao sistema médico a desempenhar de forma mais eficiente suas funções e ao paciente a escolher entre a doença e a saúde. Isto porque uma de suas funções é a de entender para intervir. Haja vista não podemos deixar de considerar que os problemas da saúde podem ocultar sua relação com padrões sociais, políticos, culturais e simbólicos.



Penso que os assuntos aqui propostos podem ser mais bem discutidos no chat sobre a temática. Aproveite o espaço e esclareça suas dúvidas.



Para os futuros profissionais da área de saúde ou ainda os que se interessam pelo tema, leiam o suplemento “Fundamentos Antropológicos e Sociológicos - SAÚDE”.

Com ele você poderá se aprofundar nas representações da saúde e da doença.

4.4 Tecnologias da informação e da comunicação

Com o objetivo de entender e melhorar as questões sociais e éticas existentes devido à utilização de computadores e da Internet, bem como todo o aparato que envolve as tecnologias da informação e da comunicação – TIC é que se justifica o binômio Sociologia e tecnologia. Como já se viu, a Sociologia preocupa-se com as interações sociais, já a tecnologia é o estudo da técnica e das suas variáveis, enquanto aplicação e aplicativo, ao longo da história e em determinada sociedade.

É quase impossível não achar que o progresso digital é bem-vindo. Não fosse a exigência do poder aquisitivo para ter todas as novidades tecnológicas, todos estariam em dia com elas, afinal, o motor da sociedade moderna é a troca de informação e com as tecnologias ela se dá de maneira muito mais eficiente e eficaz.

Por certo os marginalizados digitais e os analfabetos funcionais são excluídos do mercado de trabalho e, por vezes, dos relacionamentos. Não mais se admite que alguém não saiba, use e possua um telefone celular e um computador. Já criança, o indivíduo aprende a lidar com as máquinas. Seja em casa ou na escola o processo ensino-aprendizagem é bastante eficaz.



Por analfabeto funcional entenda o indivíduo despreparado para assumir determinadas tarefas.

A Sociologia nessa área se propõe não só a analisar o desenvolvimento da técnica e de seus vários usos pela humanidade, mas as consequências dessas técnicas e de seus usos. Assim podemos dizer que passamos do Atanasoff-Berry Computer ABC de 1936 para o Playstation 4 e com eles muitos programas, linguagens e recursos foram aprimorados a ponto de que em um único aparelho que cabe na palma da mão temos telefone, tv, rádio, gravador de voz e vídeo, filmadora, máquina fotográfica, calculadora, agenda, alarme, jogos, internet wap e zap, de modo que em um único aparelho podemos fazer quase todas as transações que até pouco tempo despenderiam de muitos recursos.

Se atentarmos que dentre as transações efetuadas por um aparelho desse, temos a de pagar contas, transferir quantias de um banco, assistir a um jogo ou a uma corrida em qualquer lugar, filmar um flagrante, ou mesmo se relacionar amorosamente, perceberemos quão fácil pode se transformar a frase: – tudo posso. Afinal, como controlar essa dinâmica que ao primeiro olhar é tão boa, tão prática, tão estimulante? Poderia perguntar: – para que controlar?

Leve em consideração que muitos crimes vêm acontecendo via internet, justamente porque a legislação ainda não se sedimentou. Ao voltar a atenção para o presente, é fácil perceber como a técnica, as invenções, as criações, as especulações e os investimentos científicos, o engenho dos mais capacitados, as inquietações mais profundas dos cientistas mais renomados e o trabalho intelectual, são estimulantes. Entretanto, é como se tudo concorresse para o bem, o belo e o justo. Como se tudo isso só tivesse um lado e que não há livre pensamento fora desse mundo. É como se não houvesse vida inteligente fora desse tipo de ocorrência sistêmica.

Porém, se olharmos com mais atenção pelo olhar da Sociologia, ou seja, privilegiando as interações sociais, perceberemos que nesse universo também encontramos problemas e estes não são apenas de pequena monta, mas verdadeiros crimes. Não podemos esquecer de que há furtos, sedução, pornografia infantil, ameaças, golpes dos mais diversos, em suma, uma série de crimes que tem, por vezes, na tecnologia, um facilitador ou um álibi.

Os maiores problemas com relação a esses crimes informáticos são: a dificuldade de identificação do criminoso, a tipificação do crime, o difícil acesso às provas, a rapidez com que essas provas são destruídas, além das dificuldades jurídicas por causa da não identificação do território em que o crime foi cometido. Imagine você que um hacker no Japão pode introduzir vírus e destruir o seu computador em sua casa. E aí como identificar, julgar e sancionar esse criminoso? Vale o que manda o ordenamento jurídico daqui ou do Japão? Entende como são questões que não são fáceis de resolver?

Hoje já contamos de certa forma com uma cooperação internacional. Organismos como o Conselho da União Europeia, do Grupo dos Oito, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos e das Nações Unidas se revelam comprometidas com a busca de uma forma de identificação e punição desses crimes. Mesmo porque com a Declaração do Milênio das Nações Unidas que dentre seus objetivos está o de “melhorar as condições de vida da

população mundial”, requer o compartilhamento do uso das TIC e tudo que ela representa, incluindo, assim, os crimes informáticos.

O fato é que ainda não existe legislação que dê conta dos crimes que ocorrem pela internet. Já é possível identificá-los, mas não quem os comete. No 11º congresso das Nações Unidas sobre prevenção do crime e justiça penal ocorrido em Bangucoque, Tailândia, no ano de 2005, foi divulgada a seguinte lista:

- Alguns crimes informáticos são dirigidos diretamente contra as TIC, tal como servidores e *websites*; os vírus informáticos de difusão mundial causam prejuízos consideráveis às redes das empresas e de particulares.
- Vandalismo eletrônico e falsificação profissional ou contrafacção.
- Roubo ou fraude, por meio de ataques a bancos ou sistemas financeiros, e fraudes que implicam transferências eletrônicas de capitais.
- Os computadores são usados para facilitar uma ampla série de práticas de *telemarketing* e de investimentos fraudulentos que envolvem práticas enganosas.
- O *phishing* ou o envio em massa de mensagens eletrônicas não solicitadas que contêm ligações com *sites* na Internet falsificados, para parecerem autênticos aos consumidores.
Milhões destas mensagens provêm supostamente de bancos, de *sites* de vendas por leilão ou de outros *sites* legítimos e têm como objetivo induzir o utilizador a responder, fornecendo dados financeiros ou pessoais ou ainda a indicar as suas palavras-passe.
- A difusão de material ilegal e nocivo. Durante os últimos anos, a Internet tem sido usada para fins comerciais pela “indústria de diversões para adultos”. Contudo, a Internet é hoje, cada vez mais, utilizada para a distribuição de material considerado obsceno à luz da lei, em vários países. Outra área que suscita preocupação é a pornografia infantil. Desde finais dos anos 80, a sua distribuição tem aumentado substancialmente através de redes informáticas, utilizando uma vasta gama de serviços disponibilizados pela Internet, nomeadamente *websites*. Uma parte da distribuição de pornografia infantil está associada ao crime organizado transnacional.
- Para além de a Internet ser utilizada para a difusão de propaganda que incita ao ódio e de mensagens xenófobas, alguns dados sugerem que a Internet serve também para facilitar o financiamento de grupos terroristas e para difundir propaganda terrorista.
(ONU, 2005).

Se atentássemos apenas pelo lado mercantil, econômico ou mesmo da criatividade que envolve os programadores e os usuários, encontraríamos muito mais aspectos a serem tratados pelo viés sociológico. Entretanto, que fique claro que são os impactos desse fenômeno social, ou seja, da rede mundial de computadores e demais tecnologias da informação e da comunicação que interessa à Sociologia. É a ética dessas operações de inclusão digital que dá à Sociologia um novo objeto de estudo. Afinal a cultura virtual é caracterizada por um novo espaço de conhecimento, este descentralizado e não físico cuja política virtual prima pelo fortalecimento da comunicação e da comunidade, cujos principais avanços tecnológicos está no processo evolutivo da comunicação, conduzindo-se para uma maior democratização do saber e da informação e que se configura como uma espécie de “colonização tecnológica do futuro”.

O que se pode perceber com a cultura virtual que vem se compondo é que ela se reelabora a cada momento em que as tecnologias se reinventam e exigem novas maneiras e modos de interação, o que por vezes representam um total abandono de suas formas anteriores ou simplesmente uma adaptação do que se tinha antes. Exemplo disso está na rede social Orkut que hoje perde espaço para o Facebook que tem a mesma finalidade, mas que se revela mais moderno porque possui mais recursos. Assim, chega-se à conclusão de que todos os artefatos tecnológicos que surgiram, estão surgindo nesse exato momento e ainda vão surgir contribuem senão definitivamente, mas significativamente no nosso modo de ver, ouvir, sentir, conceber, compreender, escrever e saborear o mundo. Tal cultura revela-se em sua composição e complexidade como um dos pontos capitais para se entender o mundo.

Por certo muitos concebem as tecnologias da informação e da comunicação como um acesso ao mundo das imagens, limitando-as aos seus *modus operandi* e não veem que elas requerem muito mais, a começar pelas reflexões que elas suscitam, a argumentação que é exigida para operacionalizá-las, bem como a possibilidade de resolução de problemas antes inimagináveis e que elas proporcionam. Lembra de algum? – Vou lhe lembrar: Imagine, sem a internet, podermos enviar uma imagem nossa para o outro lado do mundo. Percebe quanto tempo levaria e que hoje com a internet bastam alguns segundos? Imagine esse recurso usado na medicina por exemplo.



Se de um lado o desenvolvimento das mídias digitais e da comunicação em rede tem favorecido as interações sociais, do outro temos pessoas que se aproveitam da alta tecnologia disponível para infringir as normas do trato social e por que não dizer cometer crimes. Como conceber esta realidade? Não deixe de compartilhar sua opinião com seus colegas.

Um aspecto também muito instigante do uso das TIC é a dialogicidade proporcionada por elas em busca da construção do conhecimento. Exemplo bem claro disso é o ensino a distância que se apoia quase que exclusivamente nos recursos tecnológicos, em especial os da Web, afinal o ensino a distância se efetiva a partir de e-mail, fóruns, chat, objetos virtuais de aprendizagem, construção de blogs como espaço interativo e educativo, dentre outras interfaces que fazem com que a educação flua. A mediação proporcionada pelas TIC nos diálogos virtuais perfaz uma nova prática pedagógica em que o aluno também é produtor do conhecimento e não apenas aprendiz.

Na medida em que o novo paradigma da educação se estabelece as TIC vão sendo legitimadas no processo ensino-aprendizagem. Isto porque esse novo paradigma permite que o professor seja um orientador de estudos e não apenas transmissor de conteúdos; que impulsiona o aluno a ser um agente de aprendizagem e não um receptor; que entende a sala de aula como um ambiente de cooperação e de troca de experiência em que o aluno aprende e estuda por motivação, conteúdos mais abertos e flexíveis e com o uso da tecnologia dentro do contexto, concebendo-a como “instrumento a serviço do homem” e sendo manejados pelo professor e pelo aluno, transformando a escola tradicional em uma escola aberta e conectada com o mundo. Tais aspectos nos levam a crer que o conhecimento é construído; que a criatividade é permitida; que há partilha de conhecimentos é passível de críticas e sugestões e que o erro faz parte do processo de aprendizagem. Mas poderia perguntar: mas isso tudo garante que o diálogo produzido é crítico-reflexivo? A dialogicidade, a mediação pedagógica e a interação tecnológica afiança a qualidade da relação entre os atores do ato educativo?

Respostas à parte, pois ainda é muito cedo para conclusões, o fato é que hoje ainda contamos com um grande problema que é caracterizado pelo conflito geracional. Muitos que pertencem a geração *baby boom* não se adequam à geração Y e os que estão em pleno exercício profissional como é o caso da geração X fica no meio do processo sem saber bem a quem atender. Você da qual geração faz parte? E como está seu relacionamento com as TIC?



Hoje já é comum identificarmos as pessoas não mais pela idade, mas pela geração a que pertence. Assim temos:

A Geração Baby Boomer

Denominação dada aos nascidos depois da última grande guerra (entre 1945 e 1964). Os nascidos nessa época caracterizam-se pelo estímulo ao conhecimento, pela impetuosidade e pelo desejo de mudança e tem na televisão o primeiro recurso tecnológico disponível. Criaram movimentos sociais, a exemplo do estudantil, feminista e do movimento pela paz.

A Geração X

Denominação dada aos nascidos durante a época da Guerra Fria (entre 1965 e 1983). Os nascidos nessa época caracterizam-se pelo não interesse em modificar coisas, preferem a tranquilidade na via pessoal e por isso preferem estabilidade na profissão. Não são autoritários e não fazem questão por liderança.

A Geração Y

Denominação dada aos nascidos entre 1983 e 1994. Os nascidos nessa época caracterizam-se pelo uso da internet, pela altoestima, pelas tarefas múltiplas, pelo engajamento em causas sociais como sustentabilidade e pela liberdade de expressão. Isto porque nasceram em uma época altamente tecnológica, com mudanças constantes e diversas.

A Geração Z,

Denominação dada aos nascidos após 1995. Os nascidos nessa época ca-

racterizam-se por não conceberem o mundo sem televisão, jogos, computadores, Chats, telefones celulares, dentre outros aparelhos que lhe dão a clara sensação de fazer várias coisas ao mesmo tempo. Também não se preocupam com as fronteiras geográficas, pois já nasceram globalizados. Para eles tudo é mais fácil e o conhecimento é sem limites.



Penso que os assuntos aqui propostos podem ser mais bem discutidos no chat sobre a temática. Aproveite o espaço e esclareça suas dúvidas.



Se você é estudante de algum dos cursos que envolvem as tecnologias da comunicação e da informação, ou mesmo se interessa pelo tema, não deixe de ler o suplemento “Fundamentos Antropológicos e Sociológicos - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO”.



A disciplina Fundamentos Antropológicos e Sociológicos em seu último tema adentrou em algumas das suas especificidades. Assim, nesse tema 4 você compreendeu a relação entre a Antropologia, a Sociologia e a Educação; a Antropologia, a Sociologia e o Direito; a Antropologia, a Sociologia e a Saúde e a Antropologia, a Sociologia e as Tecnologias da Informação e da Comunicação. O que se buscou foi despertar em você um compromisso com a profissão que escolheu. Isto porque estou plenamente convencida de que sem o olhar reflexivo proposto pelas ciências sociais será muito difícil compreender, para intervir melhor na sociedade.



01 Qual a finalidade da educação para Durkheim, Weber e Marx?

02 Como entender a relação entre Antropologia, Sociologia e Direito?

03 Como conceber a saúde a partir da ótica das ciências sociais?

04 Explique as relações sociais mediadas pelas TIC pelo viés da Sociologia.

05 A educação envolve problemas e aspectos de grande interesse para a Sociologia e para a Antropologia, daí alguns estudiosos destas áreas tentarem explicar e intervir nas bases sociais da educação. Tomando como exemplo a teoria sociológica de educação de Émile Durkheim, marque a alternativa INCORRETA:

Verifique no AVA as respostas do exercício.



- a) A educação, segundo Durkheim, é o processo pelo qual se aprende a ser membro da sociedade, uma vez que o indivíduo é preparado para fazer parte do todo social, já estruturado e formado por funções previamente definidas.
- b) Para Durkheim, educar significa socializar, por isso ela atende a três tipos de finalidade: despertar o carisma, preparar o aluno para uma conduta de vida e transmitir conhecimento especializado.
- c) Na perspectiva durkheimiana, para cada tempo histórico existe um tipo de educação a ser transmitido, haja vista ela representa o meio moral que cada um compartilha.
- d) A educação para Durkheim deve ter vínculo com as regras sociais estabelecidas historicamente.
- e) Émile Durkheim defendia que a educação deveria desenvolver no indivíduo uma consciência coletiva capaz de o fazer pensar e agir conforme a sociedade espera.

06 Segundo _____, a educação é dirigida a três tipos de finalidade: despertar o carisma; preparar o aluno para uma conduta de vida e transmitir conhecimento especializado. Este teórico é:

- a) Karl Marx
- b) Émile Durkheim
- c) Max Weber
- d) Louis Althusser
- e) Antonio Gramsci

07 A Sociologia como ciência que trata das sociedades enfocando seus fatores econômicos, culturais, artísticos e religiosos soma-se _____ que estabelece e sistematiza as regras necessárias para assegurar o equilíbrio das funções do organismo social e dá lugar a um ramo específico da Sociologia. O termo que melhor se emprega a lacuna é:

- a) A saúde
- b) As tecnologias da Informação e da Comunicação
- c) Ao direito
- d) A educação
- e) A antropologia

Verifique no AVA as respostas do exercício.



08 Para Durkheim _____ é a força que os fatos exercem sobre os indivíduos, fazendo-os aceitar as regras de sua sociedade mesmo não concordando.

O conceito tratado é o de:

- a coerção social
- b capital cultural
- c direito
- d solidariedade mecânica
- e solidariedade orgânica

09 “[...] os sociólogos que não fizeram estudos de medicina falam com frequência da sociedade sem integrar em seus discursos os aspectos biológicos do homem. E isso, me parece, é um erro. [...] não se pode construir uma teoria [...] digamos, da atividade humana, sem saber como o organismo é construído e como ele trabalha.” O autor dessa assertiva é:

- a Marcelo Castellanos
- b Norbert Elias
- c Mary Jane Spink
- d Martha Cristina Nunes Moreira
- e Aline Duque de Macedo

10 São focos dos estudos sociológicos e mesmo antropológicos que envolvem a relação saúde e doença :

1. a cura com a religiosidade popular
2. as doenças advindas de problemas psicossociais
3. o campo das terapias e da produção da enfermidade e
4. as demandas profissionais de formação de agentes e de práticas terapêuticas

A resposta CORRETA é a alternativa:

- a Somente a afirmativa I é verdadeira.
- b Somente a afirmativa I e IV são verdadeiras.
- c Somente a afirmativa III é verdadeira.
- d Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
- e Todas as afirmativas são verdadeiras.

Verifique no AVA as respostas do exercício.



11

“A cultura, pensada como o conjunto de crenças, de valores e de significados que o homem compartilha com o seu grupo, foi violentamente modificada pelo advento da sociedade midiática, que fez com que os povos distantes e diferentes sob muitos pontos de vista, passassem a dividir um imaginário comum” (COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2007, p. 282).

Considere as seguintes proposições a partir do trecho acima transcrito:

- I. Os meios de comunicação do mundo globalizado têm provocado ondas culturais e sociais, impondo novas regras de convívio social.
- II. As novas tecnologias têm propiciado o contato entre sociedades diferentes, possibilitando a invenção de outras formas de relacionamento pelas novas gerações.
- III. A mudança cultural significa um dado fundamental para toda e qualquer sociedade e é um sinal de que a cultura está viva, em plena saúde.
- IV. Dividir um imaginário comum significa adotar uma posição etnocêntrica, rompendo com a possibilidade de preservação de valores tradicionais.

São VERDADEIRAS as afirmativas contidas nas proposições:

- a) I e II somente;
- b) I e III somente;
- c) II e III somente;
- d) I, II e III somente;
- e) I, II, III e IV.

12

Denominação dada aos nascidos depois da última grande guerra (entre 1945 e 1964). Os nascidos nessa época caracterizam-se pelo estímulo ao conhecimento, pela impetuosidade e pelo desejo de mudança e tem na televisão o primeiro recurso tecnológico disponível. Criaram movimentos sociais, a exemplo do estudantil, feminista e do movimento pela paz. Essas são características:

- a) Da geração B
- b) Da geração Baby Boomer
- c) Da geração Y
- d) Da geração Z
- e) Da geração X

Verifique no AVA as respostas do exercício.

Referências Bibliográficas

ARON, Raymond. **Etapas do pensamento sociológico**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BENZAQUEN, R. **Gilberto Freyre - Prosa e Verso**. Rio de Janeiro: O Globo. 30 set. 2006.

BERGER, Peter **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____; BERGER, Brigitte. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: FORACCHI, Marialice M. e MARTINS, José de Souza (Org.). **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1990. Disponível em: http://pedagogia.incubadora.fapesp.br/portal/2006-01-socedi/bergerpeterlbergerbrigitteoque_c3_agumainstitui_c3_a7_c3_foracchimmartinsjsorgssociologiaesociadaderiodejaneirolivrost_c3_a9cnicosecient_c3_adficos1977p1939. Acesso em: 14 jul. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
CASTELLANOS, Marcelo E. P.; NUNES, Everardo Duarte. A sociologia da saúde: análise de um manual. In: Revista de Saúde Coletiva. vol.15, n.2. Rio de Janeiro, 2005.

CAVASSANI, Amarildo Pereira; CAVASSANI, Edlene Barbieri; BIAZIN Celestina Crocetta. Qualidade de vida no trabalho: fatores que influenciam as organizações. In: **XIII SIMPEP** – Bauru, SP, Brasil, 06 a 08 de novembro de 2006. Disponível em: http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/784.pdf Acesso em: 24 nov. 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 14. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COSTA, Cristina. Sociologia: **introdução à ciência da sociedade**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. vol. 12, n. 35. Fev. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300008#not8. Acesso em: 08 dez. 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis. Vozes, 1997.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1990.

DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Pearson, 2008.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Da divisão social do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Educação e sociologia**. Trad. Nuno Garcia Lopes. Lisboa: Edições 70, 2007.

ELIAS, Norbert. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução Ciro mioranza. São Paulo: editora Escala, s/d.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Os novos cursos de graduação** (Editorial). São Paulo, p.1 19 abr. 2011.

FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **A era da escravidão**. Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

FREYRE, G. **Modos de homem, modas de mulher**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

_____. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global, 2005.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**, 5. ed. Lisboa: F. C. Gulbenkian, 2007.

_____. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOLDENBERG, M e RAMOS, M. S. **A civilização das formas: o corpo como valor**. In: Nu & Vestido. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FARIA, Sheila. S. C. . Os barões do Brasil - como cafeicultores ergueram suas fortunas baseadas na exploração da mão de obra escrava. In: Luciano Figueiredo. (Org.). **A era da escravidão**. 1 ed. Rio de Janeiro: Sabin, 2009, v. , p. 41-50.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. 21 reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2009.

LARAIA, Roque B. **Cultura: um conceito antropológico**. 22. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

MACHADO NETO, A. L. **Sociologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 1987.

MALISSE, S. Em busca dos (H)alteres-ego: Olhares franceses nos bastidores da corpolatria carioca. In: **Nu & Vestido**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia** - introdução à sociologia do conhecimento. Porto Alegre: Globo, 1950

MARCONI, Maria de Andrade. **Antropologia: uma introdução**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

_____; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005. Disponível em: www.culturabrasil.pro.br/manifestocomunista.htm. Acesso em 19 jul. 2009.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIAS, **Relatório de impactos ambientais de Belo Monte**, 2009

MOREIRA Martha Cristina Nunes; MACEDO, Aline Duque de. O protagonismo da criança no cenário hospitalar: um ensaio sobre estratégias de sociabilidade. In: **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva no Brasil. Vol. 14, Núm. 2, abril, 2009, pp. 645-652

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à sociologia**. 25. ed. São Paulo: Ática, 2004.

ORTEGA Y GASSET, José. Sobre el Fascismo. **Obras Completas**. 2. ed. Tomo X. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

PAPA NICOLAU V. **Bula Dum Diversitas**. Roma, 1452.

PAPA PAULO III. **Bula verits ipsa**. Disponível em: http://www.montfort.org.br/old/index.php?secao=documentos&subsecao=decretos&artigo=verit_as_ipsa&lang=bra. Acesso em 11 nov. 2011.

RODRIGUÊS, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. Aracaju: UNIT, 2009.
ROMERO, Silvio. **Compêndio da história da literatura brasileira**. Rio de Janeiro, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre as ciências e as artes**. Paris: Ridiendo castigat Mores, 2002. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cienciaarte.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2011

_____. **Do contrato social**. Tradução Rolando Roque da Silva. Edições Ridoendo Castgat Mores. Versão para e-Book, 2002. Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/contrato.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCURO NETO, Pedro. **Manual de sociologia geral e jurídica: lógica e método do direito, problemas sociais, controle social**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SPINK, Mary Jane P. A construção social do saber sobre saúde e doença: uma perspectiva psicossocial. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.i, n.2, p. 125-139. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v1n2/o8.pdf> 20 jul. 2009.

TEIXEIRA, Gisele. Por uma justiça restaurativa. In: **Jornal do Magistrado**. Brasília: AMB, nov./dez. 2004.

TOURAINÉ, Alan. **Crítica da modernidade**. Trad. E. F. Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Poderemos Viver Juntos? iguais e diferentes**. Petrópolis, R.J: Vozes, 1997.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963. (Biblioteca de Ciências Sociais).

_____. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

Sites

ABONG, **Lutas e Missões**. Disponível em: http://www.abong.org.br/lutas_i_acoes.php?id-347. Acesso em: 16 jul. 2011.

ABREU, Diego. **Advogada índia diz que 21 lideranças indígenas foram mortas em 30 anos**. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/o,,MUL738639-5598,00-ADVOGADA+INDIA+DIZ+QUE+LIDERAN CAS+INDIGENAS+FORAM+MORTAS+EM+ANOS.html>. Acesso em: 15 jul. 2009.

A Educação Para Todos. Disponível em: <http://www.brasilia.unesco.org/areas/educacao/institucional/EFA/6otemasEPT>. Acesso em: 30 jul. 2009

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%a7ao.htm. Acesso em 15 jul. 2009.

Pensar a relação indivíduo e sociedade. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/viewFile/2720/2257>. Acesso em: 17 jul. 2009.

Globalização cultural: imperialismo ou diversidade? Disponível em: <http://cadernosociologia.blogspot.com/2009/04/globalizacao-cultural-imperialismo-ou.html>. Acesso em: 17 jul. 2009.

GOMES, Marcel. **Como funcionam os movimentos sociais**. Disponível em: <http://pessoas.hsw.uol.com.br/movimentos-sociais1.htm>. Acesso em: 17 jul. 2009.

MS anuncia novas recomendações para conter a gripe. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspdetalhenoticia&id_area=931&co_noticia=10376. Acesso em: 15 jul. 2009.

ONU. **Prevenção do crime e justiça penal**. Disponível em: http://www.unis.univenna.org/pdf/fact_sheet_6_p.pdf. Acesso em: 16 jul. 2011.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Mazelas do desenvolvimento econômico**. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/as-mazelas-do-esenvolvimento-economico>. Acesso em: 01 nov. 2011.

Planejamento familiar será reforçado em 2009. Disponível em: <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=843662>. Acesso em 16 jul. 2009.

População. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/notasindicadores.shtm>. Acesso em: 15 jul. 2009.

As mazelas do desenvolvimento econômico. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/as-mazelas-do-desenvolvimento-economico>. Acesso em: 17 nov. 2011

